

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA E AMBIENTE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENERGIA E AMBIENTE

IORRANA SOARES SOUSA

A AGENDA 2030 NO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO: iniciativas,
programas e ações para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

São Luís
2022

IORRANA SOARES SOUSA

A AGENDA 2030 NO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO: iniciativas, programas e ações para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Energia e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Energia e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sampaio Cutrim.

São Luís
2022

Sousa, Iorrana Soares.

A AGENDA 2030 NO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO:
iniciativas, programas e ações para a consecução dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável / Iorrana Soares Sousa. 2022.
127 f.

Orientador (a): Sérgio Sampaio Cutrim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Energia e
Ambiente/CCET, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Agenda 2030. 2. Estado do Maranhão. 3. Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável. I. Cutrim, Sérgio Sampaio. II. Título.

IORRANA SOARES SOUSA

A AGENDA 2030 NO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO: iniciativas, programas e ações para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Energia e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Energia e Ambiente.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Sampaio Cutrim (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Darliane Ribeiro Cunha
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Léo Tadeu Robles
Universidade de São Paulo

Aos meus pais, por serem indispensáveis à minha formação. Eles são o alicerce da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por Sua infinita graça.

Aos meus pais, José e Josileide, por acreditarem em mim e terem investido na minha educação. A minha irmã, Larissa, por estar comigo em todos os momentos de alegria e de dificuldade.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Sampaio Cutrim, pelo apoio, sugestões, indicações e direcionamento na elaboração deste trabalho.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Energia e Ambiente, pela contribuição na minha formação acadêmica e pessoal.

Aos servidores do Governo do Estado do Maranhão, pela disposição em fornecer informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus amigos, que me trazem alegrias e contribuem para que a vida seja mais leve.

“Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto.”

Albert Einstein

RESUMO

Uma das mais recentes iniciativas para conduzir o mundo a um caminho de sustentabilidade efetiva foi adotada por líderes mundiais na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015. O documento denominado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” trata-se de uma proposta ambiciosa e desafiadora voltada para os seres humanos, o planeta, a paz universal, o respeito, a liberdade, a erradicação da pobreza e o alcance da paz e da prosperidade. A Agenda 2030 possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 232 indicadores a serem alcançados até 2030. Diante da complexidade da Agenda e do desafio de implementar os 17 ODS, o presente estudo propôs verificar as iniciativas, programas e ações que o Governo do Estado do Maranhão vem realizando para alcançar esses objetivos. Esta dissertação, caracterizada como estudo de caso, adotou pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas para o alcance dos objetivos propostos. Por fim, constatou-se que o Estado do Maranhão aderiu formalmente à Agenda 2030 e adota os ODS nos instrumentos de planejamento existentes. No entanto, ações como estabelecimento de metas, formulação de indicadores para monitoramento e avaliação dessa Agenda carecem de implementação. Assim como, iniciativas para disseminar ainda mais os ODS no âmbito do Estado do Maranhão.

Palavras-chave: Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estado do Maranhão.

ABSTRACT

One of the most recent initiatives to lead the world on a path of effective sustainability was adopted by world leaders at the headquarters of the United Nations (UN) in 2015. The document entitled “Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development” it is an ambitious and challenging proposal aimed at human beings, the planet, universal peace, respect, freedom, the eradication of poverty and the achievement of peace and prosperity. The 2030 Agenda has 17 Sustainable Development Goals (SDGs), 169 targets and 232 indicators to be achieved by 2030. Given the complexity of the Agenda and the challenge of implementing the 17 SDGs, the present study proposed to verify the initiatives, programs and actions that the Government of the State of Maranhão has been carrying out to achieve these goals. This dissertation, characterized as a case study, adopted bibliographic research, documental research and interviews to achieve the proposed objectives. Finally, it was found that the State of Maranhão formally adhered to the 2030 Agenda and adopts the SDGs in the existing planning instruments. However, actions such as setting goals, formulating indicators for monitoring and evaluating this Agenda lack implementation. As well as initiatives to further disseminate the SDGs within the State of Maranhão.

Keywords: 2030 Agenda. Sustainable Development Goals. State of Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	20
Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	23
Figura 3 - Os 5 P's da Agenda 2030.....	26
Figura 4 - Dimensões dos ODS	27
Figura 5 - Estrutura da Comissão Nacional para os ODS.....	30
Figura 6 - Adequação das metas	33
Figura 7 - Composição da Agenda 2030 e do Plano Plurianual 2016-2019.....	35
Figura 8 - Convergência entre as metas dos ODS e os atributos do PPA 2016-2019	35
Figura 9 - Estrutura do Programa Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	76
Quadro 1 - Metas específicas e indicadores do ODS 1.....	28
Quadro 2 - Metas específicas e indicadores do ODM 1	40
Quadro 3 - Plano de Ação da Agenda 2030 no Maranhão, 2019-2021	70
Tabela 1 - Resultados alcançados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	43
Tabela 2 - Grau de urbanização - Brasil, Nordeste e Maranhão - 1960, 2000, 2010	57
Tabela 3 - Distribuição da população por idade, sexo e raça/cor	58
Tabela 4 - Taxa de analfabetismo (%) por grupo de idade - Brasil e Maranhão em 2019 ...	61
Tabela 5 - Nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Maranhão em 2019	62
Tabela 6 - Número de programas por eixo	76
Tabela 7 - Correlação entre ODS x PPA 2020-2023	77
Tabela 8 - Correlação entre ODS x Atributos do PPA 2020-2023.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de pobreza extrema (em %) no Brasil	46
Gráfico 2 - Taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos de idade no ensino fundamental (%) no Brasil.....	48
Gráfico 3 - Razão entre as taxas de escolarização líquida de mulheres e homens por nível de ensino no Brasil	49
Gráfico 4 - Taxa de mortalidade na infância (por mil nascidos vivos) no Brasil.....	50
Gráfico 5 - Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) no Brasil.....	50
Gráfico 6 - Coeficiente de incidência de sarampo e coberturas vacinais (%) das vacinas contra sarampo (monovalente) em menores de 1 ano e tríplice viral em 1 ano de idade no Brasil .	51
Gráfico 7 - Mortalidade materna (número de óbitos por 100 mil nascidos vivos) no Brasil	52
Gráfico 8 - Taxa de Detecção Total de HIV/Aids (por 100 mil habitantes) no Brasil	53
Gráfico 9 - Taxa de Detecção de HIV/Aids em menores de 5 anos (por 100 mil habitantes) no Brasil.....	53
Gráfico 10 - Acesso permanente e sustentável à água potável (em %) no Brasil.....	54
Gráfico 11 - Acesso ao esgotamento sanitário (em %) no Brasil.....	55
Gráfico 12 - IDHM - Brasil, Nordeste e Maranhão - 1991, 2000, 2010, 2017.....	59
Gráfico 13 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (%) - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2011 a 2019	60
Gráfico 14 - Renda mensal domiciliar <i>per capita</i> da população, por Unidades da Federação em R\$ - 2020	63
Gráfico 15 - Taxa de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária no Maranhão - 2010 a 2020	64
Gráfico 16 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) no Maranhão - 2010 a 2019	64
Gráfico 17 - Razão de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos) - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2010 a 2019	65
Gráfico 18 - Taxa de desocupação anual (em %) - Brasil, Nordeste, Maranhão - 2012 a 2020	65
Gráfico 19 - Percentual da população em extrema pobreza (até ¼ de salário mínimo) - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2012 a 2019.....	66
Gráfico 20 - Atendimento de esgotamento sanitário - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2011 a 2019	67

Gráfico 21 - Abastecimento de água por rede geral - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2010 a 2019	67
Gráfico 22 - Taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI) (por 100 mil pessoas) no Maranhão - 2014 a 2020	68
Gráfico 23 - Grau de alinhamento entre os programas do PPA 2020-2023 e os ODS	78
Gráfico 24 - Grau de alinhamento entre as metas dos ODS e os objetivos dos programas do PPA 2020-2023	79
Gráfico 25 - Percentual de metas por ODS alinhadas com os objetivos dos programas do PPA	79
Gráfico 26 - Quantidade de programas do PPA x ODS	81
Gráfico 27 - Indicadores do PPA x ODS	81
Gráfico 28 - Ações do PPA x ODS	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPLAN	Assessoria de Planejamento
BM	Banco Mundial
CEODS	Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Cnumad	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTA-ODS	Grupo de Trabalho Aberto para elaboração dos ODS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
RMM	Razão de Mortalidade Materna
SEDIHPOP	Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular
SEGOV	Secretaria de Governo
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SUSTENTABILIDADE	16
3	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	26
3.1	Perspectivas dos ODS no Brasil	29
3.1.1	Os ODS e o Plano Plurianual (PPA)	33
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
5	PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM) NO MUNDO E NO BRASIL 40	
5.1	Resultados dos ODM a nível global	43
5.2	Resultados dos ODM no Brasil	45
5.2.1	ODM 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome	46
5.2.2	ODM 2: Universalizar a educação primária.....	48
5.2.3	ODM 3: Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres	48
5.2.4	ODM 4: Reduzir a mortalidade na infância	50
5.2.5	ODM 5: Melhorar a saúde materna.....	51
5.2.6	ODM 6: Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.....	52
5.2.7	ODM 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental.....	54
5.2.8	ODM 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.....	55
6	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO	57
7	OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO MARANHÃO	69
7.1	A adesão à Agenda 2030 pelo Governo do Estado do Maranhão	69
7.2	Iniciativas para implementação da Agenda 2030 no Maranhão	71
7.3	Programas e ações executados no Estado do Maranhão para o cumprimento dos ODS	75
7.4	Mecanismos de monitoramento e avaliação	82
7.5	Reflexões e recomendações	84
8	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A	97
	ANEXO A	121

1 INTRODUÇÃO

O impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente não é um fenômeno recente. Historicamente tem-se observado uma sucessão de acontecimentos que contribuíram e agravaram a degradação ambiental vivenciada mundialmente. Esses eventos vão desde o desenvolvimento gradual da agricultura em que o homem começa a modificar os ecossistemas naturais, passando pela Revolução Industrial, que acarretou transformações prejudiciais ao meio ambiente, até culminar no atual modo de vida capitalista (WILLERS e BRITO, 2012).

Ao longo das últimas décadas, a preocupação com o meio ambiente tornou-se cada vez mais ampla e globalizada, com isso diversos segmentos da sociedade como governos, instituições públicas e privadas e instituições de ensino e pesquisa, começaram a debater os impasses gerados pela exploração predatória do meio ambiente. Ao mesmo tempo, uma série de conferências internacionais foram realizadas a partir de várias perspectivas, colocando em evidência a problemática ambiental. Como consequência dessas conferências, diversos documentos foram elaborados com o objetivo de nortear políticas públicas de combate à degradação da natureza (MANSANO e CARVALHO, 2012).

Partindo desse contexto histórico, em que a questão ambiental ganhou destaque a partir da década de 1960 e começou a ser discutida em escala global, dando forma ao conceito de sustentabilidade, a partir da Conferência de Estocolmo, chegando ao conceito de desenvolvimento sustentável, pelo Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido hoje mundialmente, a humanidade passou a compreender que para que haja desenvolvimento sustentável não basta discutir apenas o crescimento econômico.

Desta forma, a humanidade começou a ter consciência que a vida na terra é insustentável se o ambiente estiver degradado. Pott e Estrela (2017, p. 271) ressaltam que “a questão ambiental é um tema obrigatório, pois compromete a nossa e as futuras gerações, bem como a qualidade de vida de todos os seres vivos do planeta”. Faria (2014, p. 13) acrescenta que

Neste sentido, uma sociedade sustentável não é exatamente apenas aquela que procura preservar, nos limites determinados pelas necessidades da produção e da reprodução do capital, as condições da natureza e do ambiente. É preciso igualmente valorizar as condições de vida daqueles que trabalham.

Tendo em vista a necessidade de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental para que as presentes e futuras gerações tenham condições propícias de vida, com

base na sustentabilidade e no desenvolvimento sustentável, o presente trabalho visa estudar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compromisso recente e desafiador assumido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus países-membros, fundamentado em um esforço conjunto para implementação de medidas ousadas e transformadoras para conduzir o mundo a um caminho sustentável.

Os ODS são um conjunto de objetivos integrados e indivisíveis integrantes da Agenda 2030. São um apelo global para erradicar a pobreza, preservar o meio ambiente e o clima e garantir que todas as pessoas, em todos os lugares, possam usufruir de paz e de prosperidade (ONU, 2015).

A Agenda 2030 é constituída em forma de plano de ação voltado para os seres humanos, o planeta, a paz universal, o respeito, a liberdade, a erradicação da pobreza e o alcance da paz e da prosperidade. É fundamentada nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (AGENDA 2030, 2015).

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável e diante do desafio de viabilizar a internalização, territorialização e interiorização dos ODS não apenas entre os países, mas em todos os níveis; no caso do Brasil, não apenas em nível federal, mas no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, na iniciativa privada e sociedade civil, o presente trabalho busca investigar as atitudes e iniciativas adotadas pelo Estado do Maranhão para a consecução dos ODS, no que diz respeito à políticas públicas, mecanismos de avaliação e monitoramento das metas a serem alcançadas, bem como propor recomendações para que estes objetivos sejam alcançados.

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar as iniciativas, programas e ações adotadas pelo Governo do Estado do Maranhão para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os objetivos específicos deste estudo são: analisar os resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no Brasil; identificar as políticas públicas que estão sendo implementadas pelo Governo do Estado do Maranhão para o avanço no cumprimento dos ODS; investigar os mecanismos de avaliação e monitoramento de metas e indicadores e as estratégias para a consecução dos ODS; e propor recomendações a serem adotadas no Estado do Maranhão para o alcance das metas dos ODS até o ano de 2030.

A metodologia utilizada para se chegar aos fins propostos consiste na realização de pesquisa bibliográfica e documental, além de estudo de caso, quanto aos meios; e, quanto aos fins, este estudo é exploratório e descritivo. No presente estudo, também se fez uso de entrevistas, um importante componente para a coleta de dados.

Como resultados a serem almeçados a partir do desenvolvimento do presente trabalho, espera-se que o Estado do Maranhão já esteja implementando políticas públicas para o alcance de determinados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como tenha criado metas e indicadores de acompanhamento. Por outro lado, podem existir ODS que não estejam sendo cumpridos pelo Estado e que não possuam políticas públicas elaboradas. Diante deste cenário, além de colaborar com a proposição de recomendações para a implementação dos ODS e para o cumprimento da Agenda 2030, objetiva-se fornecer conhecimento que contribua para a formulação de políticas públicas, para a tomada de decisão e conscientização da sociedade sobre a relevância desse tema.

Além da introdução e considerações finais, este trabalho se desdobra em seis capítulos, de forma sequencial e lógica. O capítulo dois contextualiza a evolução histórica da sustentabilidade. O capítulo três apresenta os ODS, sua criação e principais características, assim como o processo de adesão dos ODS pelo Brasil. O capítulo quatro explicita os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos neste trabalho.

Dando seguimento, o capítulo cinco traz os principais resultados alcançados pelos ODM, antecessor dos ODS. O capítulo seis expõe o diagnóstico situacional do Maranhão, levantando informações socioeconômicas do Estado, de forma a caracterizá-lo para o estudo. O capítulo sete apresenta o processo de implementação da Agenda 2030 no Estado do Maranhão, as iniciativas, os programas e ações para o cumprimento dos ODS, os mecanismos de monitoramento e avaliação utilizados nesse processo e propõe recomendações que buscam contribuir para a implementação da Agenda 2030.

Por fim, as considerações finais reiteram os desafios existentes e a complexidade da implementação da Agenda, no entanto destaca ações fundamentais e necessárias para a obtenção de êxito diante desse desafio global. Além de frisar a necessidade de estudos futuros para acompanhamento de metodologias e mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação dos ODS.

2 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SUSTENTABILIDADE

O percurso da humanidade desde os primórdios é marcado pela relação indissociável do homem com o meio ambiente, que consistia basicamente na captação de recursos naturais para garantir a sua subsistência, necessitando de elementos que dispunham de energia, abrigo e alimentação. A utilização desses recursos era feita de modo pacífico com a natureza. Dessa forma, o homem vivia em estreita harmonia com o meio ambiente, ocasionando danos insignificantes aos ecossistemas (GUIOMETTI e SILVA, 2019).

Após alguns milhares de anos, à medida que o homem deixou de viver como nômade e passou a se agrupar, ocorreu o desenvolvimento gradual da agricultura, primeira grande mudança no modo de vida, oportunizada pela criação de técnicas e ferramentas para conseguir comida e abrigo com menos dificuldade. Nesse contexto, ocorreu o aumento da população e, conseqüentemente, o surgimento das primeiras cidades. A oferta de maiores quantidades de alimentos cresceu juntamente com o aumento populacional (SILVA, 2016).

O homem, além do produzir seu próprio alimento, gerou excedente agrícola e pastoril, ocasionando o surgimento do comércio. Com o cultivo de vegetais, a domesticação de animais e a construção das cidades, o homem passou a modificar os ecossistemas naturais, de forma a ocasionar importantes alterações, como o desmatamento, por meio da derrubada de florestas (GUIOMETTI e SILVA, 2019).

A segunda grande transição na relação entre o homem e a natureza, ocorreu com o desenvolvimento da manufatura, entre os séculos XVI e XVII, provocando mudanças radicais, tanto nas relações sociais quanto nas relações de trabalho (BORGES, 2007). Esse período histórico, que precedeu a Revolução Industrial, foi marcado por uma grande dependência de combustíveis fósseis, que deu início a uma era de energia abundante, necessária para gerar iluminação, calor e força (LEITE, 2009).

Considerada o grande marco na alteração do modo de vida em escala mundial, a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra na metade do século XVIII, marcada pela transição da indústria da manufatura para a indústria mecânica, gerou o aumento da produção e a ascensão de novas tecnologias. A grande revolução promoveu o crescimento econômico e perspectivas de riqueza com prosperidade e qualidade de vida, acompanhados por um grande uso de energia e recursos naturais, provocando a degradação ambiental em demasia (POTT e ESTRELA, 2017).

Através deste marco importante para a humanidade, que foi a Revolução Industrial, se intensificaram os problemas ambientais, pois a maior taxa de emissões químicas de

gases de estufa e de substâncias tóxicas nocivas resultam das atividades industriais. Neste período o grande uso de inseticidas, herbicidas, fertilizantes, implementos e outros produtos industrializados fizeram com que a agricultura se tornasse uma atividade intensiva e degradante do meio ambiente. (SILVA e CRISPIM, 2011, p. 164)

Os vários problemas ambientais decorrentes da utilização excessiva de recursos renováveis e não renováveis, do crescimento desordenado nos grandes centros industriais, resultantes da concentração populacional e do comprometimento da saúde ambiental, entre vários outros fatores que acarretam a degradação ambiental, eram tidos como um mal necessário para o progresso.

A ideia de que o crescimento econômico era, necessariamente, acompanhado por alterações ambientais prejudiciais perdurou por quase três séculos após a Revolução Industrial. Apenas ao longo do século XX é que a percepção do homem em relação à natureza e aos problemas ambientais passou por grandes transformações. A questão ambiental começou a ser levantada entre o final da década de 1960 e início de 1970.

Dias (2008, apud LEITE, 2009, p. 3) assevera que na segunda metade do século XX, com a intensificação do crescimento econômico mundial, os problemas ambientais se agravaram e começaram a aparecer com maior visibilidade para amplos setores da população, particularmente dos países desenvolvidos, os primeiros a serem afetados pelos impactos provocados pela Revolução Industrial.

Nas últimas décadas, as informações sobre os problemas ambientais, tornadas possíveis e divulgadas pelas pesquisas e também pela imprensa, facilitam para as pessoas de todos os níveis sociais a conhecer, ou ao menos saber da existência dos problemas ambientais, criando um despertar ecológico, no qual a maioria, mesmo não agindo corretamente, consegue sentir os problemas que a natureza vem enfrentando. Nos últimos anos do século XX foram particularmente ricas as denúncias e os debates acirrados em conferências sobre mudanças ambientais, liderados por grandes pesquisadores dos mais variados campos do conhecimento [...] (SILVA e CRISPIM, 2011, p. 168).

A crise ambiental global despertava, gradativamente, a conscientização da humanidade sobre os problemas ambientais. O homem entra em um processo de sensibilização ambiental e mais pessoas passam a se preocupar com o meio ambiente à medida que se dão conta que os problemas ambientais não afetam apenas a qualidade de vida das pessoas, mas comprometem a sobrevivência dos seres humanos.

A partir da década de 1960, importantes acontecimentos mundiais revelaram a preocupação com os impactos ambientais causados pelas atividades humanas. Silva e Crispim

(2011) destacam alguns fatos considerados marcantes desse despertar da humanidade para com as questões ambientais. São eles:

A publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), por Rachel Carson, em 1962, trazendo os primeiros alertas mundiais do agravamento dos impactos ambientais. O livro da referida autora, considerado um clássico no movimento ambientalista, alertou sobre a utilização, de forma indiscriminada, de inseticidas e pesticidas e seus impactos na água, solo, ar e na vida humana, animal e vegetal, levando à proibição do uso do defensivo agrícola DDT (*Dicloro-Difenil-Tricloroetano*).

A criação do Clube de Roma, em 1968, por cientistas, educadores, industriais e empresários de diferentes países, para discutir os dilemas atuais e futuros da humanidade. O Clube de Roma “tinha por objetivo promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes: econômicos, políticos, naturais e sociais, que formam o sistema global, como também chamar a atenção dos tomadores de decisões de alto alcance e do público mundial” (BORGES, 2007, p. 17).

A Conferência realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris, no mês de setembro de 1968, abordou sobre a conservação e o uso racional de recursos da biosfera e serviu como base para o lançamento do programa *Man and Biosphere* (O Homem e a Biosfera), contou com a participação, dentre outras nações, do Brasil.

Já em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo, na capital da Suécia, onde ocorreu a primeira grande discussão global sobre as questões ambientais, como tentativa de harmonizar a relação homem-natureza, considerada um grande passo para a concepção do conceito de desenvolvimento sustentável. “Foi um evento realizado pela ONU que reuniu representantes de 113 países e gerou um dos documentos mais importantes para o movimento ambientalista, a ‘Declaração sobre o Ambiente Humano’ (RUFINO e CRISPIM, 2015, p. 3).

Ainda no ano de 1972, foi publicado o Relatório “Os limites do crescimento” (*The limits of growth*), pelo Clube de Roma, fazendo com que o grupo de pesquisadores se tornasse mais conhecido. Segundo Piga e Mansano (2015), o relatório foi a manifestação mais representativa da preocupação com o aumento do crescimento econômico e populacional, em que a degradação ambiental e a escassez de recursos limitariam esse crescimento, de maneira a conscientizar a sociedade sobre os limites de exploração do planeta.

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, pela Assembleia Geral da ONU, tendo como presidente a primeira ministra

da Noruega Gro Harlem Brundtland, cujo objetivo era avaliar a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento e propor alternativas viáveis para essa relação.

Como fruto da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi desenvolvido o *Relatório Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou *Relatório de Brundtland*, divulgado em 1987, considerado um dos documentos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. O relatório apresentou a definição mais elaborada de desenvolvimento sustentável, que ficou conhecida mundialmente como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, apud FEIL; STRASBURG; SCHREIBER, 2016, p. 13).

O Relatório Brundtland é considerado um marco no processo de debates sobre a interligação entre as questões ambientais e o desenvolvimento, pois faz um alerta para a necessidade das nações se unirem na busca de alternativas para os rumos vigentes do desenvolvimento. Afirma também, que o crescimento econômico que não melhora a qualidade de vida das pessoas e das sociedades não poderia ser considerado desenvolvimento. De forma paralela, o relatório também mostra que seria possível alcançar um maior desenvolvimento sem destruir os recursos naturais, conciliando crescimento econômico com conservação ambiental (NASCIMENTO, 2012, p. 20).

Já em 1992, foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), conhecida como “Rio-92” ou “Cúpula da Terra”, dando origem à publicação de documentos que sintetizaram a preocupação com as questões ambientais (POTT e ESTRELA, 2017). São eles: Agenda 21, Convênio sobre a Diversidade Biológica, Convênio sobre as Mudanças Climáticas, Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas e Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Para Lestienne (2012, apud SILVA et al., 2019, p. 598), ganha destaque a Agenda 21, considerada um importante instrumento “formulado internacionalmente para ser adotado em escala global, nacional e local por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente”. Nascimento (2012) menciona que a Agenda 21 foi um programa de ações ousado e abrangente em que 179 países se comprometeram a implementá-la, adaptando às suas realidades para a promoção de um desenvolvimento que concilia proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

No ano 2000, entrada do novo milênio, foi realizada, pela ONU, a Cúpula do Milênio, em Nova Iorque. A Cúpula refletiu a preocupação de 191 nações e deu origem à

Declaração do Milênio das Nações Unidas, que objetivou ir ao encontro das reais necessidades das pessoas em todo o mundo (ANDRADE, 2013).

Com a ratificação da Declaração do Milênio por todos os participantes da Cúpula, oito temas foram priorizados: a) pobreza; b) educação; c) igualdade de gênero e autonomia das mulheres; d) mortalidade infantil; e) mortalidade materna; f) HIV/Aids, malária e outras doenças; g) meio ambiente; e, h) compromisso dos países ricos em relação ao desenvolvimento global (ANDRADE, 2013).

Um ano após a Cúpula do Milênio, foi lançado o *Road Map Towards the Implementation of the United Nations Millennium Declaration*, na 56ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas. O documento tornou executáveis as ideias apontadas na Cúpula e ratificadas pela Declaração do Milênio. Por meio desse documento, foram apresentados ao público internacional os ODM (CARVALHO e BARCELLOS, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) emergiram de uma série de cúpulas multilaterais realizadas durante os anos 1990 sobre o desenvolvimento humano. O processo de construção dos ODM contou com especialistas renomados e esteve focado, principalmente, na redução da extrema pobreza. A Declaração do Milênio e os ODM foram adotados pelos Estados-membros da ONU em 2000 e impulsionaram os países a enfrentarem os principais desafios sociais no início do século XXI (AGENDA 2030, 2015, p. 3).

Os ODM, também conhecidos como “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, são formados por um conjunto de oito objetivos globais de desenvolvimento, estabelecidos por meio das prioridades da Declaração do Milênio. Para esses objetivos foram definidas uma série de metas e indicadores a serem alcançados até o ano de 2015, quando haveria uma nova reunião da Cúpula das Nações Unidas para discutir novos objetivos e metas para os próximos anos.

Os 8 objetivos do milênio são subdivididos em 21 metas específicas e 60 indicadores. Os 189 países-membros da ONU e 23 organizações internacionais se comprometeram com os ODM (CARVALHO e BARCELLOS, 2015). Os Objetivos do Milênio estão dispostos na Figura 1.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ODM Brasil (2004)

1. *Erradicar a extrema pobreza e a fome*
2. *Universalizar a educação primária*
3. *Promover a igualdade entre os sexos e empoderar as mulheres*
4. *Reduzir a mortalidade de crianças*
5. *Melhorar a saúde materna*
6. *Combater o HIV/Aids, malária e outras doenças*
7. *Garantir a sustentabilidade ambiental*
8. *Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento*

Prosseguindo pelo século XXI, Pott e Estrela (2017) acrescentam outros dois grandes eventos internacionais: a Rio+10 e a Rio+20.

Realizada em Johannesburgo, África do Sul, no ano de 2002, a Rio+10 (Cnumad) não trouxe muitas novidades em relação à Rio-92, o evento reiterou a importância das ações dos países quanto à melhoria da distribuição de água e saneamento para as populações mais necessitadas. Também foi elaborado um plano de ação com vistas à redução da perda da biodiversidade até 2010. Para Piga e Mansano (2015, p. 184), “o evento teve como um dos seus objetivos principais a avaliação dos acordos e convênios elaborados na Rio-92, particularmente da Agenda 21 e, se fosse possível, o delineamento dos próximos passos para a implementação plena desses documentos [...]”.

Já a Rio+20 ocorreu em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, contando com a participação de 190 chefes de estados de 190 países. “A Conferência teve dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável” (RIO+20, 2011). Silva et al. (2019) destaca que a Rio+20 foi um encontro que estabeleceu alianças entre os participantes com o propósito de construir uma nova agenda de ações para substituir os ODM após o ano de 2015.

Durante a Rio+20 foi determinada a criação de um grupo de trabalho responsável pela elaboração de um projeto para os novos objetivos de desenvolvimento sustentável. O denominado Grupo de Trabalho Aberto para elaboração dos ODS (GTA-ODS) contou com representantes de 70 países, compostos por integrantes da sociedade civil, da comunidade científica e dos sistemas das Nações Unidas (AGENDA 2030, 2015).

Após a Rio+20, foi elaborado, pela ONU, um sistema de consulta amplo e inclusivo sobre questões de interesse global que poderiam compor a nova agenda de desenvolvimento pós-2015. A implementação dos novos objetivos de desenvolvimento sustentável foi resultado de uma ampla consulta e entendimentos multilaterais, formulados de forma mais democrática (AGENDA 2030, 2015).

Em setembro de 2015, os ODS foram oficialmente adotados na Cúpula da ONU, em Nova Iorque, pelos representantes dos seus 193 Estados-membros, que se comprometeram a aplicá-los a partir de janeiro de 2016. Os países adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e firmaram o compromisso de tomar medidas ousadas e transformadoras para conduzir o mundo a um caminho sustentável, com propostas mais atualizadas em relação à realidade vivida (ROMA, 2019).

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (AGENDA 2030, 2015, p. 1).

Para a ONU (2015), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

As diretrizes dos ODS têm como foco principal os três pilares da sustentabilidade: eixo social, ambiental e econômico; contempla ainda o pilar institucional, que diz respeito às capacidades de colocar em prática esses objetivos. Além disso, são mais globais que os ODM e focalizam, enfaticamente, as questões ambientais. Se antes o compromisso era com a erradicação da pobreza extrema, agora “não deixar ninguém para trás” passou a ser o lema e o grande desafio (CARVALHO; BARCELLOS; MARQUES, 2019, p. 3).

Os 17 ODS, considerados integrados e indivisíveis, são assim apresentados (ONU, 2015):

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Agenda 2030 (2015)

1. Erradicação da pobreza: erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.

2. Fome zero e agricultura sustentável: erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

3. Saúde e bem-estar: garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

4. Educação de qualidade: garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

5. Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

6. Água potável e saneamento: garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

7. Energia limpa e acessível: garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas para todos.

8. Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

9. Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10. Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

12. Consumo e produção responsáveis: garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

13. Ação contra a mudança global do clima: adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

14. Vida na água: conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15. Vida terrestre: proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação dos solos e deter a perda da biodiversidade.

16. Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação: reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é uma das iniciativas mais recentes para o alcance da sustentabilidade efetiva. A Agenda 2030 abrange temas ligados às dimensões ambiental, social, econômica e institucional do desenvolvimento sustentável, com o propósito de erradicar a pobreza, preservar o meio ambiente e proporcionar bem estar para gerações atuais e futuras independente de raça, gênero ou cor (GAMA, 2019).

Ainda no ano de 2015, foi adotado o primeiro acordo global sobre mudança do clima, em Paris, durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, também conhecida como COP21, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa na camada de ozônio e manter o aumento da temperatura bem abaixo de 2° C. O chamado Acordo de Paris foi sucessor do Protocolo de Kyoto (ONU, 2022).

Outro marco importante para a sustentabilidade, foi a realização da 25ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em 2019. A COP25 buscou apresentar novos caminhos para o enfrentamento das mudanças climáticas e agilizar ações para o cumprimento do Acordo de Paris. Na conferência, 120 países reforçaram o compromisso de manter o aumento da temperatura em até 1,5° C e alcançar a neutralidade de emissões de CO₂ até 2050 (ONU, 2022).

Já em setembro do mesmo ano, os líderes mundiais lançaram em Nova Iorque a “Década da Ação”, com início em 2020 para acelerar o alcance dos ODS em todo o mundo.

A ONU estabeleceu a partir de 2020 a “Década da Ação”, como um conjunto de prioridades para o cumprimento da Agenda 2030. Essa década, assolada pela covid-19, terá ainda as Conferências do Clima e da Biodiversidade que, para ajustar as veredas do planeta à sustentabilidade, devem incorporar diferentes cosmovisões da

natureza seguindo a lógica da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás (PADGURSCHI, 2021, p.3).

Por fim, neste breve percurso histórico é possível notar a evolução de políticas ambientais e de sustentabilidade, bem como uma maior consciência por parte dos indivíduos de que a problemática ambiental compromete a sobrevivência na terra. E que, o enfrentamento de tais problemas por meio de políticas públicas vem se mostrando uma possível saída para mitigar a degradação ambiental. (POTT e ESTRELA, 2017).

3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O documento intitulado “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, oficializado na conferência da cúpula da ONU em Nova Iorque no mês de setembro de 2015, constitui um plano de ação de dimensão mundial que tomou como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A Agenda 2030 possui, além dos 17 ODS e suas 169 metas de ação global para alcance até 2030; a Declaração que contém a visão, os princípios e os compromissos da Agenda 2030; as formas de acompanhamento e avaliação da Agenda 2030; e, os meios necessários para implementá-la (ONU, 2015).

Adotada por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU, a agenda assumiu o compromisso de “não deixar ninguém para trás”, em referência aos mais pobres (ROMA, 2019). Machado Filho (2016) acrescenta que “não deixar ninguém para trás” é o lema e também o maior desafio da agenda, uma vez que “é crucial buscar que os objetivos e metas sejam alcançados para todas as nações e todos os povos e para todos os segmentos da sociedade até 2030” (MACHADO FILHO, 2016, p. 104).

A Agenda 2030 possui ações direcionadas em áreas de extrema importância para a humanidade e o planeta. Essas áreas, chamadas de 5 P’s da Agenda 2030, abrangem: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria.

Figura 3 - Os 5 P’s da Agenda 2030



Fonte: Movimento Nacional ODS (2021)

No plano das Pessoas, a agenda pretende erradicar a pobreza e a fome de todas as formas e garantir a dignidade e a igualdade; em relação ao Planeta, o intuito é proteger os recursos naturais e o clima para as gerações futuras; quanto à Prosperidade, o objetivo é assegurar que as pessoas tenham vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; a Paz busca promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e a dimensão Parcerias tem o propósito de implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida (ONU, 2015).

Os ODS são integrados e indivisíveis e “essa abordagem integrada deve ser refletida no planejamento, na implementação e no monitoramento e avaliação das ações. Existem conexões profundas e diversos elementos transversais entre os objetivos e metas que devem ainda ser explorados” (MACHADO FILHO, 2016, p. 106). Silva (2018, p. 663) complementa que

É difícil analisar os ODS de forma independente um do outro, pois todos são correlacionados e têm como base o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, que concebe a ideia de que nenhum direito humano pode ser integralmente implementado sem que os outros direitos também o sejam. A indivisibilidade sugere uma relação que não pode ser separada sem que se perca seu significado, sua funcionalidade.

Os ODS também contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Silva (2018) acrescenta que o documento da Agenda 2030 possui um quarto pilar e deve “ser analisado a partir de quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica, ambiental e institucional” (SILVA, 2018, p. 663). Cada uma dessas dimensões engloba determinados ODS.

Figura 4 - Dimensões dos ODS



Fonte: Brasil (2016)

Para todos os ODS foram definidas metas e indicadores globais, elaborados pela ONU em conjunto com os países-membros e a sociedade civil. No Quadro 1 está a estruturação do ODS 1, com suas sete metas e quatorze indicadores.

Quadro 1 - Metas específicas e indicadores do ODS 1

ODS 1 - Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	
Metas	Indicadores
1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.	1.1.1 Percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza extrema, por sexo, idade, status de ocupação e localização geográfica (urbano/rural).
1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.	1.2.1 Percentual da população abaixo da linha nacional de pobreza, por sexo e idade. 1.2.2 Percentual de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as suas dimensões de acordo com definições nacionais.
1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.	1.3.1 Percentual da população coberta por pisos/sistemas de proteção social, por sexo, especificando crianças, pessoas desempregadas, pessoas idosas, pessoas com deficiências, mulheres grávidas, recém-nascidos, vítimas de acidentes de trabalho, pobres e vulneráveis.
1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.	1.4.1 Percentual da população vivendo em habitações com acesso a serviços básicos. 1.4.2 Percentual do total da população adulta com direitos à posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe seus direitos à terra como assegurados, por sexo e por tipo de posse.
1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.	1.5.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas por desastres, por 100.000 pessoas. 1.5.2 Perda econômica direta atribuída a desastres em relação ao produto interno bruto global. 1.5.3 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres alinhadas com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. 1.5.4 Percentual de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de riscos de desastres alinhadas com estratégias nacionais de redução de riscos de desastres.
1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.	1.a.1 Percentual de recursos alocados pelo governo diretamente para programas de redução da pobreza. 1.a.2 Percentual do total de despesas governamentais em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social). 1.a.3 Soma dos subsídios totais e das entradas que não geram dívidas diretamente atribuídas aos programas de redução da pobreza como percentual do PIB.
1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a	1.b.1 Percentual de despesas governamentais recorrentes e de capital com setores que beneficiam proporcionalmente mais as mulheres, pobres e grupos vulneráveis.

gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2015)

Os ODS, propostos pela ONU, possuem metas e indicadores gerais e a Agenda 2030 recomenda que cada país realize a adaptação dessa agenda de acordo com as suas realidades. Os países devem trabalhar para implementar a agenda considerando “as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, e respeitando as políticas e prioridades nacionais” (ONU, 2015).

No entanto, a implementação da Agenda 2030, por meio dos ODS, não é responsabilidade de cada país, de forma individual, mas sim de um trabalho conjunto entre as nações, em que cada uma delas deve adaptar os ODS à sua realidade com a finalidade de obter um resultado positivo para o mundo.

Muitos países já adotam os ODS em seus planos de ações, políticas e estratégias nacionais. A Colômbia, por exemplo, é um desses países que inserem tais objetivos em seu planejamento nacional. Algumas ações realizadas no país vão desde o alinhamento local dos ODS até a apresentação voluntária de revisões nacionais sobre o progresso na implementação local da Agenda 2030. A Colômbia foi um dos 22 países que apresentaram o relatório voluntário no Fórum Político de Alto Nível de 2016 (*High Level Political Forum - HLPF*), fórum realizado anualmente pela ONU, para acompanhamento da Agenda 2030. Também foi o primeiro país do mundo a tomar a decisão de alinhar o seu plano nacional de desenvolvimento com os ODS (PINEDA-ESCOBAR, 2019).

Outra ação realizada pelo país foi o desenvolvimento de um conjunto de indicadores nacionais baseados nas metas dos ODS, que possibilitam uma melhor coordenação no processo de implementação dos ODS, apesar das lacunas de informações serem um dos grandes desafios para o processo de monitoramento e avaliação. Vários atores mundiais reconheceram os esforços da Colômbia para traduzir os ODS no planejamento local e consideram o país um exemplo para o mundo no sentido de localização dos ODS (PINEDA-ESCOBAR, 2019).

3.1 Perspectivas dos ODS no Brasil

O Brasil, país-membro da ONU, ao negociar e aderir à agenda no âmbito das Nações Unidas, firmou o compromisso com o desenvolvimento pós-2015. Para promover a adequação da realidade brasileira na implementação dos ODS, em conformidade com as

recomendação da ONU, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), em 2016, com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no país (Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016).

A CNODS, criada com a intenção de subsidiar a implementação da Agenda 2030 no país, trata-se de um órgão consultivo, integrante da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), de estrutura paritária com representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil (ARAÚJO, 2019). O Decreto nº 8.892 estabeleceu 16 componentes para a composição da Comissão, relacionados abaixo:

- Seis representantes do governo federal: Secretaria de Governo (SEGOV), que exerce a presidência da Comissão; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG); e, Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Uma representação dos níveis de governo estadual/distrital;
- Uma representação dos governos municipais; e,
- Oito representações da sociedade civil.

Figura 5 - Estrutura da Comissão Nacional para os ODS



Fonte: Plano de Ação CNODS (2017)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também compuseram a Comissão como órgãos de assessoramento permanente aos trabalhos a serem desenvolvidos. O Artigo 7º do Decreto permitia que a Comissão convidasse outros representantes de entidades e órgãos públicos, da sociedade civil e do setor privado para colaborar com as atividades. Também ficou prevista a criação de Câmaras Temáticas para contribuir com a elaboração de propostas para a implementação dos ODS (ARAÚJO, 2019).

O Decreto de criação da CNDOS elenca as competências da Comissão, cujo propósito é subsidiar a implementação da Agenda 2030 no país. São elas:

I - elaborar plano de ação para implementação da Agenda 2030; II - propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS; III - acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos; IV - elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais; V - identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS; e VI - promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal (Decreto n. 8.892, 2016, p. 1).

Um ano após a criação e objetivando cumprir as suas atribuições, a CNDOS publicou o Plano de Ação 2017-2019 com a finalidade de adequar as 169 metas dos ODS e seus respectivos indicadores globais à realidade brasileira. Esse processo de construção de metas e indicadores nacionais foi coordenado pelo IBGE e pelo Ipea (ROMA, 2019).

O IBGE, detentor das estatísticas e dados nacionais, coordena o processo de produção de indicadores ODS, não apenas no sentido de adequar as metas e indicadores globais, mas também subsidiando discussões acerca da definição, implementação e monitoramento dos indicadores nacionais. Já o Ipea desenvolve atividades de elaboração e disseminação de estudos e análises de dados para subsidiar a CNDOS (AGENDA 2030, 2015).

Na promoção da adequação dos ODS à realidade brasileira, Roma (2019, p. 38), que é pesquisador do Ipea, faz um relato de como ocorreu o processo.

Inicialmente os pesquisadores do Ipea analisaram e debateram internamente as 169 metas globais, elaborando propostas de adequação, quando necessário. Posteriormente essas propostas foram apresentadas em oficinas de trabalho que contaram com a participação de mais de 600 técnicos e gestores no total, integrantes de 75 órgãos governamentais envolvidos na implementação da Agenda 2030. Nessa etapa, realizada entre abril e maio de 2018, foram organizadas 17 sessões temáticas e instituídos 17 grupos interministeriais, correspondentes a cada ODS, os quais se dedicaram a apreciar a proposta inicial de adequação das metas elaborada pelo Ipea e, em seguida, a sugerir aprimoramentos necessários. Em continuidade aos debates iniciados nas oficinas e sessões temáticas, esses grupos trabalharam coletivamente,

por meio de intensa comunicação via internet e reuniões presenciais, de forma a acordarem sobre a proposta de adequação das metas.

O pesquisador acima citado continua

Em síntese, de um total de 169 metas globais encaminhadas pela ONU, 167 foram consideradas pertinentes ao país, ainda que muitas delas tenham requerido alterações no texto para se adequarem às especificidades nacionais. No total, 39 metas globais foram mantidas em seu formato original e 128 foram alteradas, tendo em vista a necessidade de adequá-las à realidade brasileira, de conferir mais clareza ao seu conteúdo original ou, ainda, de quantificá-las com maior precisão. Adicionalmente, foram criadas oito novas metas, totalizando 175 metas nacionais, das quais 99 foram classificadas como finalísticas e 76 como de implementação (ROMA, 2019, p. 39).

Finalmente, a partir de um esforço conjunto por parte de diferentes instituições governamentais para a produção de indicadores ODS em escala nacional, o Ipea elaborou um relatório que “readequou as metas às prioridades do Brasil, considerando estratégias, planos e programas nacionais e os desafios do país para garantir o desenvolvimento sustentável na próxima década” (IPEA, 2018, p. 1).

O relatório “ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: proposta de adequação” apresentado pelo Ipea, com a adequação das metas globais da Agenda 2030 para a realidade brasileira, contou com a participação de 75 órgãos governamentais e mais de 600 especialistas e gestores do governo federal. Foram realizados debates entre os participantes e envio de sugestões acrescentadas às metas nacionais, além de consulta pública pela internet, em que o Ipea buscou agregar, sempre que possível, as sugestões apresentadas.

Destaca-se que em 11 de abril de 2019, a CNDOS foi extinta pelo Decreto nº. 9.759, sob a justificativa de que a Comissão cumpriu com as ações previstas em seu Plano de Ação entre os anos 2017 e 2018.

Após a publicação do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu a CNODS, a Secretaria Especial de Articulação Social informou estar envidando esforços no sentido de reestruturar e/ou estabelecer novo modelo de governança para a implementação dos ODS, como também tem trabalhado no sentido de obter definição sobre a manutenção do Brasil como signatário da Agenda (BRASIL, 2019, p. 11).

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que atua na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030, por meio do Relatório Luz de 2019, criticou a extinção da CNDOS, assegurando que o fim da Comissão desestruturou o processo de

implementação dos ODS. “O fim da CNODS indica que o governo federal não considera o acordo assinado em 2015 um compromisso de Estado” (GTSC A2030, 2020).

Outro fator de impacto bastante negativo para a Agenda 2030, foi o surgimento da pandemia de covid-19, em dezembro de 2019, que persiste até os dias atuais. Diante desse novo cenário, os impactos nos níveis de desenvolvimento humano são profundos e sem precedentes em todas as regiões do planeta, fazendo com que o alcance dos ODS seja ainda mais desafiador (ONU, 2020).

3.1.1 Os ODS e o Plano Plurianual (PPA)

Para a implementação dos ODS, a ONU recomendou aos países elaborar estratégias nacionais e construí-las “sobre os instrumentos de planejamento existentes” (ONU, 2015, p. 39). E, ressaltou que “cada governo também vai decidir como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos, nas políticas e estratégias nacionais de planejamento” (ONU, 2015, p. 13).

Seguindo o proposto no âmbito da ONU, o governo brasileiro iniciou o estabelecimento de estratégias para alcance dos objetivos e metas dos ODS. O esforço realizado pelo governo dentro da temática foi apresentado no Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS de 2017, no Fórum Político de Alto Nível de 2017 (ARAÚJO, 2019).

O Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS, apresentou “um esforço de estruturação e coordenação de ações integradas refletido nas estratégias de internalizar e interiorizar a Agenda 2030 no País” (BRASIL, 2017, p. 20). E demonstrou como o governo brasileiro buscou adequar as metas globais à realidade nacional, considerando aspectos como “a diversidade regional, as prioridades do governo brasileiro, os planos nacionais de desenvolvimento, a legislação vigente e a conjuntura socioeconômica vivida pelo País” (BRASIL, 2017, p. 20). As ações para a adequação das metas ODS à realidade brasileira estão apresentadas na Figura 6.

Figura 6 - Adequação das metas



Fonte: Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS (BRASIL, 2017)

Uma das principais iniciativas do governo brasileiro foi a vinculação de planos nacionais às metas ODS para adequação da Agenda 2030 à realidade brasileira. O governo realizou o alinhamento entre os objetivos e metas ODS e o Plano Plurianual (PPA)¹ 2016-2019 (FURTADO, 2018).

Como forma de avaliar a convergência entre o planejamento de médio prazo do governo federal e o mais abrangente compromisso internacional assumido pelo país, realizou-se um esforço de alinhamento entre o PPA e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir do cruzamento das metas e iniciativas do PPA com as metas dos ODS, foram criadas as Agendas ODS, que organizavam os atributos do PPA que contribuíam para o alcance de cada objetivo e meta da Agenda 2030 (RAMIRO, 2021, p. 47).

A realização do mapeamento das políticas públicas federais, consolidadas por meio do PPA e sua relação com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, teve como primeiro passo na internalização da agenda a verificação da correspondência entre as metas dos ODS e os atributos estabelecidos pelo PPA 2016-2019.

A correspondência das metas e indicadores dos ODS com os atributos do PPA visa a identificar a congruência entre os objetivos declarados pela Agenda 2030 com o instrumento de planejamento do Governo Federal, vinculando a visão de médio prazo da atuação governamental com a expectativa de implantação dos compromissos constantes nos ODS. Para a realização desse estudo foi construído

¹ O PPA, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo. Ele estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública de forma regionalizada, é organizado em programas e estruturado em ações que objetivam trazer como resultados bens e serviços para a população. O PPA possui duração de quatro anos. Foi criado com o objetivo de assegurar existência e continuidade das ações do governo, por isso começa no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e termina no fim do primeiro ano de seu sucessor, para que haja continuidade do processo de planejamento. No PPA, constam os atributos das políticas públicas executadas. (GOIÁS, 2018).

um banco de dados que permitiu relacionar cada uma das metas e indicadores dos ODS a um ou mais atributos do PPA 2016-2019, propiciando a visão sistêmica e transversal necessária à coordenação dos esforços para o alcance das metas (BRASIL, 2017, p. 26).

Na Figura 7 é possível verificar a composição da Agenda 2030 correlacionada com os atributos do PPA Federal 2016-2019. A Agenda é composta de objetivos, metas e indicadores e o PPA, de programas, objetivos, metas e iniciativas.

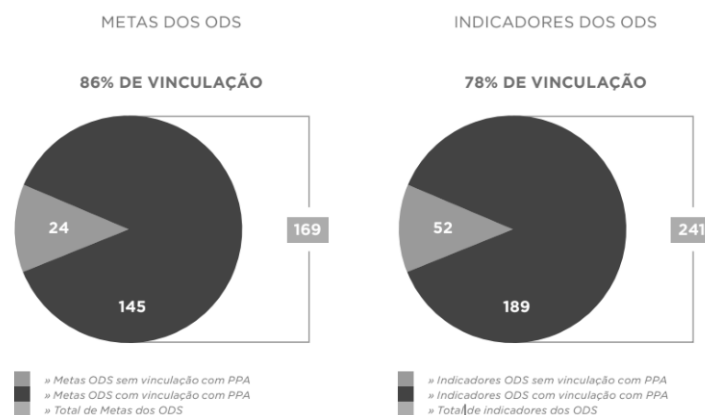
Figura 7 - Composição da Agenda 2030 e do Plano Plurianual 2016-2019



Fonte: Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS (BRASIL, 2017)

A partir da convergência entre as metas e indicadores dos ODS com os atributos do PPA Federal, foi possível verificar que 88% das metas dos ODS tinham vinculação com os atributos do PPA e 78% dos indicadores dos ODS também possuíam essa associação.

Figura 8 - Convergência entre as metas dos ODS e os atributos do PPA 2016-2019



Fonte: Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS (BRASIL, 2017)

Outra constatação da convergência entre os ODS e o PPA ocorreu com a atribuição dos elementos do PPA relacionados com os ODS aos Ministérios responsáveis pela implementação dessas políticas. Foi verificado, também, que o mesmo órgão se relaciona a diferentes metas ODS, ou seja, diferentes órgãos do Governo Federal contribuem para o alcance de uma mesma meta, reforçando a importância da integração. Por fim, para que os ODS alcancem todos os brasileiros, as metas e indicadores devem se adequar às diferentes realidades existentes no Brasil, o que exige comprometimento dos governos locais e o engajamento e participação da sociedade civil (BRASIL, 2017).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a taxonomia apresentada por Vergara (2013), que a classifica quanto aos meios e quanto aos fins.

Quanto aos meios, esta pesquisa é bibliográfica e documental, além de estudo de caso, já que busca conhecer a realidade com profundidade. Configura-se como pesquisa bibliográfica, por se tratar de um estudo desenvolvido com base em material já publicado, visando obter uma fundamentação teórica para o desenvolvimento deste trabalho e contribuir para o aprimoramento da literatura sobre ODS.

Gil (2019) considera que a pesquisa bibliográfica, desenvolvida em material já elaborado, tem como principais fontes os livros e os artigos científicos. Esse procedimento permite que o investigador tenha acesso amplo aos fenômenos acerca do tema em estudo, além daquilo que vai pesquisar diretamente. Na pesquisa bibliográfica são buscados os dados para a produção do conhecimento pretendido.

A pesquisa documental é realizada a partir da análise de documentos diversos e dispersos, presentes no campo de investigação. Tais documentos são considerados fontes ricas e estáveis de dados.

A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial etc.). Isto significa que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise, no caso, a documental (TOZONI-REIS, 2010, p. 31).

A caracterização da pesquisa documental se fundamenta na coleta de dados e de informações a partir de documentos oficiais do Governo do Estado do Maranhão, publicados nos meios de comunicação oficial, tais como *sites*, Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOEMA) e agências de notícias. Foram consultadas bases de dados sólidas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), como forma de obtenção de dados para as análises necessárias do estudo.

Já o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2010, p. 39). Dessa forma, o

estudo de caso é utilizado em pesquisas para compreender, com profundidade, determinado evento, situação, processo ou algo que ocorra no mundo.

Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo. Utiliza métodos diferenciados de coleta de dados (VERGARA, 2013, p. 44).

Quanto aos fins, esta pesquisa é exploratória e descritiva, uma vez que busca tornar a temática dos ODS mais explícita, já que é relativamente recente e, tem o intuito de descrever e analisar a implementação da Agenda 2030 no Estado do Maranhão e o que vem sendo executado para o atingimento dos ODS, por meio do estudo de caso.

Gil (2019) afirma que a pesquisa exploratória tem a finalidade de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, objetivando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas. Busca reunir maior conhecimento sobre o fenômeno.

Em relação à pesquisa descritiva, Vergara (2013) argumenta que ela expõe questões de determinadas populações ou fenômenos, bem como estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. A pesquisa descritiva não tem o compromisso de explicar o que descreve, apesar de servir de base para tal explicação.

No presente estudo, também se fez uso de entrevista, um importante componente para a coleta de dados. É um procedimento em que o investigador busca obter informações a partir de relatos dos atores sociais. Minayo (2002) considera que, em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas.

A entrevista estruturada possui um roteiro com questões “fechadas”, previamente definidas e sequenciais, possui um grau elevado de estruturação. Já na entrevista não-estruturada ou aberta, o entrevistado fala livremente sobre o tema proposto e o entrevistador pode fazer perguntas para alcançar com mais profundidade as possíveis respostas. No presente trabalho, as entrevistas realizadas são do tipo não-estruturadas.

As entrevistas foram realizadas com dois servidores que integram o Governo do Estado do Maranhão, sendo o Entrevistado A, servidor do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC); e o Entrevistado B, da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). Os entrevistados possuem nível superior, exercem cargos de gestão nas respectivas instituições, trabalham com a temática da presente pesquisa e integram a CEODS.

Devido a pandemia da covid-19, as duas entrevistas ocorreram de forma virtual pela plataforma digital *Google Meet*, realizadas individualmente e previamente agendadas, de acordo com a disponibilidade de dia e horário de cada entrevistado. Os entrevistados foram orientados sobre o objetivo da pesquisa e autorizaram a gravação das entrevistas. As gravações foram salvas em forma de arquivo no *Drive* da plataforma *Google Meet* e posteriormente foram transcritas pela pesquisadora.

As entrevistas ocorreram nos dias 06 e 07 de dezembro de 2021, com duração aproximada de 50 minutos cada. Como limitação, cita-se a disponibilidade dos entrevistados, uma vez que houve dificuldade no agendamento de horário disponível para a realização das entrevistas, de forma a não prejudicar o trabalho dos entrevistados no âmbito do Governo do Estado do Maranhão.

5 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM) NO MUNDO E NO BRASIL

Como já mencionado, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram elaborados a partir da reunião da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, nos anos 2000, após a adoção da Declaração do Milênio das Nações Unidas. Os ODM foram oito² grandes objetivos globais “criados com a intenção de conduzir o planeta para um ambiente de solidariedade entre seus habitantes, com melhorias nas condições de vida da população, com maior justiça socioambiental” (PEREIRA, 2013, p. 67). Roma (2019, p. 33) acrescenta que

Os oito ODM abrangiam ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Para cada um dos oito objetivos foram estabelecidas metas globais, em um total de 21 metas, cujo acompanhamento de progresso deu-se por meio de um conjunto de 60 indicadores. A maioria das metas estabelecidas para os ODM tinha como horizonte temporal o intervalo de 1990 a 2015, isto é, avaliavam o progresso ocorrido nos indicadores em intervalos regulares até 2015, tendo por base dados iniciais obtidos em 1990.

Os 8 ODM, suas metas específicas e seus indicadores, foram propostos por especialistas do Secretariado das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (CARVALHO e BARCELLOS, 2015, p. 7). O Quadro 2 apresenta, de forma elucidativa, o desdobramento do ODM 1 com suas 3 metas e 9 indicadores, no total.

Quadro 2 - Metas específicas e indicadores do ODM 1

Objetivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome	
Metas	Indicadores
Meta 1.A Até 2015, reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990	1.1 Percentagem da população vivendo com menos de US\$ PPC 1,25 por dia 1.2 Hiato de pobreza extrema (em %), US\$ PPC 1,25 por dia 1.3 Percentagem da renda nacional detida pelos 20% mais pobres
Meta 1.B Assegurar trabalho decente e produtivo para todos, promovendo a inclusão de mulheres e jovens	1.4 PIB por trabalhador ocupado 1.5 Taxa de ocupação da população em idade ativa (em %) 1.6 Percentagem da população ocupada vivendo com menos que US\$ PPC 1,25 por dia

² 1- Erradicar a extrema pobreza, 2- Atingir o ensino básico universal 3- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, 4- Reduzir a mortalidade na infância, 5- Melhorar a saúde materna, 6- Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças, 7- Garantir a sustentabilidade ambiental e 8- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

	1.7 Percentagem de trabalhadores por conta própria e não remunerados sem contribuição para previdência na população ocupada
Meta 1.C Até 2015, reduzir a fome à metade do nível de 1990	1.8 Percentagem de crianças menores de 5 anos com peso abaixo do esperado para a idade 1.9 Proporção da população abaixo do nível mínimo de consumo de energia alimentar

Fonte: MDG (2008)

Acerca da formulação dos ODM, a ONU (2012) destaca que a elaboração destes objetivos foi bastante relevante para os países, pois pela primeira vez houve uma definição de um conjunto de objetivos diretos e concisos e de metas quantificáveis com prazos determinados na tentativa de operacionalizar algumas dimensões básicas do desenvolvimento sustentável. Carvalho e Barcellos (2015, p. 7) também afirmam que “muitos países em desenvolvimento desenharam estratégias nacionais de desenvolvimento explicitamente orientadas para atingir as metas dos ODM e colocaram esses objetivos entre suas prioridades nacionais”.

O ex-ministro de desenvolvimento holandês Jan Pronk (2003, apud ANDRADE, 2017, p. 37) enumera algumas das vantagens dos ODM, quais sejam: (i) representam praticamente todas as dimensões relevantes da pobreza, como já mencionado; (ii) referem-se ao mundo como um todo, mas são específicos o suficiente para serem implementados no nível nacional; (iii) são voltados à obtenção de resultados; (iv) são precisos e quantificados, afastando-se de promessas vagas; e, (v) são ambiciosos, ao aspirar a redução da pobreza pela metade em apenas 15 anos.

O Lancet and London International Development Centre Commission (2010, apud CARVALHO e BARCELLOS, 2015 p. 12) também cita quatro relevantes contribuições positivas dos ODM: “estimula o consenso mundial global; fornece foco para a defesa da ajuda aos países mais pobres; aprimora a focalização e o fluxo de ajuda ao desenvolvimento e; desenvolve o monitoramento de projetos de desenvolvimento”.

Na mesma linha, Sachs (2012) ao comparar os ODM com outros objetivos e agendas da ONU, defende que os ODM alcançaram longevidade no suporte e conscientização do público. Para o autor, manifestar e divulgar os oito objetivos foi fácil e a brevidade e simplicidade dos ODM funcionaram efetivamente do ponto de vista da mobilização política.

Algumas críticas também foram feitas aos ODM, Hulme (2009, p. 43 apud ANDRADE, 2017, p. 27) menciona que os ODM foram estabelecidos em um processo contínuo, sem definição de começo ou fim e sem etapas claras para a identificação, formulação e implementação.

Carvalho e Barcellos (2015) citam que não encontraram nenhum documento da ONU que justifique e fundamente a escolha dos oito ODM. Encontraram apenas um - Development Group (2003) - que trata especificamente da metodologia dos indicadores, mas não demonstra como se chegou aos indicadores. Os autores sugerem que como não existe esse documento, as escolhas foram políticas, decorrentes de acordos entre países e organizações. Eles também ressaltam que a Declaração do Milênio foi mais abrangente que os próprios ODM, estes deixaram de abordar os temas “paz, segurança e desarmamento” e “direitos humanos, democracia e governança”.

Prandi, Maximo e Lima (2015) apontam que uma das falhas cometidas durante a definição dos ODM foi a de não incluir nas negociações dos objetivos, as organizações da sociedade civil e os países mais pobres. Os autores também ressaltam que muitas questões presentes na Declaração do Milênio foram retiradas na formulação dos ODM, corroborando com a ideia de que muitos dos objetivos parecem ter sido criados mais devido a disponibilidade de dados existentes do que para atender a comunidade global. “Acerca de outras imperfeições do desenho dos ODMs é mister considerar também a falta de ambição presente em certas metas e objetivos” (PRANDI; MAXIMO; LIMA, 2015, p. 6).

Vandemoortele (2011) expõe que a crítica básica contra os ODM é que eles retratam uma perspectiva reducionista do desenvolvimento. Para o autor, o escopo dos objetivos é muito limitado; a sua definição é muito restrita na dimensão social; há uma ênfase exagerada na quantificação; e, temas essenciais presentes na Declaração do Milênio, como paz e segurança, direitos humanos, democracia e boa governança e proteção aos mais vulneráveis não foram compreendidos pelos ODM. Vandemoortele (2011) também ressalta que os valores universais como a liberdade, a tolerância e a igualdade não foram destacados nos objetivos, ao mesmo tempo em que lidam de maneira inadequada com a complexidade das dimensões abrangidas, como por exemplo, a igualdade de gênero.

Ponderando os elogios e as críticas aos ODM, Machado Filho (2016, p. 104) sustenta que

Os ODMs produziram o mais bem-sucedido movimento pela erradicação da pobreza na história e servirão como referência para a nova agenda para o desenvolvimento sustentável adotada. Por meio dos ODMs, a comunidade internacional aprendeu que o estabelecimento de objetivos é o melhor mecanismo para atingir melhores resultados para o desenvolvimento, no sentido de que tais compromissos são acompanhados de ações efetivas. Foi crescentemente reconhecido que com o estabelecimento de objetivos mensuráveis, resultados claros e quantificáveis podem ser atingidos.

Por fim, os ODM foram o primeiro esforço na tentativa de instrumentalizar alternativas para o alcance de algumas dimensões básicas do desenvolvimento sustentável, com

a definição de objetivos, metas e indicadores. Esses objetivos contribuíram para que várias questões importantes fossem repensadas e também melhoradas, de forma que a nova agenda pós-2015 pudesse buscar preencher as lacunas deixadas.

5.1 Resultados dos ODM a nível global

A ONU, por meio do Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2015, apresentou o último balanço dos ODM, revelando os 15 anos de esforços para alcançar os oito objetivos. A Tabela 1 apresenta um resumo dos resultados alcançados no mundo.

Tabela 1 - Resultados alcançados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODM	RESULTADOS
OBJETIVO 1: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME	<ul style="list-style-type: none"> • A pobreza extrema diminuiu de forma significativa nas últimas duas décadas. Em 1990, quase metade da população no mundo em desenvolvimento vivia com menos de 1,25 USD por dia. Em 2015, essa proporção caiu para 14%. • Globalmente, o número de pessoas que vive em pobreza extrema caiu para mais da metade, diminuindo de 1,9 mil milhões, em 1990, para 836 milhões em 2015. A maioria dos progressos verificou-se desde 2000. • O número de pessoas na classe média trabalhadora - que vivem com mais de 4 USD por dia - quase que triplicou entre 1991 e 2015. Este grupo constitui agora metade da força de trabalho nas regiões em vias de desenvolvimento, contra apenas os 18% em 1991. • A proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento diminuiu em quase metade desde 1990, de 23,3% em 1990 - 1992 para 12,9% em 2014 - 2016.
OBJETIVO 2: ALCANÇAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL	<ul style="list-style-type: none"> • A taxa de matrícula líquida no ensino primário nas regiões em desenvolvimento chegou aos 91% em 2015, em comparação com os 83% em 2000. • O número de crianças não escolarizadas com idade para frequentar o ensino primário a nível mundial diminuiu quase pela metade, para cerca de 57 milhões em 2015, em comparação com os 100 milhões em 2000. • A África Subsariana apresentou os melhores resultados na melhoria do ensino primário entre todas as regiões desde que os ODM foram definidos. A região alcançou um aumento de 20 pontos percentuais na taxa de matrícula líquida de 2000 a 2015, em comparação com o progresso de 8 pontos percentuais entre 1990 e 2000. • A taxa de alfabetização entre os jovens com 15 a 24 anos aumentou globalmente, de 83% para 91% entre 1990 e 2015. A disparidade entre mulheres e homens diminuiu.
OBJETIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E CAPACITAR AS MULHERES	<ul style="list-style-type: none"> • Comparando com 15 anos atrás, muito mais meninas frequentam agora a escola. As regiões em vias de desenvolvimento, como um todo, alcançaram a meta de eliminar a disparidade entre gêneros no ensino primário, secundário e superior. • No Sul da Ásia, em 1990 apenas 74 meninas estavam matriculadas no ensino primário para cada 100 rapazes. Hoje, 103 meninas estão matriculadas para cada 100 rapazes. • As mulheres constituem atualmente 41% dos trabalhadores remunerados fora do setor agrícola, um aumento em relação aos 35% de 1990. • Entre 1991 e 2015, a proporção de mulheres com empregos vulneráveis como parcela do emprego feminino total diminuiu 13 pontos percentuais. Por outro lado, o emprego vulnerável entre os homens caiu 9 pontos percentuais. • As mulheres ganharam terreno na representação parlamentar em quase 90% dos 174 países com dados para os últimos 20 anos. A proporção média de mulheres no parlamento quase que duplicou durante o mesmo período. No entanto, apenas um em cada cinco deputados é mulher.
OBJETIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL	<ul style="list-style-type: none"> • A taxa de mortalidade global abaixo dos cinco anos diminuiu em mais de metade, caindo de 90 para 43 mortes por 1000 nascidos vivos entre 1990 e 2015. • Apesar do crescimento da população nas regiões em vias de desenvolvimento, o número de mortes de crianças com menos de cinco anos diminuiu de 12,7 milhões em 1990 para quase 6 milhões em 2015 a nível global. • Desde o início da década de 90, a taxa de redução da mortalidade abaixo dos cinco anos mais do que triplicou a nível global. • Na África Subsariana, a taxa de redução anual da mortalidade abaixo dos cinco anos foi mais de cinco vezes mais rápida durante 2005 - 2013 do que durante 1990 - 1995. • A vacinação contra o sarampo ajudou a prevenir quase 15,6 milhões de mortes entre 2000 e 2013. O número de casos de sarampo conhecidos a nível mundial diminuiu em 67% para o mesmo período.

<p align="center">OBJETIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 84% das crianças em todo o mundo receberam pelo menos uma dose da vacina contra o sarampo em 2013, um aumento em relação aos 73% em 2000. • Desde 1990, a taxa de mortalidade materna diminuiu em 45% a nível mundial, e a maioria da redução ocorreu desde 2000. • No Sul da Ásia, a taxa de mortalidade materna diminuiu em 64% entre 1990 e 2013, e na África Subsariana caiu em 49%. • Em 2014, mais de 71% dos partos a nível mundial foram assistidos por pessoal de saúde qualificado, um aumento em relação aos 59% de 1990. • No Norte de África, a proporção de mulheres grávidas que foram a quatro ou mais consultas pré-natais aumentou de 50% para 89% entre 1990 e 2014. • A prevalência de contraceptivos entre as mulheres com 15 a 49 anos, casadas ou em união de fato, aumentou de 55% em 1990 para 64% em 2015 a nível mundial.
<p align="center">OBJETIVO 6: COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As novas infeções por HIV diminuíram cerca de 40% entre 2000 e 2013, de cerca de 3,5 milhões de casos para 2,1 milhões. • Em junho de 2014, 13,6 milhões de pessoas viviam com HIV recebiam terapia antirretroviral (TAR), um enorme aumento em relação aos quase 800 000 em 2003. A TAR evitou 7,6 milhões de mortes por AIDS entre 1995 e 2013. • Mais de 6,2 milhões de mortes por malária foram evitadas entre 2000 e 2015, principalmente crianças com menos de cinco anos de idade na África Subsariana. A taxa de incidência da malária a nível mundial diminuiu em cerca de 37% e a taxa de mortalidade em 58%. • Mais de 900 milhões de redes mosquiteiras tratadas com inseticida foram fornecidas a países endémicos da malária na África Subsariana entre 2004 e 2014. • Entre 2000 e 2013, a prevenção, o diagnóstico e as intervenções de tratamento para a tuberculose salvaram cerca de 37 milhões de vidas. A taxa de mortalidade devido a tuberculose caiu 45% e a taxa de prevalência diminuiu 41% entre 1990 e 2013.
<p align="center">OBJETIVO 7: ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As substâncias que reduzem o ozônio foram virtualmente eliminadas desde 1990 e espera-se que a camada de ozônio recupere até meados deste século. • Desde 1990, as zonas protegidas terrestres e marinhas em muitas regiões aumentaram substancialmente. Na América Latina e nas Caraíbas, a cobertura de zonas protegidas terrestres aumentou de 8,8% para 23,4% entre 1990 e 2014. • Em 2015, 91% da população mundial usa uma fonte de água potável melhorada, em comparação com os 76% em 1990. • Dos 2,6 mil milhões de pessoas que obtiveram acesso a água potável melhorada desde 1990, 1,9 mil milhões obtiveram acesso a água potável canalizada no local. Mais de metade da população mundial (58%) desfruta agora deste nível mais elevado de serviço. • Globalmente, 147 países alcançaram a meta da água potável, 95 países alcançaram a meta do saneamento e 77 países alcançaram ambas. • A nível mundial, 2,1 mil milhões de pessoas obtiveram acesso a saneamento melhorado. A proporção de pessoas que recorre à defecação ao ar livre caiu para quase metade desde 1990. • A proporção da população urbana que vive em bairros de lata nas regiões em vias de desenvolvimento caiu de cerca de 39,4% em 2000 para 29,7% em 2014.
<p align="center">OBJETIVO 8: DESENVOLVER UMA PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Ajuda Pública ao Desenvolvimento, proveniente dos países desenvolvidos, aumentou em 66% em termos reais entre 2000 e 2014, chegando aos 135,2 mil milhões de USD. • Em 2014, a Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido continuaram a superar a meta da Ajuda Pública ao Desenvolvimento das Nações Unidas de 0,7% do rendimento nacional bruto. • Em 2014, 79% das importações dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos entraram isentas de impostos aduaneiros, acima dos 65% de 2000. • A proporção do serviço da dívida externa em relação às receitas das exportações nos países em vias de desenvolvimento caiu cerca de 12% em 2000 para 3% em 2013. • Em 2015, 95% da população mundial estava abrangida por um sinal de rede de telemóvel. • O número de assinaturas de telemóvel cresceu quase dez vezes nos últimos 15 anos, de 738 milhões em 2000 para mais de 7 mil milhões em 2015. • A penetração da Internet cresceu apenas pouco mais de 6% da população mundial em 2000 para 43% em 2015. Assim, 3,2 mil milhões de pessoas estão agora ligadas a uma rede global de conteúdos e aplicações.

Fonte: Adaptado do Relatórios sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2015)

Apesar dos notáveis avanços em muitas metas a nível mundial, o progresso na busca do atingimento dos ODM foi irregular entre regiões e países. “Algumas lacunas ainda podem ser observadas, principalmente em relação às pessoas mais pobres e vulneráveis, em relação ao seu sexo, idade, inabilidade, etnia ou localização geográfica, lacunas estas que deverão ser foco principal nos objetivos da agenda pós-2015” (GARCIA e GARCIA, 2016, p. 200).

O próprio Relatório da ONU apresenta cinco importantes lacunas que deixaram de ser preenchidas na busca pela consecução dos ODM. São elas (ONU, 2015, p. 8-9):

- a. Persistência da desigualdade de gênero;
- b. Grandes disparidades entre os agregados mais pobres e mais ricos, e entre as zonas rurais e urbanas;
- c. Prejuízo aos progressos alcançados, devido às alterações climáticas e a degradação ambiental; as pessoas mais pobres são mais afetadas;
- d. A maior ameaça ao desenvolvimento humano continua a ser os conflitos; e,
- e. Milhões de pessoas ainda vivem em situação de pobreza e fome, sem acesso a serviços básicos.

As lacunas deixadas pelos ODM foram levadas, no final do ano de 2015, para uma nova reunião da Cúpula das Nações Unidas que discutiu os novos objetivos e metas para os próximos anos.

5.2 Resultados dos ODM no Brasil

O Brasil, junto com líderes de 190 nações, assumiu o compromisso de adotar os ODM “por meio de ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, entre outras” (CARVALHO e BARCELLOS, 2015, p. 7).

O Decreto Presidencial, de 31 de outubro de 2003, estabeleceu a governança dos ODM no Brasil, o qual constituiu o Grupo Técnico para Acompanhamento da Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Grupo Técnico tinha atribuição de subsidiar a elaboração do plano de ação do governo brasileiro para o alcance dos ODM e acompanhar o progresso das metas e objetivos no país (Decreto de 31 de outubro de 2003).

Ao longo da implementação dos ODM a nível nacional, foram elaborados cinco Relatórios Nacionais de Acompanhamento - 2004, 2005, 2007, 2010 e 2014 - em parceria com instituições do governo federal e agências integrantes do Sistema ONU no Brasil.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram responsáveis pela seleção e análise dos indicadores utilizados, articulação dos grupos temáticos instituídos e por consolidar os textos finais dos relatórios nacionais (ROMA, 2019, p. 34).

O Brasil teve grande destaque no atingimento dos ODM, possuindo alguns dos resultados mais significativos no mundo. O Relatório Nacional de Acompanhamento de 2014, último publicado, detalha os principais avanços, destacando que o Brasil “alcançou e superou

a maioria dos ODM bem antes do prazo final de dezembro de 2015” (IPEA, 2014, p. 11). A seguir serão apresentados, sumariamente, alguns dos resultados obtidos com a implementação dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, a partir do Relatório do ano de 2014.

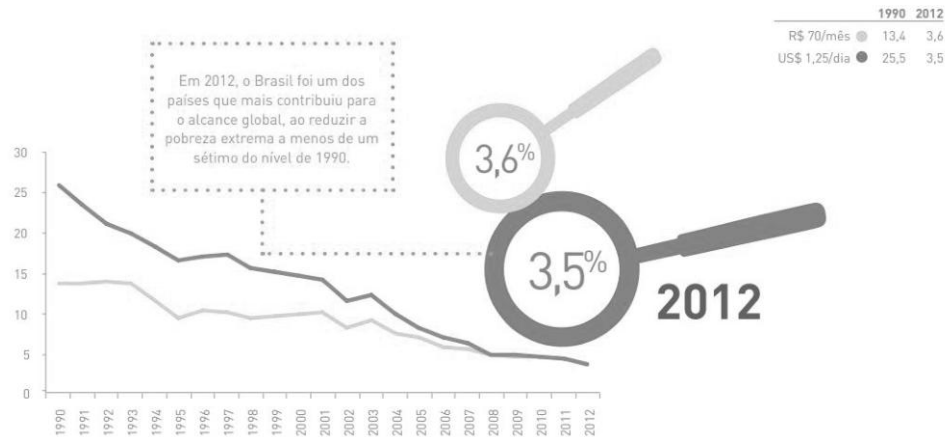
5.2.1 ODM 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome

As metas mundiais do ODM 1 foram três: Meta A "Até 2015, reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990", Meta B "Assegurar trabalho decente e produtivo para todos, promovendo a inclusão de mulheres e jovens" e Meta C "Até 2015, reduzir a fome à metade do nível de 1990". O Brasil adaptou as Metas A e C em metas mais abrangentes, as metas brasileiras passaram a ser: Meta A "Até 2015, reduzir a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990" e Meta C "Até 2015, erradicar a fome". Segundo os resultados apontados pela ONU, em 2012, o Brasil já havia alcançado tanto as metas internacionais, quanto as metas nacionais.

A linha de pobreza no Brasil, em 2012, correspondia, a nível nacional, a R\$ 2,36 por dia ou R\$ 70,00 por mês. Em relação a Meta A, o Brasil conseguiu reduzir a pobreza extrema a um sétimo do que existia em 1990, de 25,5% para 3,5%, sendo, portanto, um dos países que mais contribuíram para o alcance dessa meta.

No Gráfico 1, em 2012, as linhas de pobreza nacional (renda de até R\$ 70,00 por mês) e internacional (US\$ PPC 1,25 ao dia) estão bem próximas: 3,6% e 3,5%, respectivamente. Na medida internacional, no período compreendido entre 1990 a 2012, a queda da taxa de extrema pobreza foi maior, de 25,5% para 3,5%; já na medida nacional a queda foi de 13,4% para 3,6%. Roma (2015) afirma que a diferença se dá devido a linha internacional ser nominal, superestimando a pobreza extrema no passado. Já a linha nacional está deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, o que mantém o poder de compra constante com o passar do tempo.

Gráfico 1 - Taxa de pobreza extrema (em %) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

Em relação à Meta B, o primeiro indicador é a taxa de crescimento da produtividade dos trabalhadores de um ano a outro, que é a quantidade do Produto Interno Bruto (PIB) por trabalhador ocupado. Entre 1995 a 2012, o crescimento médio foi de 0,9% ao ano. A contribuição anual para o PIB por cada trabalhador nesse período passou de R\$ 40.592,12 para R\$ 46.965,26. Apesar de ter havido variações negativas, a trajetória desse indicador é de crescimento.

Outro indicador da Meta B, a taxa de ocupação da população em idade ativa, apresentou uma queda de três pontos percentuais entre 1992 a 2001, passando de 64,1% para 61,7%, mantendo o resultado estável a partir de então. Esses resultados estão ligados ao envelhecimento da população, maior proteção aos idosos e aumento da escolarização entre os jovens.

Na Meta C, dois indicadores foram utilizados para avaliar a fome no país. O primeiro, a prevalência da desnutrição nas crianças menores de 5 anos, representado pela porcentagem de crianças nessa faixa etária que estão abaixo do peso. Para este indicador, o Brasil alcançou a meta global em 2006, já que entre 1989 e 2006, a prevalência da desnutrição infantil foi reduzida de 7,1% para 1,8%, correspondendo a um quarto do valor inicial. Em grupos de crianças saudáveis e bem nutridas, cerca de 2,3% apresenta peso abaixo do esperado, portanto, segundo esse indicador, pode-se afirmar também que, o Brasil alcançou igualmente a meta nacional de erradicação da fome em 2006 (ROMA, 2019).

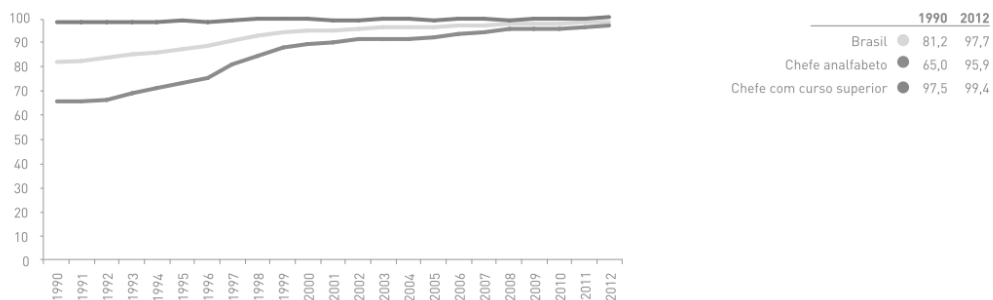
O outro indicador foi a altura apresentada em relação à idade, ou seja, o crescimento linear da criança, que possui o resumo do histórico nutricional desde o nascimento. Para este indicador, o Brasil também atingiu a meta global de redução da fome e também alcançaria a

meta nacional de erradicação da fome até 2015: a porcentagem de crianças com déficit de altura passou de 19,6% em 1989 para 6,8% em 2006.

5.2.2 ODM 2: Universalizar a educação primária

O ODM 2 com a única meta de "Até 2015, garantir que meninos e meninas tenham a oportunidade de terminar o ensino primário", cujo principal indicador era a taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos no ensino fundamental, apresentou uma tendência de progresso constante. Conforme pode ser observado no Gráfico 2, a taxa de escolarização líquida na faixa etária mencionada cresceu de 81,2% em 1990 para 97,7% em 2012.

Gráfico 2 - Taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos de idade no ensino fundamental (%) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

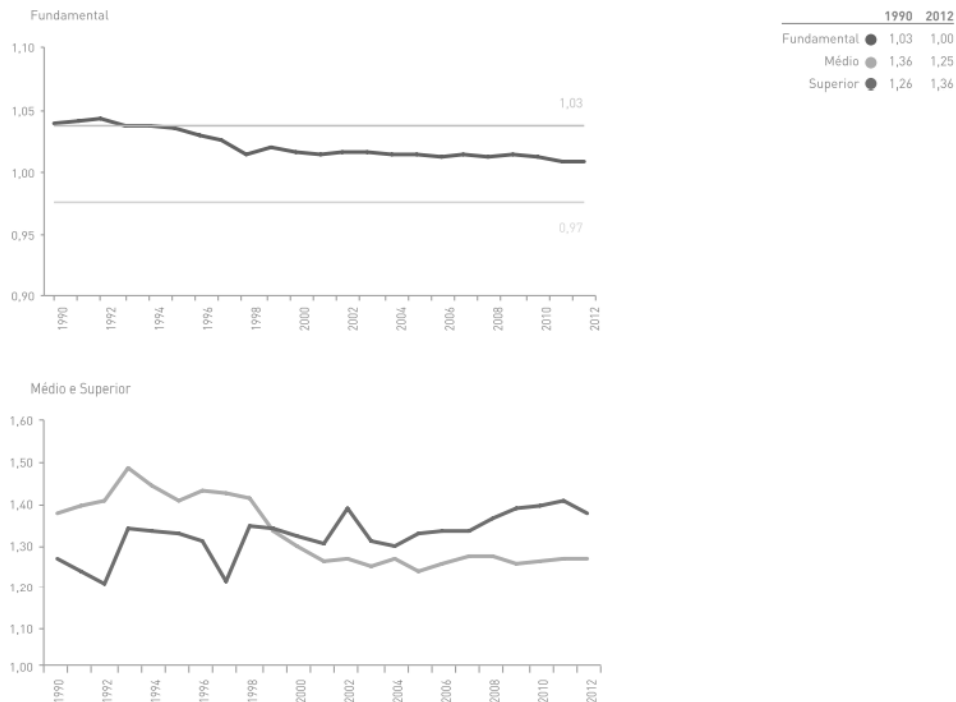
De acordo com o Relatório (IPEA, 2014, p. 39), “o nível é tão elevado que, para todos os efeitos práticos, considera-se universalizado o acesso ao ensino fundamental no País”. O gráfico também apresenta a taxa de escolarização de crianças que residem com chefe de família analfabeto e das crianças em domicílios com chefe de família com nível superior. É possível verificar que a distância que separava esses dois grupos reduziu de 32,5 pontos percentuais para 3,5 pontos percentuais, de 1990 a 2015.

5.2.3 ODM 3: Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres

A meta do ODM 3 era "Até 2015, eliminar as disparidades entre os sexos em todos os níveis de ensino", apesar de existirem barreiras relacionadas à autonomia das mulheres e a igualdade entre os sexos, essa questão vai muito além da paridade no acesso ao ensino. Contudo,

tratando especificamente da meta citada, no campo educacional, a desvantagem no Brasil é dos homens, segundo o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Razão entre as taxas de escolarização líquida de mulheres e homens por nível de ensino no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

A paridade entre os sexos nos níveis de ensino é obtida a partir da divisão entre as taxas de escolarização líquida das mulheres pelas taxas equivalentes dos homens. Conforme o Relatório (IPEA, 2014, p. 50), “os valores menores do que 0,97 indicam que, relativamente, faltam mulheres; valores de 0,97 a 1,03 indicam a paridade; e valores maiores que 1,03 indicam a carência de homens”.

Portanto, pela análise do gráfico, no ensino fundamental, a paridade foi alcançada em 1990 e continuou até 2012. Já no ensino médio, de 1990 a 2012, a escolarização dos homens aumentou, diminuindo a disparidade. Em relação ao nível superior, entre os anos de 1990 a 2012, aumentou a desvantagem masculina, com a diminuição de homens no ensino superior, sendo, então, as mulheres beneficiadas com a expansão do ensino superior.

Por fim, Roma (2019, p. 36) acrescenta que “os outros indicadores do ODM 3 dizem respeito à participação feminina no mercado de trabalho e à representação política das mulheres.

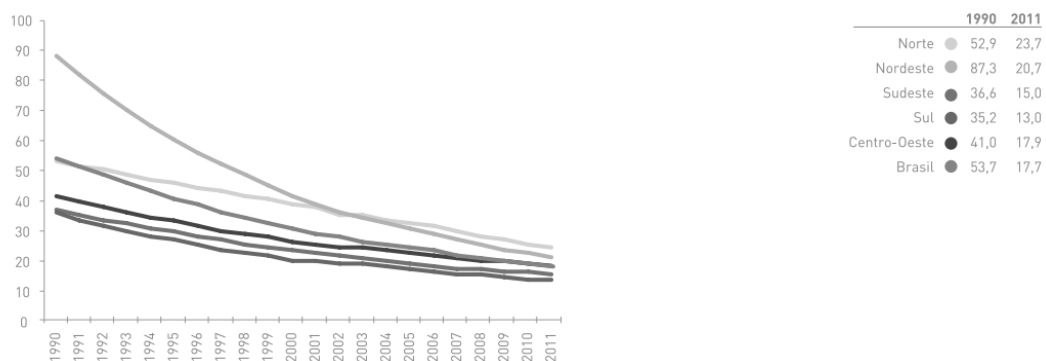
Nessas dimensões, que não possuem uma meta associada, o mundo apresentou progressos, e o Brasil também”.

5.2.4 ODM 4: Reduzir a mortalidade na infância

A meta do ODM 4 era “Até 2015, reduzir a mortalidade na infância a dois terços do nível de 1990”. Os indicadores avaliados foram: a taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos), a taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) e a proporção de crianças de até 1 ano vacinadas contra o sarampo.

O Brasil já alcançou a meta de redução da mortalidade na infância (durante os cinco primeiros anos de vida), a taxa passou de 53,7 em 1990 para 17,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2011, apesar de ainda ser um nível de mortalidade elevado, a tendência é que esses números diminuam. As regiões Norte e Nordeste, em 2011, apresentaram as maiores taxas com mais de 20 óbitos de crianças com menos de cinco anos por mil nascidos vivos.

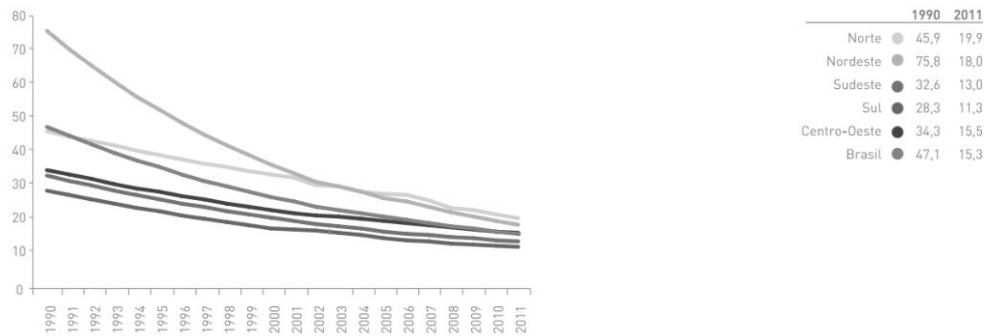
Gráfico 4 - Taxa de mortalidade na infância (por mil nascidos vivos) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

O segundo indicador do ODM 4 que diz respeito à taxa de mortalidade infantil, também já foi atingido pelo Brasil. O Gráfico 5 mostra que a taxa de mortalidade infantil no país, de 1990 a 2011, caiu de 47,1 para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos, superando a meta de 15,7 óbitos estimada para 2015. A taxa no Nordeste era de 75,8 em 1990, a maior entre as regiões, reduziu para 18,0 óbitos por mil nascidos vivos em 2011. O Norte, em 2011, apresentou a maior taxa de mortalidade infantil (19,9).

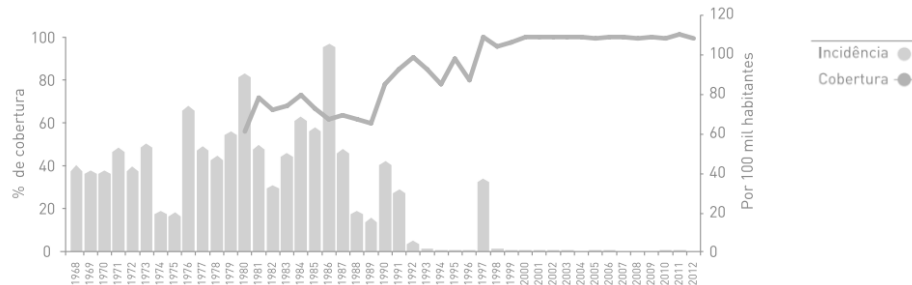
Gráfico 5 - Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

Em relação ao indicador proporção de crianças de até 1 ano vacinadas contra o sarampo, o número de casos reduziu significativamente a partir de 1992 quando foi iniciado o Plano de Controle e Eliminação do Sarampo, naquele ano a campanha alcançou 96% das crianças de 9 meses a 14 anos de idade em todo o país. Ocorreram surtos, porém o decréscimo da incidência pode ser constatado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Coeficiente de incidência de sarampo e coberturas vacinais (%) das vacinas contra sarampo (monovalente) em menores de 1 ano e tríplice viral em 1 ano de idade no Brasil



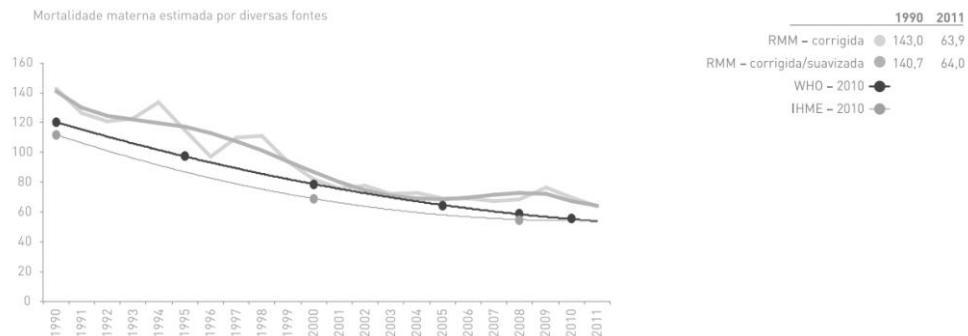
Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

A vacina tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba), que substituiu a vacina monovalente contra o sarampo em 2003, alcançou 99,5% do público alvo em 2012.

5.2.5 ODM 5: Melhorar a saúde materna

As metas do ODM 5 são duas: A) reduzir a mortalidade materna a três quartos do nível observado em 1990 e B) universalizar o acesso à saúde sexual e reprodutiva. O Brasil enfrentou grandes desafios na tentativa de alcançar a Meta A. De 1990 a 2011, a taxa de mortalidade materna caiu apenas 55%.

Gráfico 7 - Mortalidade materna (número de óbitos por 100 mil nascidos vivos) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

O Gráfico 7 referente ao indicador Razão da Mortalidade Materna (RMM) da Meta A do ODM 5, mostra a redução da mortalidade, de 141 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 1990 para menos de 64 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2011. O gráfico apresenta estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), em inglês *World Health Organisation (WHO)*, e pelo *Institute of Health Metrics and Evaluation (IHME)*.

Em relação à Meta B, o Brasil está mais próximo de poder alcançá-la. “Em 2011, 99% dos partos foram realizados em hospitais ou outros estabelecimentos de saúde; e por volta de 90% das gestantes fizeram quatro ou mais consultas pré-natais” (IPEA, 2014, p. 78).

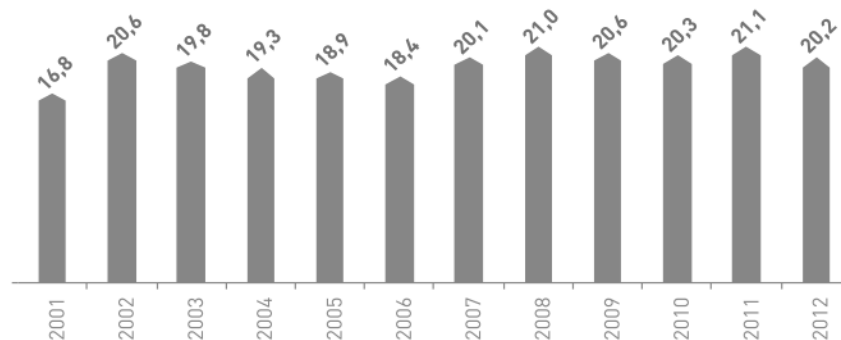
O Brasil definiu uma terceira meta, Meta C “Até 2015 deter e inverter a tendência de crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero”. Em relação à taxa de mortalidade por câncer do colo do útero houve uma pequena redução entre 2000 e 2011, de 9 para 8,5 óbitos por 100 mil mulheres. Já quanto ao câncer de mama, a taxa cresceu no mesmo período, de 17,4 para 20,7 óbitos por 100 mil mulheres. “Esse aumento, porém, pode estar relacionado à melhoria na qualidade da informação e ao esforço para aumentar a detecção precoce da doença” (ROMA, 2019, p. 36).

5.2.6 ODM 6: Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças

O ODM 6 abrangia três metas: "Até 2015, interromper a propagação e diminuir a incidência de HIV/Aids" (Meta A), "Até 2010, universalizar o acesso ao tratamento de HIV/Aids" (Meta B) e "Até 2015, reduzir a incidência de malária e outras doenças (Meta C)".

A Meta A foi alcançada tanto no Brasil, quanto no restante do mundo. No país, a taxa de detecção de HIV/Aids se manteve estável entre os anos de 2002 a 2012, com a média de 20 mil diagnósticos por 100 mil habitantes por ano.

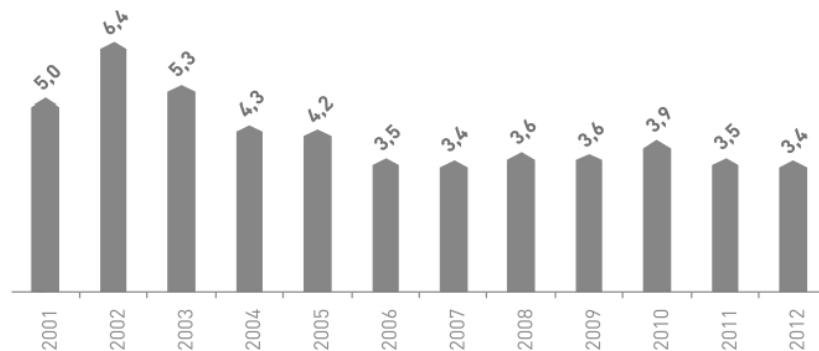
Gráfico 8 - Taxa de Detecção Total de HIV/Aids (por 100 mil habitantes) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

O coeficiente de mortalidade da doença também diminuiu entre as crianças menores de 5 anos. A taxa de detecção caiu, no período de 2001 a 2012, de 5 para 3,4 por 100 mil habitantes.

Gráfico 9 - Taxa de Detecção de HIV/Aids em menores de 5 anos (por 100 mil habitantes) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

Em relação à Meta B, o acesso ao tratamento de HIV/Aids ainda não estava universalizado em 2010, nos países em desenvolvimento a terapia chegava apenas em 55% das pessoas que precisavam do tratamento. No Brasil, em 2012, haviam 718 mil pessoas com HIV/Aids, representando 0,4% da população. Dessas, 574 mil foram diagnosticadas, 436 mil tiveram atendimento de saúde e 313 mil recebiam a terapia antirretroviral, estas últimas representando 44% das pessoas que tinham HIV/Aids.

Em relação à redução da malária e outras doenças, o Brasil, entre os anos de 1990 a 2012, reduziu a incidência parasitária anual (IPA) da malária de 3,9 para 1,3 casos por mil

habitantes, e da tuberculose de 51,8 para 37 casos por mil habitantes. Com esses resultados, o país alcançou a meta antes do prazo estipulado.

5.2.7 ODM 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental

O ODM 7 possuía quatro metas, são elas: Meta A "Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos ambientais"; Meta B "Reduzir a perda da biodiversidade, atingindo, até 2010, uma redução significativa"; Meta C "Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao esgotamento sanitário"; e Meta D "Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários".

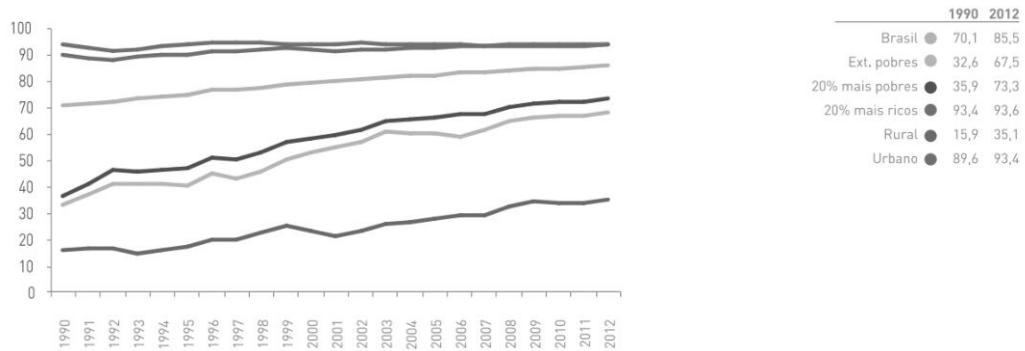
As Metas A e B se confundem e compartilham indicadores, a ONU ressaltou a dificuldade de mensuração dos resultados, mas apontou progresso global. O Brasil apresentava até 2012 uma redução do desmatamento em todos os biomas.

[...] merece destaque a redução nas taxas anuais de desmatamento do bioma Amazônia, que variaram de 27,7 mil km² em 2004 para 4,57 mil km² em 2012, uma redução de 83,5%. Por outro lado, embora os biomas extra-amazônicos não sejam monitorados de maneira regular, estudos indicam que entre 2002 e 2008 o bioma Cerrado sofreu, em média, desmatamentos da ordem de 14 mil km² anuais, valores que foram reduzidos para cerca de 6,5 mil km² em 2010.

As emissões de gases de efeito estufa (GEE), convertidos para CO₂eq, apresentaram redução de 11 para 6,6 toneladas de CO₂eq por habitante entre 2005 e 2010. Isso ocorreu devido ao declínio de 76,1% das emissões de GEE do setor Uso da Terra e Florestas no mesmo período, devido à redução dos desmatamentos nos biomas Amazônia e Cerrado (ROMA, 2019, p.37).

Em relação à Meta C, o Brasil já havia alcançado. A porcentagem de pessoas sem acesso à água e esgotamento sanitário em 2012, já estava abaixo da metade. Entre 1990 e 2012, a parcela da população com abastecimento de água cresceu de 70,1% para 85,5%, portanto uma redução de 29,9% para 14,5% de pessoas sem acesso a água.

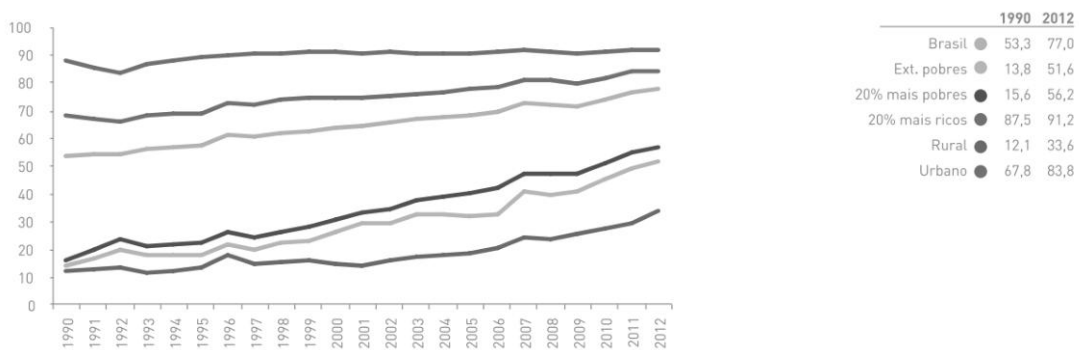
Gráfico 10 - Acesso permanente e sustentável à água potável (em %) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

O acesso ao esgotamento sanitário passou de 53% para 77%, de 1990 a 2012, ou seja, a população sem acesso ao saneamento básico diminuiu de 47% para 23%, nesse período. Com isso, o Brasil também cumpriu com a meta.

Gráfico 11 - Acesso ao esgotamento sanitário (em %) no Brasil



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2014)

Já como resultado da Meta D no Brasil, a proporção de pessoas com moradia urbana inadequada caiu de 53,3% para 36,6% entre 1992 e 2012, portanto um avanço bastante significativo de 17 pontos percentuais.

5.2.8 ODM 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

O compromisso do ODM 8 é formar parcerias globais para o desenvolvimento. Este objetivo foi composto por seis metas globais: A "Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório"; B "Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos"; C "Atender às necessidades

especiais dos países sem acesso ao mar em desenvolvimento e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento"; D "Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar sua dívida sustentável a longo prazo"; E "Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em vias de desenvolvimento", e F "Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações".

Resumindo os relatórios de acompanhamento acerca do ODM 8, Roma (2019, p. 38) expõe que

Brasil reportou para o ODM 8 ações voltadas para o fortalecimento e o estabelecimento de uma nova geografia do comércio mundial, por meio da promoção do comércio Sul-Sul; a execução, entre 2010 e 2013, de 5.095 iniciativas de cooperação técnica, em benefício de cerca de uma centena de países em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África e Ásia; o desenvolvimento, também entre 2010 e 2013, de 1.185 ações de cooperação em áreas como saúde, agricultura, meio ambiente, trabalho e emprego, educação, entre outras, no âmbito da cooperação Sul-Sul com países das Américas do Sul e Central e do Caribe, além do estabelecimento de uma série de cooperações técnicas bilaterais e trilaterais com diversos países em desenvolvimento

Por fim, os resultados apresentados a partir do Relatório de Acompanhamento dos ODM de 2014, foram trazidos de forma resumida, com o intuito de apresentar os principais resultados obtidos no Brasil com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

6 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão, situado na Região Nordeste do país, é composto por 217 municípios e possui uma área de aproximadamente 329.651,495 km², ocupando o lugar de oitavo estado brasileiro de maior extensão territorial (IBGE, 2020). De acordo com dados do último Censo (2010), o Maranhão possuía uma população constituída por 6.574.789 habitantes. A população estimada para 2021 é de 7.153.262 habitantes com data de referência o dia 1º de julho de 2021 (IBGE, 2021).

O Maranhão representa, portanto, 3,4% da população do Brasil, sendo o 12º Estado da Federação com o maior número de habitantes e o quarto maior da região Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia (14,9 milhões de habitantes), Pernambuco (9,6 milhões) e Pará (8,7 milhões) (IBGE, 2021).

O Estado possui o menor grau de urbanização dentre os estados brasileiros, 63,07%, segundo o último Censo realizado (2010), sendo inferior à média regional (73,13%) e à nacional (84,0%). Portanto, é o Estado mais rural do país, com 36,93% dos indivíduos vivendo no campo. No entanto, apesar de ser considerado o Estado mais rural, é possível observar na Tabela 2 que nos últimos 50 anos a taxa de urbanização do Estado superou a tendência de crescimento nacional.

Tabela 2 - Grau de urbanização - Brasil, Nordeste e Maranhão - 1960, 2000, 2010

União/Região/UF	Grau de urbanização (%)		
	1960	2000	2010
Brasil	45,08	81,29	84,0
Nordeste	34,24	69,04	73,13
Maranhão	18,0	59,5	63,70

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE, Censos Demográficos (1960, 2000, 2010)

Como pode ser observado na Tabela 3, a população do Maranhão é majoritariamente jovem, parda e feminina. Sendo que crianças e jovens entre zero e 17 anos representam 31,0% da população, pessoas entre 18 e 59 anos somam 56,0% dos maranhenses e, 13,0% são compostos de idosos, ou seja, indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. A população de pessoas de sexo feminino tem 51,2% indivíduos e a de sexo masculino tem

48,8% indivíduos. Em relação ao critério do IBGE de raça/cor 17,9% dos maranhenses são brancos, 68,5% pardos e 12,8% pretos (IBGE, PNADc, 2019).

Tabela 3 - Distribuição da população por idade, sexo e raça/cor

	0 a 13 anos	23,0%
	14 a 17 anos	8,0%
Faixa etária	18 a 24 anos	11,6%
	25 a 59 anos	44,4%
	60 anos ou mais	13,0%
Sexo	Homens	48,8%
	Mulheres	51,2%
Raça/Cor	Branca	17,9%
	Parda	68,5%
	Preta	12,8%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE, PNADc (2019)

A seguir serão destacados alguns dos principais indicadores socioeconômicos do Estado do Maranhão que possibilitam uma melhor percepção da realidade maranhense. São eles: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); Educação; Rendimento; Saúde; Desemprego; Pobreza; Saneamento Básico; e, Violência.

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

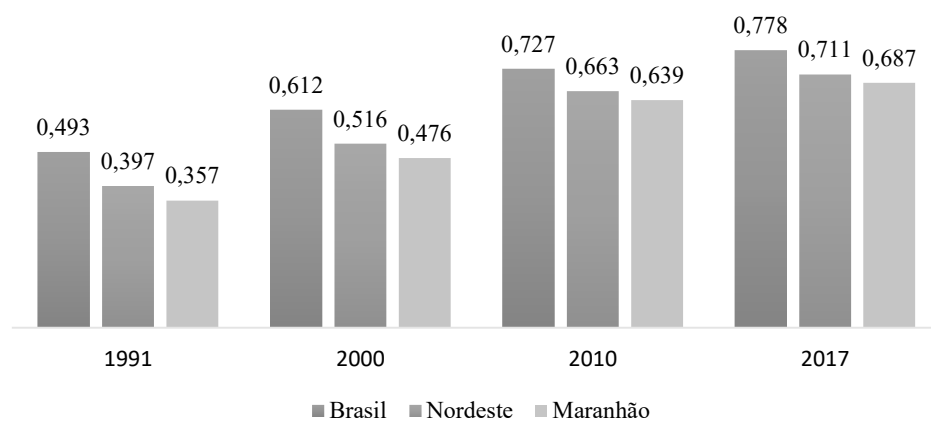
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)³ do Maranhão era de 0,357 em 1991, passou para 0,476 no ano de 2000, saltou para 0,639 em 2010 e em 2017 alcançou 0,687, o que situa o Estado na faixa de médio desenvolvimento humano (IPEA, PNUD, FJP, 2019). Apesar desta elevação ao longo de quase 30 anos, que pressupõe melhorias no quadro social do Estado, o Maranhão ocupa o 26º lugar em IDHM, sendo o segundo mais

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis. É dividido em cinco faixas de desenvolvimento humano: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2021).

baixo do país. A última posição no índice geral é ocupada pelo Estado de Alagoas com IDHM de 0,683 e a primeira posição é ocupada pelo Distrito Federal com o IDHM, de 0,850, índice considerado muito alto de desenvolvimento humano, dados que demonstram as grandes disparidades existentes no país (IPEA, PNUD, FJP, 2019).

O IDHM do Maranhão (0,687) ainda permanece abaixo da média do Nordeste (0,711) e da média nacional (0,778), como pode ser observado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - IDHM - Brasil, Nordeste e Maranhão - 1991, 2000, 2010, 2017



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do PNUD, Ipea e FJP (2017) e Censos demográficos (2000, 2010)

O subíndice da dimensão Longevidade (IDHM-L), - que é calculado a partir do indicador Esperança de Vida ao Nascer⁴ - apresentou em 2017, o valor de 0,764, com a esperança de vida ao nascer de 70,85 anos no Estado. Apesar de ser considerado um índice alto, o Maranhão possui o menor IDHM-L do país. A Unidade Federativa (UF) com o maior IDHM-L é o Distrito Federal (0,890) com esperança de vida de 78,37 anos, apresentando uma diferença no índice de 0,126 entre o DF e o Maranhão (ou de 7,52 anos em termos de esperança de vida ao nascer) (IPEA, PNUD, FJP, 2019).

O índice da dimensão Educação é a síntese de dois subíndices - o de Escolaridade e o de Frequência Escolar⁵- que no Maranhão, em 2017, alcançou 0,682, considerado um

⁴ Apesar de ser o único indicador que compõe o IDHM-L, os resultados de esperança de vida ao nascer são obtidos pelo cálculo da variável de mortalidade infantil (por 1 mil nascidos vivos), contribuindo, assim, para o resultado apresentado pela Longevidade (IPEA, PNUD, FJP, 2019).

⁵ O subíndice Escolaridade se refere a escolaridade da população adulta, medida pela proporção de pessoas de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Já o subíndice Frequência Escolar é medido pelas proporções de crianças de 5 a 6 anos de idade que frequentam a escola, de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais (segundo ciclo) do ensino fundamental, de adolescentes de 15 a 17 anos com fundamental completo e de jovens adultos de 18 a 20 anos com o ensino médio completo (IPEA, PNUD, FJP, 2019).

IDHM-E médio. O Estado com o maior índice da dimensão Educação é São Paulo com 0,828 e o menor é Alagoas com 0,636, o Maranhão ocupa a 20ª posição no ranking.

Já em relação ao índice da dimensão Renda, o Maranhão apresentou em 2017, o valor de 0,623, o que equivale a uma renda domiciliar *per capita* média de R\$ 387,34. O IDHM-R do Maranhão está localizado na faixa de médio desenvolvimento humano, no entanto, o Estado possui o menor valor do IDHM-R do Brasil.

A maior disparidade do país está na dimensão renda. O Maranhão até 2017 tinha o menor índice e o Distrito Federal o maior índice, atingindo 0,859 (equivalente a uma renda *per capita* de R\$ 1.681,05). Constata-se uma diferença de 0,236 entre o maior e o menor, ou seja, o Distrito Federal apresentava uma renda *per capita* quatro vezes maior que a do Maranhão.

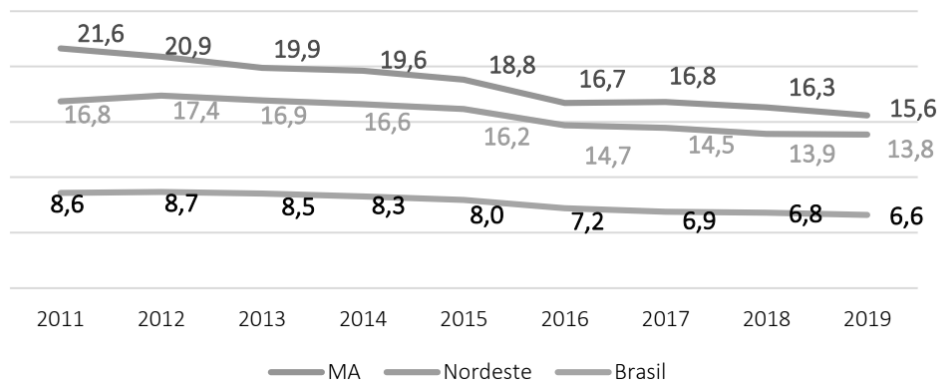
Entre as três dimensões, a dimensão que mais contribuiu positivamente para o IDHM do Maranhão foi a Longevidade (0,764), no entanto é o Estado com a menor esperança de vida ao nascer, seguida da Educação, com índice de 0,682, e de Renda, com índice de 0,623. Dessa forma, o índice que mais contribuiu negativamente para o Estado do Maranhão figurar a 26ª posição do IDHM, foi o da Renda (IPEA, PNUD, FJP, 2019).

- Educação

O tema Educação é um dos principais desafios a serem enfrentados no Maranhão. No ano de 2019, a taxa de analfabetismo do Estado correspondia a 15,6% na população com 15 anos ou mais de idade, ou seja, 823 mil maranhenses nessa faixa etária não sabiam ler nem escrever. Esse resultado posicionou o Maranhão com o 4º maior percentual de analfabetismo entre as Unidades da Federação, menor apenas que as taxas de analfabetismo dos Estados de Alagoas (17,1%), Paraíba (16,1%) e Piauí (16%). Enquanto que a taxa de analfabetismo do Brasil era de 6,6% e a do Nordeste 18,8% (IBGE, PNADc, 2020).

O Gráfico 13 apresenta uma queda na taxa de analfabetismo nos anos de 2011 a 2019, entre as pessoas com 15 anos ou mais. No Brasil, a queda foi de 2%, no Nordeste de 3% e no Maranhão 6%, apesar da diminuição no percentual, o Estado ocupa as menores posições.

Gráfico 13 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (%) - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2011 a 2019



Fonte: PPA Maranhão (2020-2023), elaboração do IMESC, a partir dos dados da PNADc (2021)

Outro ponto de destaque é que no Maranhão, a taxa de analfabetismo está diretamente relacionada à idade, seguindo o mesmo cenário observado no Brasil. No entanto, as taxas de analfabetismo são maiores no Estado em todas as faixas etárias.

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo (%) por grupo de idade - Brasil e Maranhão em 2019

Grupo de Idade	Brasil	Maranhão
15 anos ou mais	6,6	15,6
25 anos ou mais	7,9	20,2
40 anos ou mais	11,1	29,2
60 anos ou mais de idade	18,0	45,9

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE, PNADc (2019)

Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população. (IBGE, 2020, p. 2)

Outro indicador que também merece destaque é o nível de instrução⁶. Segundo a pesquisa do IBGE, no Maranhão, em 2019, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade

⁶ O nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados. Como as trajetórias educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é melhor avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos.

que terminaram o ensino fundamental foi de 7,4%; já os que concluíram a educação básica⁷, ou seja, que concluíram o ensino médio foi de 25,3%. E, o percentual de pessoas com o ensino superior completo chegou a 9,1%, em 2019. No entanto, entre as Unidades da Federação, o Maranhão apresenta o menor percentual de pessoas de 25 anos ou mais com nível superior completo.

Tabela 5 - Nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Maranhão em 2019

Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	16,6
Fundamental incompleto ou equivalente	34,3
Fundamental completo ou equivalente	7,4
Médio incompleto ou equivalente	4,9
Médio completo ou equivalente	25,3
Superior incompleto ou equivalente	2,4
Superior completo	9,1

Fonte: IBGE/PNADc (2019)

O Maranhão, Estado que já teve a maior taxa de analfabetismo do país, possui atualmente a quarta maior taxa de analfabetismo do Brasil, índice ainda crítico de educação. Os dados demonstram atraso da população e este cenário repercute de forma negativa na vida dos maranhenses, gerando dificuldades na realização de cursos de capacitação, que exigem determinados níveis de escolaridade e na inserção no mercado de trabalho.

▪ Rendimento

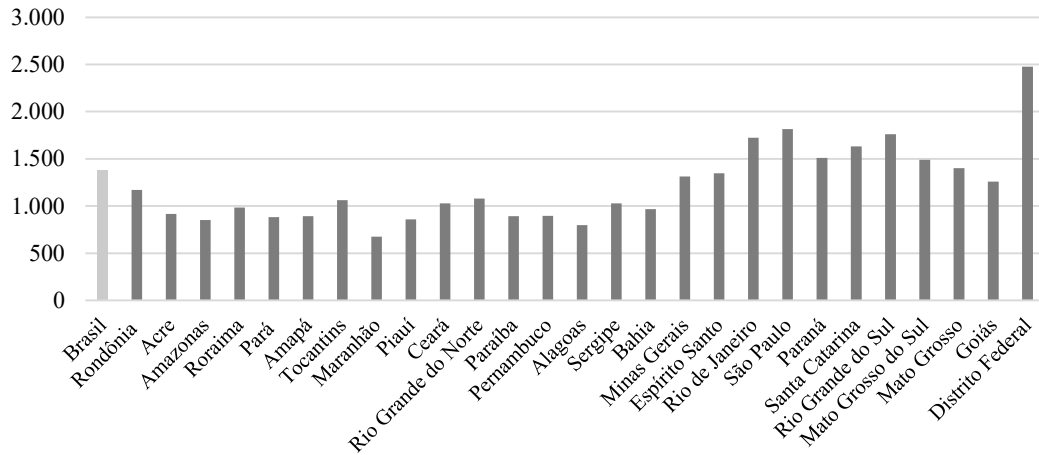
Com relação à renda, segundo os dados da PNADc (2020), o rendimento domiciliar *per capita*⁸, referente ao ano de 2020, no Estado do Maranhão foi de R\$ 676,00, sendo considerado o menor do país, representando menos da metade da média nacional que foi de R\$

⁷ Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação escolar é composta pela educação básica e pela educação superior. A educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio (IBGE, 2020).

⁸ Os rendimentos domiciliares são obtidos pela soma dos rendimentos do trabalho e de outras fontes recebidos por cada morador no mês de referência da pesquisa. O rendimento domiciliar per capita é a divisão dos rendimentos domiciliares, em termos nominais, pelo total dos moradores. Esses rendimentos são calculados para cada unidade da federação e para o Brasil, considerando sempre os valores expandidos pelo peso anual da pesquisa. (IBGE, 2021).

1.380,00. O maior rendimento *per capita* foi observado no Distrito Federal no valor de R\$ 2.475,00, quase o dobro da média nacional.

Gráfico 14 - Renda mensal domiciliar *per capita* da população, por Unidades da Federação em R\$ - 2020



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBG, PNADc (2020)

Em 2012, o Maranhão já tinha a menor renda média do país, correspondendo a R\$ 229,29 e em 2020 chegou a R\$ 676,00. Esses números apontam que considerável número de maranhenses possui um histórico de renda insuficiente para garantir a sobrevivência (PPA MA 2020 - 2023).

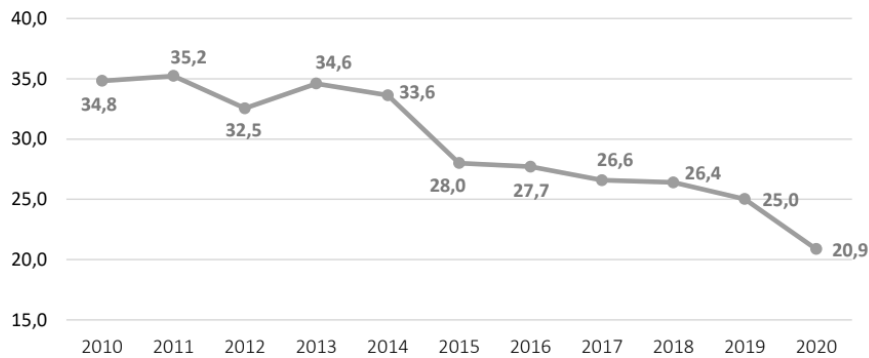
▪ Saúde

A cobertura da saúde pública no Estado do Maranhão é deficiente e alguns dos desafios existentes são a fragilidade da atenção primária de solucionar determinados problemas de saúde e a dificuldade de acesso por parte de uma parcela da população.

No Estado, as internações hospitalares que poderiam ter sido diminuídas por meio ações efetivas de atenção primária são representadas pela Taxa de Internação por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP), indicador que avalia a efetividade da atenção primária (PPA MA 2020-2023).

Essas internações que ocorreram por condições sensíveis à atenção primária, representaram no Estado do Maranhão, em 2020, o percentual de 20,9%. No Gráfico 17, no período entre 2010 a 2020, ocorreu uma redução de 13,9%, passando de 34,8% para 20,9%. Contudo, esse indicador ainda apresenta altas taxas.

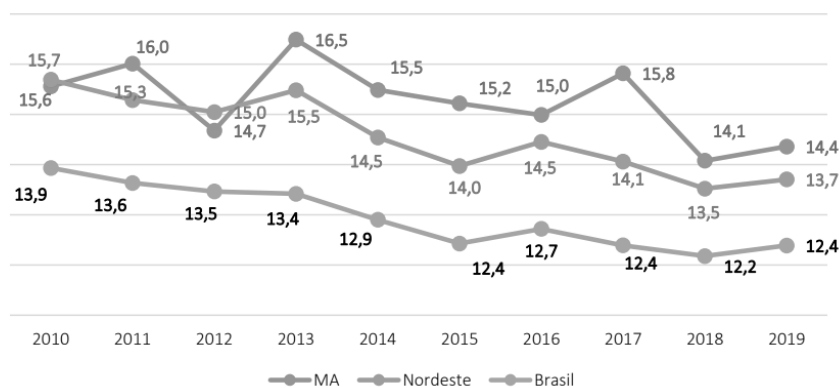
Gráfico 15 - Taxa de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária no Maranhão - 2010 a 2020



Fonte: PPA-MA (2020-2023), elaboração do IMESC, a partir dos dados da SES/MA (2021)

Outros dois grandes desafios da saúde no Maranhão é a atenção à saúde da criança e da mulher. A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no Estado permanece alta, acima do nível considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 10 mortes para cada mil nascidos vivos. No ano de 2019, a TMI no Maranhão foi de 14,4 por mil nascidos vivos, superior ao Nordeste (13,7%) e ao Brasil (12,4%).

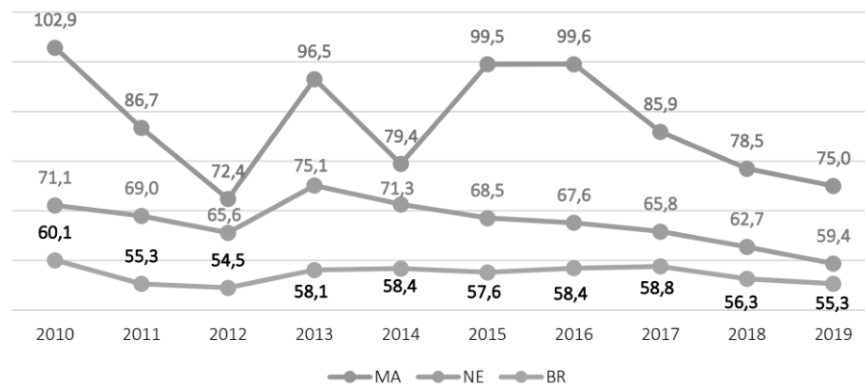
Gráfico 16 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) no Maranhão - 2010 a 2019



Fonte: PPA-MA (2020-2023), elaboração do IMESC, a partir dos dados da SES/MA (2021)

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) mede o número de óbitos de mães por causas relacionadas à gravidez. O Maranhão apresentou uma redução da RMM de 102,9 para 75,0 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, no período de 2010 a 2019, mas ainda se encontra em um patamar elevado, se comparado com o Nordeste (59,4) e o Brasil (55,3) (PPA MA 2020 - 2023).

Gráfico 17 - Razão de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos) - Brasil, Nordeste, Maranhão - 2010 a 2019



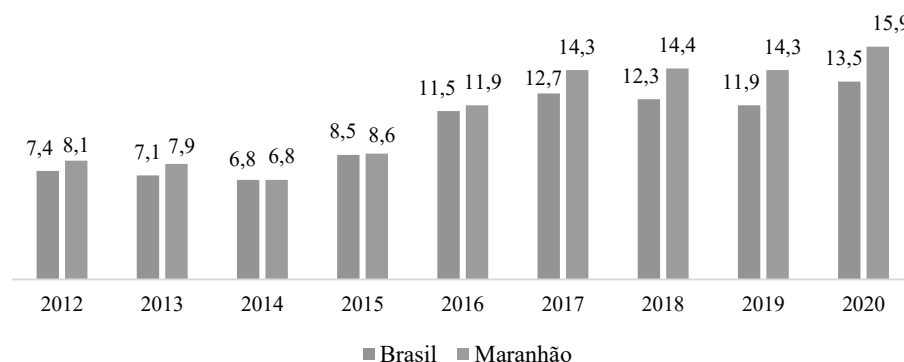
Fonte: PPA-MA (2020-2023), Elaboração do IMESC, a partir dos dados da SES/MA (2021)

As condições socioeconômicas das famílias, como renda, escolaridade, acesso a serviços de saúde e de saneamento básico influenciam diretamente nessas taxas.

▪ Desemprego

O nível de desemprego⁹ no Maranhão no ano de 2020 atingiu o percentual de 15,9% da população em idade para trabalhar. Foi o maior percentual desde o ano de 2012, quando esse índice era de 8,1%. Nos anos seguintes a 2012 até 2015, a taxa se manteve abaixo 9%, em 2016 passou para 11,5% e em 2020 chegou a 15,9% (IBGE, PNADc, 2021).

Gráfico 18 - Taxa de desocupação anual (em %) - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2012 a 2020



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE, PNADc (2012 a 2020)

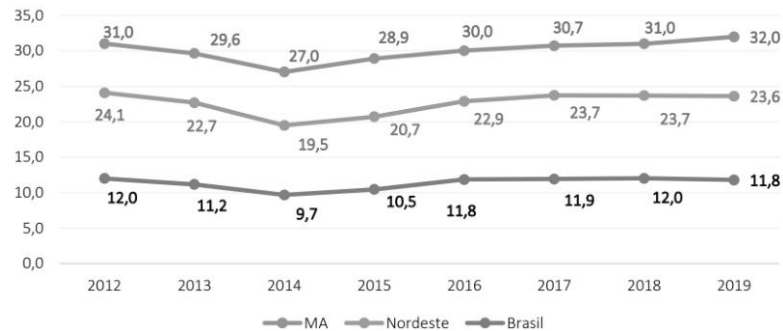
⁹ O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. O nível de desemprego, também chamado de taxa de desocupação, corresponde ao percentual de pessoas da força de trabalho que estão desempregadas (IBGE, 2021).

É possível verificar que as taxas médias anuais de desemprego no Maranhão são bem próximas às taxas do Brasil, consideradas taxas altas e que expressam uma tendência crescente. A taxa de desemprego no Maranhão, entre os anos de 2012 a 2020 aumentou de 8,1% para 15,9% e no Brasil, de 7,4% a 13,5%.

▪ Pobreza

Historicamente o Maranhão se destaca com altas taxas de pobreza extrema. É o Estado mais pobre do país, com a maior proporção de habitantes vivendo em extrema pobreza. Os resultados apresentados de desemprego contribuem para que esses números fiquem ainda mais altos (PPA MA 2020-2023).

Gráfico 19 - Percentual da população em extrema pobreza (até ¼ de salário mínimo) - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2012 a 2019



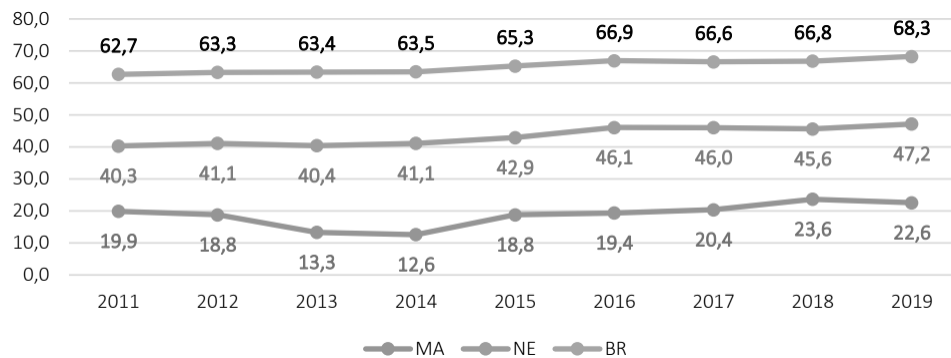
Fonte: PPA-MA (2020-2023), elaboração do IMESC, a partir dos dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE)

A partir do Gráfico 19 é possível observar dados dos anos 2012 a 2019, em que a taxa de extrema pobreza se manteve sempre em alta, tendo um aumento de 1% entre 2012 e 2019, mesmo com algumas quedas nesse intervalo de tempo. No ano de 2019, a população com rendimento de até ¼ de salário mínimo era de 32% no Estado do Maranhão, no Nordeste essa taxa era de 23,6% e no Brasil 11,8%.

▪ Saneamento Básico

No Maranhão, até o ano de 2019, 77,4% dos domicílios não eram atendidos por esgotamento sanitário¹⁰. Desde 2011 até o ano de 2019, o percentual de atendimento do esgotamento sanitário aumentou de 19,9% para 22,6%. Enquanto que, em 2019, a taxa de atendimento no Nordeste chegou a 47,2% e no Brasil alcançou 68,3%. Um dos desafios do Estado é a ampliação no investimento de saneamento básico.

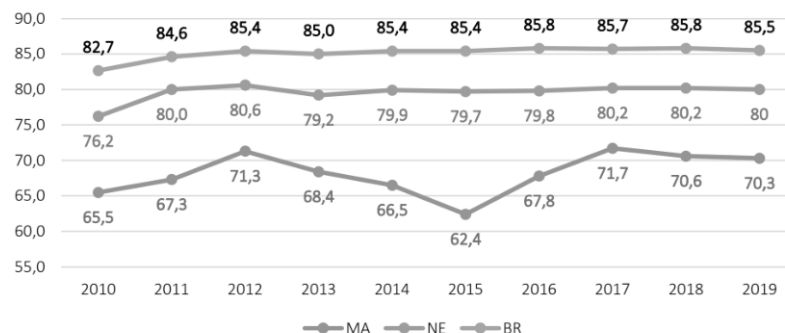
Gráfico 20 - Atendimento de esgotamento sanitário - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2011 a 2019



Fonte: PPA-MA (2020-2023), elaboração do IMESC, a partir dos dados do IBGE (PNAD 20011 a 2015; PNAD Contínua 2016 a 2019)

Em relação ao abastecimento de água no Estado, até 2019, somente 70,3% dos maranhenses tinham seus domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água. Enquanto que no Nordeste essa taxa representa 80% e no Brasil 85,5%. O aumento desse percentual no Maranhão, entre os anos de 2010 a 2019, foi de apenas 4,8%.

Gráfico 21 - Abastecimento de água por rede geral - Brasil, Nordeste e Maranhão - 2010 a 2019



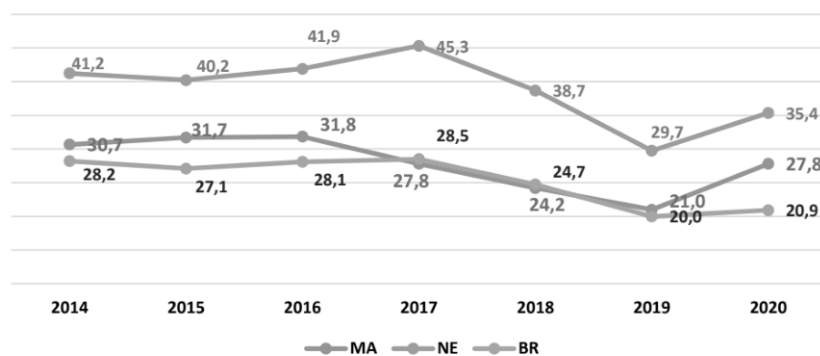
Fonte: PPA-MA (2020-2023), elaboração do IMESC, a partir dos dados do IBGE (Censo 2010; PNAD 2011 a 2015; PNAD Contínua 2016 a 2019)

¹⁰ O esgotamento sanitário consiste em um conjunto de obras, serviços e instalações que permitem que a coleta, o transporte, tratamento e disposição final de esgoto possam ser disponibilizados de forma adequada à população.

▪ Violência

Em relação à violência no Estado do Maranhão, entre os anos de 2014 a 2020, houve uma redução na taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI), passando de 30,7% para 27,8%. A taxa do Nordeste está acima da taxa do Maranhão, representando 35,4% e no Brasil essa taxa é de 20,9% (PPA MA 2020-2023).

Gráfico 22 - Taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI) (por 100 mil pessoas) no Maranhão - 2014 a 2020



Fonte: PPA 2020-2023, elaboração do IMESC, a partir dos dados da SSP/MA para o Estado do Maranhão e do Monitor da Violência G1 para o Brasil e Nordeste.

Ante o exposto, no que concerne ao cenário socioeconômico do Estado do Maranhão apresentado, é oportuno finalizar este tópico com as palavras de Araújo e Carneiro (2018, p. 6).

As informações demonstram, portanto, que o Estado do Maranhão, constitui-se num dos estados mais pobres do país, o que determina que significativo contingente de famílias, encontrem dificuldades para garantir sua sobrevivência, constituindo-se conseqüentemente público-alvo de políticas públicas sociais de caráter preventivo e protetivo. Medidas de redução ou de enfrentamento a pobreza e desigualdade exigem a instituição de um efetivo Estado democrático mediante construção de pactos sociais que assegurem direitos sociais. Desenvolvimento social, combate à pobreza, promoção dos direitos humanos e da justiça social, prescindem diretamente da atuação do Estado mediante estabelecimento de uma agenda de políticas públicas estaduais.

Por fim, a desagregação dos dados do Estado do Maranhão é fundamental para o planejamento e elaboração de políticas públicas. Esta é uma das primeiras tarefas para a implementação de uma agenda local. É imprescindível conhecer a realidade, além da nossa percepção, por meio da utilização de dados disponíveis. Assim, é possível identificar objetivos e metas prioritários.

7 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO MARANHÃO

Este capítulo foi elaborado a partir da análise de documentos do Governo do Estado do Maranhão, tais como o Programa de Governo 2019/2022, o Plano de Trabalho da CEODS e o Plano Plurianual 2020-2023; de informações obtidas por meio de *sites* oficiais do Governo do Estado; e, das entrevistas não-estruturadas realizadas com os entrevistados A e B, integrantes da CEODS e servidores do IMESC e da SEDIHPOP, respectivamente.

7.1 A adesão à Agenda 2030 pelo Governo do Estado do Maranhão

O Governo do Estado do Maranhão aderiu formalmente à Agenda 2030 mediante a assinatura de memorando de entendimento junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2017. No mesmo ano, por meio da edição do Decreto nº 33.115, de 14 de julho de 2017, foi oficializado o compromisso estatal de propor, planejar e desenvolver programas para alcançar os ODS. O referido Decreto instituiu a Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CEODS).

O artigo 1º do Decreto dispõe sobre a finalidade da CEODS.

Art. 1º Fica instituída a Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CEODS, com finalidade de monitorar e avaliar o processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, garantindo a uniformidade e integração das ações do Estado com as políticas desenvolvidas pelo governo com os indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, além da elaboração de uma agenda de longo prazo para continuidade das ações governamentais (Decreto nº 33.115, de 14 de julho de 2017).

O artigo 3º traz as atribuições da Comissão, quais sejam:

- I - Monitorar e avaliar o processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas ações do Estado;
- II - Identificar e divulgar iniciativas relacionadas com os ODS e que possam colaborar para alcance das metas;
- III - Promover reuniões temáticas com grupos especializados para elaboração de projetos e ações relacionadas aos ODS;
- IV - Elaborar uma agenda de longo prazo, voltada para a continuidade das ações para cumprimento dos ODS;
- V - Disponibilizar dados sistematizados e de fácil entendimento para consulta pública;
- VI - Apoiar a territorialização dos ODS nos municípios maranhenses e a adesão da agenda por outros órgãos do setor público e representações da sociedade civil;

VII - Promover a articulação e o diálogo entre entes integrantes da esfera pública e sociedade civil para disseminação e implantação dos ODS nos diversos níveis sociais (Decreto nº 33.115, de 14 de julho de 2017).

A CEODS, de caráter consultivo e fiscalizatório, é composta por sete membros e seus respectivos suplentes, mencionados abaixo:

- I - Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular;
- II - Secretário de Estado do Governo;
- III - Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento;
- IV - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- V - Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária;
- VI - Secretário de Estado da Educação;
- VII - Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

A Comissão é presidida pelo Secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular e a coordenação executiva é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Governo. Segundo o artigo 5º, as reuniões ordinárias da Comissão ocorrem a cada quatro meses e as extraordinárias quando houver convocação do Presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

O Quadro 3 traz as ações propostas no Plano de Ação 2019-2021 da CEODS e o *status* de realização dessas ações, pelos órgãos responsáveis, conforme as dimensões Institucional, Planejamento Estratégico, Comunicação e *Advocacy*, estabelecidas no referido Plano de Ação.

Quadro 3 - Plano de Ação da Agenda 2030 no Maranhão, 2019-2021

Dimensão: Gestão Institucional		
Ação	Responsável	Situação
Elaboração do Regimento Interno CEODS	CEODS	Concluído em 2019
Atualização oficial de membros	CEODS	Concluído em 2019
Aprovação de Plano de Trabalho 2019 - 2020	CEODS	Concluído em 2019
Reuniões ordinárias quadrimestrais	CEODS	Em andamento (ação contínua, no entanto, afetada pela pandemia)
Estratégia de internalização e disseminação ODS com instâncias colegiadas de gestão, controle e participação popular	CEODS	Não realizada (fluxo contínuo)
Dimensão: Planejamento estratégico		

Ação	Responsável	Situação
"Estadualização das metas" - Adaptação e priorização das metas do ODS em nível local	IMESC, SEGOV	Em andamento
Desenvolvimento de Estratégia de Monitoramento e Avaliação	IMESC, SEGOV	Em andamento
Alinhamento/convergência com instrumentos estratégicos de planejamento	SEPLAN	Concluído em 2019 (processo de revisão contínua)
Plano de Longo Prazo - Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada em planejamento estratégico e de edital para contratação de bolsistas.	SEPLAN	Em andamento
Dimensão: Comunicação e Advocacy		
Ação	Responsável	Situação
Desenvolvimento de plano de comunicação	CEODS + SECAP	Em andamento
Elaboração de material de comunicação CEODS	SECAP	Não realizado

Fonte: SEDIHPOP, SEPLAN (2021)

Portanto, as ações da CEODS que já foram concluídas, são as seguintes: elaboração do Regimento Interno CEODS, atualização oficial de membros, aprovação do Plano de Trabalho 2019-2021, alinhamento/convergência com instrumentos estratégicos de planejamento, que possui um processo contínuo de revisão. A realização das reuniões ordinárias quadrimestrais, que são contínuas, foi afetada nos anos de 2020 e 2021 em virtude da pandemia. O Entrevistado B (2021), destacou essa questão: “em virtude da pandemia não ocorreram reuniões, cuja realização de dava de forma presencial”.

7.2 Iniciativas para implementação da Agenda 2030 no Maranhão

Após a formalização da adesão do Maranhão à Agenda 2030 e a criação da CEODS, uma das primeiras iniciativas foi a realização do levantamento dos programas e ações do PPA 2016-2019, que estava vigente à época, e após isso, executado o cruzamento com os ODS. Basicamente, no primeiro momento, foi realizada apenas essa correlação. Posteriormente, foi realizado um diagnóstico situacional, uma espécie de levantamento inicial, para mostrar como se encontrava o panorama do Estado do Maranhão naquele contexto prévio à adesão à Agenda 2030 (ENTREVISTADO B, 2021).

Outro passo significativo para a institucionalização dos ODS no Estado, foi a realização do Seminário “Maranhão 2030: o Maranhão que queremos ser”, em julho de 2018, com o objetivo de disseminar a Agenda 2030 no Estado do Maranhão, apresentar as

perspectivas e desafios da implementação dos ODS. O seminário iniciou os debates sobre a estratégia de longo prazo e sobre as perspectivas do Maranhão no futuro.

O Seminário chamado Maranhão 2030 tinha o objetivo de trazer a equipe de Governo para formalizar essa adesão à Agenda 2030 e também sensibilizar organismos e instituições da sociedade civil. Então, convidamos representantes da Rede ODS Brasil aqui no Maranhão; do Movimento Nós Podemos; e, outras organizações e instituições, como a Assembleia Legislativa; o Tribunal de Contas do Estado, com quem já tínhamos iniciado o diálogo; a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), de maneira que a gente pudesse levar a discussão para o âmbito de outras instituições e garantir que essa não é uma agenda de governo, mas uma agenda multissetorial e que a gente precisaria trabalhar conjuntamente (ENTREVISTADO B, 2021).

Ainda segundo o Entrevistado B (2021), são, prioritariamente, os seminários, audiências públicas e diálogos institucionais, os principais instrumentos utilizados pelo Governo do Estado do Maranhão que possibilitam a divulgação e promoção dos ODS. A partir da disseminação de informações da Agenda 2030, algumas instâncias puderam ser influenciadas positivamente, o Entrevistado B (2021) citou como exemplo a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

A UEMA aderiu aos ODS em fevereiro de 2021, com a instituição do biênio “2021/2022: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS” no âmbito da Universidade. A partir dessa premissa, as diversas ações realizadas pela instituição passaram a ser vinculadas aos ODS. E a FAPEMA, por meio da Resolução nº 13, de 20 de agosto de 2021, art. 3º, VII, definiu como um dos objetivos das concessões de bolsas “Apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa com relevância para o estado do Maranhão e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

Prosseguindo acerca das iniciativas de implementação da Agenda 2030, o Entrevistado A (2021), informou que o processo de internalização da agenda foi e vem sendo realizado. Já o processo de interiorização ainda não foi iniciado, apesar da pauta já estar em discussão na Comissão. E argumenta que “ainda estamos no nível estadual, porque nós achamos importante primeiro massificar a discussão no Estado e depois criar uma estratégia para adentrar aos municípios, já que para adentrar aos municípios há a necessidade de uma adesão municipal” (ENTREVISTADO A, 2021).

Em relação aos municípios tínhamos no plano de trabalho previsto para o ano de 2020, ter agendas presenciais para garantir essa territorialização. Em razão da pandemia, isso não aconteceu e também se tratava de um ano eleitoral, com algumas outras agendas restritas, do que se podia e não podia fazer e, agora em 2021, foi uma das

coisas que, embora planejadas, também não conseguimos implementar, à medida que gostaríamos, por conta da represa de demandas do ano anterior [...]. Então, o ponto mais fragilizado do trabalho da Comissão para a gente é não ter conseguido avançar como planejado nessa agenda de territorialização com os municípios (ENTREVISTADO B, 2021).

Apesar desse processo de interiorização não ter, de fato, iniciado, o Entrevistado A (2021), ressaltou que qualquer ente ou instituição pode aderir aos ODS, e que não existe uma dependência dos municípios perante o Governo do Estado para que essa adesão possa ocorrer. No entanto, destacou que a participação do Estado é fundamental para a disseminação da Agenda 2030 e que a interiorização está no Plano de Trabalho da Comissão e é um dos objetivos da Agenda 2030 no Maranhão.

O Entrevistado B (2021) informou que, com o apoio da SEPLAN, conseguiram lançar um projeto piloto, que consistiu na seleção de cinco municípios para oferecer uma assessoria de elaboração dos seus PPAs municipais e dentro desses PPAs fazer a mesma metodologia de vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, feita no PPA do Governo Estadual.

Já em relação à elaboração do PPA 2020-2023 do Governo do Estado, algumas ações foram realizadas. Preliminarmente, é necessário destacar que já no Programa de Governo 2019-2022, os ODS foram inseridos como um dos compromissos que orientam as ações do Governo do Estado, por meio do Compromisso de nº 42, reproduzido logo abaixo.

Instituir planejamento estratégico estadual, com enfoque territorial, estabelecendo um pacto com a sociedade para garantir a implementação e monitoramento das ações estatais, conforme a agenda de compromissos com os OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS (MARANHÃO, 2018, p. 26).

Desta forma, os ODS passaram a constituir um dos componentes estratégicos na elaboração do PPA 2020-2023. OS ODS se tornaram uma das cinco agendas estratégicas do Governo. Essas agendas são “constituídas pelos compromissos firmados com a população e a adesão a projetos estratégicos de âmbito internacional, regional e local” (PPA 2020-2023).

As agendas estratégicas que representam a internalização de pautas internacionais adotadas pelo Estado do Maranhão são os ODS, como informado acima, e o Selo UNICEF, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Já as agendas estratégicas de fortalecimento regional para a superação dos desafios são: Consórcio do Brasil Central (BrC), Consórcio da Amazônia Legal e o Consórcio do Nordeste (PPA 2020-2023). Estas últimas consolidam “uma tendência moderna de federalismo cooperativo, que possibilita o

intercâmbio de boas práticas, a redução de despesas públicas e, evidentemente, articulação política para defesa de pautas comuns” (PPA 2020-2023, p. 11).

A partir dessas definições e passando para a formulação de políticas públicas que compõem o PPA 2020-2023, este instrumento passou por um processo denominado Orçamento Participativo, que contou com a realização de 35 audiências públicas em todas as regiões de planejamento do Maranhão. O processo serviu para legitimar o planejamento do Estado e definir as demandas prioritárias da região (PPA 2020-2023).

Foram 35 audiências públicas que tivemos nas diferentes regiões, utilizando a nova proposta de regionalização do IMESC com as 22 unidades regionais para fazermos a distribuição territorial das audiências. Em algumas regionais que eram maiores, territorialmente ou logisticamente, fizemos mais de uma audiência, mas foram 35 no total. Nós também levamos a pauta dos ODS nas audiências do orçamento e do PPA participativo, para que a comunidade priorizasse e votasse quais deveriam ser as ações incluídas no PPA como prioritárias, para os próximos quatro anos daquele território, e que considerassem também o ODS e os diagnósticos regionais feitos pelo IMESC (ENTREVISTADO B, 2021).

Nesse período de elaboração do PPA, a CEODS realizou seminários com todas as Assessorias de Planejamento (ASPLANs) das Secretarias e órgãos do Governo para dialogar sobre essa agenda para que entendessem que o que estava sendo feito não era apenas uma correlação das ações com os ODS, mas elevar os ODS como origem de algumas ações no PPA Governamental (ENTREVISTADO B, 2021).

O Entrevistado A (2021) complementa como foi esse processo de vinculação das ações aos ODS.

Foi solicitado junto às Secretarias que conhecessem os ODS, foram disponibilizados materiais do Plano de Governo, ODS, Selo UNICEF, Consórcio Brasil Central, entre outros, para que as Assessorias de Planejamento lessem e identificassem qual agenda estratégica aquele programa estava tangenciando. Esse trabalho foi coordenado pela SEPLAN, com o auxílio da SEDIHPOP. A SEPLAN enviou um modelo para que fosse preenchido e retornasse com as ações e agendas estratégicas vinculadas, a partir daí, foram realizadas oficinas com as Secretarias e órgãos. A SEPLAN, a SEDIHPOP, o IMESC e a SEGOV analisaram esses documentos e comandaram as oficinas.

A vinculação realizada pelas ASPLANs das Secretarias e órgãos do Governo tomou como base as ações do PPA, consideradas o menor nível de categoria de programação, que resultam em produtos, bens e serviços. São, portanto, instrumentos necessários para alcançar o objetivo de um programa. O resultado da vinculação das ações do PPA com as metas ODS realizado pelo Governo do Estado está descrito no Anexo A.

O Entrevistado B (2021) ressaltou que a questão não é apenas realizar essa correlação, mas fazer as Secretarias e órgãos entenderem que os ODS podem servir como um norte na elaboração de políticas públicas.

Várias ações estão vinculadas, nós continuamos mantendo essa correlação, mas aquilo em que a gente não tinha especificamente uma política pública ou um programa pensado, no momento em que fomos ter o diálogo com as Secretarias, com as assessorias de planejamento de cada órgão, pra elaborar o novo PPA, nós fomos pensando quais outras ações eram necessárias dentro daquele PPA, então os ODS foram, de certa forma, um farol para que a gente pensasse esse PPA evoluído (ENTREVISTADO B).

O Entrevistado A (2021) destacou que o norte principal do Governo e a base para a elaboração dos programas é o Plano de Governo, já que foi o compromisso assumido. Então a partir das ações realizadas pelo Governo existe o alinhamento e a implementação das agendas estratégicas. Em relação aos ODS, o Governo busca implementá-los a partir dos programas, que são consequências dos compromissos assumidos. E, reafirma que os ODS compõem a estratégia do Governo.

O Entrevistado A (2021) também informa que o Governo está trabalhando para realizar a estadualização das metas ODS. “Cada ente pode adaptar os ODS à sua realidade, chamamos de localização dos ODS, o Ipea já fez esse trabalho por meio das metas e o IBGE com os indicadores, a nível de Brasil; e, nós temos o desafio de localizar os ODS no Estado do Maranhão”. E, complementa que já existe um projeto piloto para o ODS 1.

Pode-se inferir, a partir do que consta no PPA 2020-2023 e do que foi relatado pelos entrevistados, que o Governo do Estado possui agendas estratégicas, dentre elas os ODS, às quais está comprometido e busca alinhar seus programas e ações à essas agendas e, possibilitar esse intercâmbio de boas práticas. A temática dos ODS tem sido levantada dentro das Secretarias e órgãos do governo e ocorre o incentivo de realização desse alinhamento das políticas públicas com os objetivos e metas ODS. Sendo, portanto, um dos objetivos do Governo do Estado: adaptar metas e indicadores ODS à realidade maranhense.

7.3 Programas e ações executados no Estado do Maranhão para o cumprimento dos ODS

Para que a Agenda 2030 seja implementada, as “metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos, nas políticas e estratégias nacionais de planejamento” (ONU, 2015). Cada governo, “respeitando as políticas e prioridades nacionais” (ONU, 2015), decide como os ODS serão refletidos nos seus planos. Um componente chave na implementação dos

ODS são as políticas públicas que, alinhadas a esses ODS, possibilitam que a Agenda 2030 seja executada.

Visando atingir os objetivos deste trabalho, foi realizada a verificação do alinhamento entre as políticas públicas que integram a estratégia do Governo do Estado do Maranhão e os ODS. Foram analisados os programas do PPA 2020-2023 e realizada a vinculação aos objetivos dos ODS e metas relacionadas. Cada programa foi analisado com base nos conceitos fornecidos pelo documento elaborado pelo Ipea “ODS - Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: proposta de adequação”.

Salienta-se, inicialmente, que o PPA 2020-2023 possui 84 programas divididos em 4 eixos estruturantes. Tais eixos são: Eixo 1 - Enfrentar as injustiças sociais; Eixo 2 - Cuidar bem do dinheiro público e modernização da gestão; Eixo 3 - Desenvolvimento para todos; e, Eixo 4 - Ampliar a infraestrutura e logística.

Tabela 6 - Número de programas por eixo

EIXO	QUANTIDADE DE PROGRAMAS
Eixo 1 - Enfrentar as injustiças sociais	30 programas
Eixo 2 - Cuidar bem do dinheiro público e modernização da gestão	27 programas
Eixo 3 - Desenvolvimento para todos	19 programas
Eixo 4 - Ampliar a infraestrutura e logística	8 programas

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do PPA 2020-2023

Como pode ser verificado na Tabela 6, a maior quantidade de programas está no Eixo 1 - Enfrentar as injustiças sociais e a menor quantidade de programas está no Eixo 4 - Ampliar a infraestrutura e logística.

Para melhor entendimento acerca dos programas do PPA, é apresentada na Figura 9, a estrutura do Programa “0552 Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário”, seguida de alguns conceitos.

Figura 9 - Estrutura do Programa Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Programa	0552 UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Eixo Estruturante	Ampliar Infraestrutura e Logística
Diretriz	12 - Intensificar investimentos em infraestrutura voltados para energia, saneamento básico, logística de transportes e mobilidade, promovendo o desenvolvimento e melhorando as condições de vida dos maranhenses
Tipo	Finalístico
Objetivo	Elevar o índice de cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário
Público Alvo	Usuários das Áreas Urbanas dos Municípios que a CAEMA opera os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Órgão Responsável	12000 Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
Total do Programa	R\$ 426.560.000,00
Indicador	Índice de atendimento urbano de água Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto Percentual de domicílios abastecidos por rede geral Percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica)

AÇÕES DO PROGRAMA												
Tipo	Órgão	Código	Título - Produto (Unidade de Medida) Regionalização (Início - Término)	Fonte	2020		2021		2022		2023	
					Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
P	CAEMA	1068.0000	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Sistema Ampliado (Unidade)		13	5.000.000	0	17.783.333	0	0	0	0
		1068.0001	No Estado do Maranhão	0.2.11		5.000.000		17.783.333		0		0
P	CAEMA	1069.0000	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ESGOTO SANITÁRIO - Sistema Ampliado (Unidade)		12	88.000.000	12	170.550.000	11	70.000.000	11	70.000.000
		1069.0001	No Estado do Maranhão	0.2.11		18.000.000		30.550.000		0		0
		1069.0001	No Estado do Maranhão	0.2.18		70.000.000		140.000.000		70.000.000		70.000.000
P	CAEMA	1706.0000	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS - Sistema Implantado (Unidade)		1	3.560.000	0	1.666.667	0	0	0	0
		1706.0001	No Estado do Maranhão	0.2.11		3.560.000		1.666.667		0		0

Fonte: PPA MA (2020-2023)

O programa é o instrumento que estrutura toda a ação do governo, é o principal elo entre o planejamento e orçamento. Cada programa do PPA possui um objetivo a ser alcançado e indicadores referentes a este programa. No caso do programa acima, o objetivo é elevar o índice de cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário; e os indicadores são: índice de atendimento urbano de água, índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto, percentual de domicílios abastecidos por rede geral, percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica).

Já as ações são aquilo que é executado para que o objetivo do programa seja atingido. No caso do programa 0552, as ações realizadas são: ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água; ampliação e melhoria de sistemas de esgoto sanitário; e, implantação de sistemas de esgotos sanitários. Os programas não possuem metas de acompanhamento, já as ações desses programas possuem apenas metas físicas e financeiras.

Prosseguindo, foi elaborada uma base de dados com informações pertinentes ao estudo. Os programas do PPA 2020-2023, compostos de objetivos, indicadores e ações relacionadas, foram associados aos objetivos e metas dos ODS, para a identificação do alinhamento dessas políticas públicas com os ODS. Possibilitando a seguinte correlação:

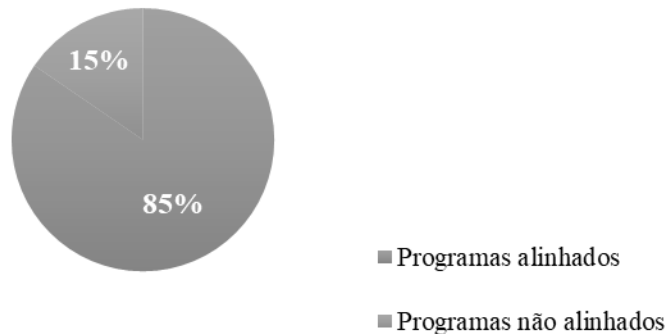
Tabela 7 - Correlação entre ODS x PPA 2020-2023

ODS	PPA 2020-2023
Objetivos ODS = 17	Programas PPA = 84
Metas ODS = 169	Objetivos PPA = 84
	Ações = 388
Indicadores ODS = 232	Indicadores PPA = 139

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do PPA 2020-2023 e Agenda 2020 (2021)

A partir da análise realizada, foi possível identificar que dos 84 programas constantes no PPA 2020-2023 do Estado do Maranhão, 71 desses programas possuem associação a um ou mais objetivos dos ODS. Tendo o PPA, portanto, 85% dos programas relacionados com algum ODS. Todos os 17 objetivos dos ODS foram contemplados por algum programa do PPA.

Gráfico 23 - Grau de alinhamento entre os programas do PPA 2020-2023 e os ODS



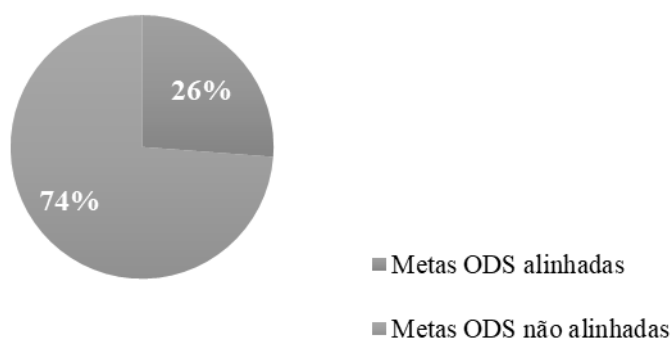
Fonte: Elaboração própria (2021)

Apenas 13 programas não foram relacionados com os ODS, por não ter sido verificada relação direta com os objetivos e metas do documento da Agenda 2030, pois se tratam de questões mais específicas da Administração Estadual, como apoio administrativo a entidades e órgãos. Destaca-se que os objetivos ODS são gerais e abrangentes e são considerados direcionadores das políticas públicas, isto é refletido na proporção de programas alinhados.

A descrição dos objetivos de cada programa permitiu a realização da vinculação desses atributos com as metas dos ODS, visto que no PPA não foram verificadas metas finalísticas ou de implementação relacionadas aos programas para que pudessem ser correlacionadas às metas ODS, apenas metas físicas e financeiras das ações, não sendo objeto

deste estudo. Então, das 169 metas dos ODS, obteve-se 60 metas ODS vinculadas aos objetivos dos programas. Isso quer dizer que 26% das metas dos ODS, estão contempladas no PPA. Em alguns casos, uma única meta foi atribuída a mais de um objetivo dos programas do PPA.

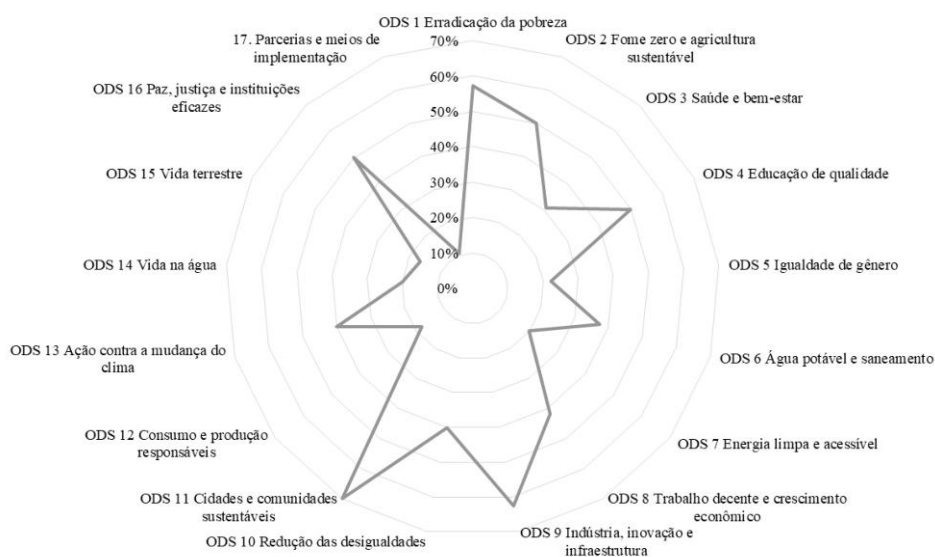
Gráfico 24 - Grau de alinhamento entre as metas dos ODS e os objetivos dos programas do PPA 2020-2023



Fonte: Elaboração própria (2021)

O Gráfico 25 apresenta o percentual de metas por ODS contempladas nos objetivos dos programas do PPA. Os ODS que tiveram mais metas alinhadas no PPA 2020-2023 foram ODS 11, ODS 9 e ODS 1, com 70%, 63% e 57%, respectivamente. E, os ODS com menos metas vinculadas foram ODS 17, ODS 15 e ODS 12, com nível de alinhamento de 11%, 17% e 18%, respectivamente.

Gráfico 25 - Percentual de metas por ODS alinhadas com os objetivos dos programas do PPA



Fonte: Elaboração própria (2021)

De forma a trazer uma perspectiva dessa correlação, a Tabela 8 apresenta a quantidade de programas, ações e indicadores do PPA que se relacionam a cada ODS; e, a quantidade das diferentes metas ODS vinculadas. A identificação de todos os elementos encontra-se no Apêndice A.

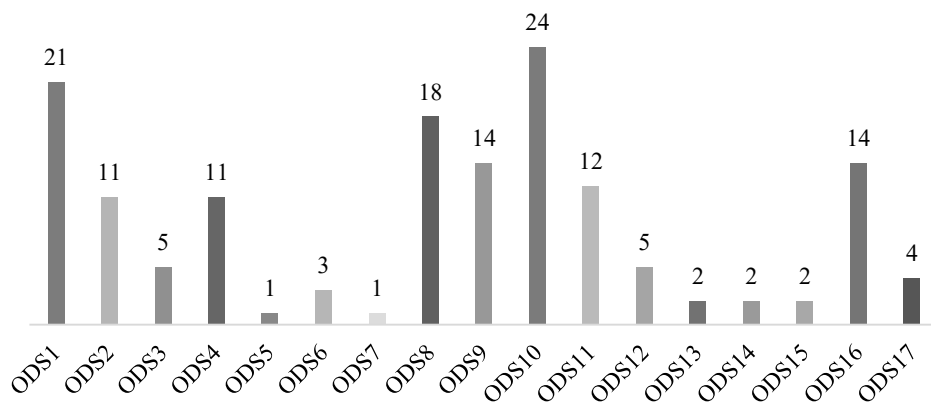
Tabela 8 - Correlação entre ODS x Atributos do PPA 2020-2023

ODS	Programas PPA	Metas ODS	Ações PPA	Indicadores PPA
 1. Erradicação da pobreza	21	4	111	32
 2. Fome zero e agricultura sustentável	11	4	54	17
 3. Saúde e bem-estar	5	4	33	8
 4. Educação de qualidade	11	5	42	19
 5. Igualdade de gênero	1	2	4	4
 6. Água potável e saneamento	3	3	11	9
 7. Energia limpa e acessível	1	1	2	3
 8. Trabalho decente e crescimento econômico	18	5	65	32
 9. Indústria, inovação e infraestrutura	14	5	48	25
 10. Redução das desigualdades	24	4	116	34
 11. Cidades e comunidades sustentáveis	12	7	53	25
 12. Consumo e produção responsáveis	5	2	31	7
 13. Ação contra a mudança do clima	2	2	10	5
 14. Vida na água	2	2	5	3
 15. Vida terrestre	2	2	10	7
 16. Paz, justiça e instituições eficazes	14	6	68	25
 17. Parcerias e meios de implementação	4	2	15	8

Fonte: Elaboração própria (2021)

É possível verificar que os ODS 10, ODS 1 e ODS 8 possuem mais programas relacionados e refletem o que foi informado pelo Entrevistado A (2021), que o compromisso do Governo é a Justiça Social. Já os ODS 5, ODS 7, ODS 13, ODS 14 e ODS 15 são os ODS com menos programas relacionados. Apresenta-se também a representação gráfica para uma melhor visualização desta correlação.

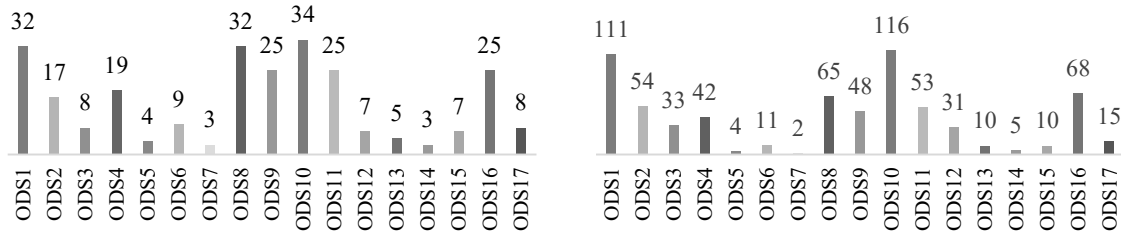
Gráfico 26 - Quantidade de programas do PPA X ODS



Fonte: Elaboração própria (2021)

Os programas do PPA, com seus indicadores e ações possuem, em sua maioria, relação com mais de um ODS. Por exemplo, o programa 0193 Mais segurança alimentar e nutricional, possui relação tanto com o ODS 1 - Erradicação da Pobreza, quanto com o ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, o mesmo se estende aos indicadores e ações desse programa.

A maior quantidade de indicadores dos programas do PPA e a maior quantidade de ações executadas estão nos ODS 10, ODS 1, ODS 8 e ODS 16. No total, o ODS 10 possui 34 indicadores de programas relacionados e 116 ações; o ODS 1 possui 32 indicadores e 111 ações; o ODS 8, 32 indicadores e 65 ações; e, o ODS 16, 25 indicadores e 68 ações. Enquanto que os ODS 7, ODS 14 e ODS 5 possuem a menor quantidade de indicadores e ações presentes nos programas do PPA do Estado do Maranhão.



Fonte: Elaboração própria (2021)

A análise de quais iniciativas, programas e ações que estão sendo executadas é de extrema importância para que o Governo do Estado tenha consciência daquilo que realmente deve ser priorizado e investido para a superação dos problemas e desafios. Por isso, o diagnóstico situacional é peça fundamental nesse processo de identificação de áreas e, conseqüentemente, de quais ODS o Governo do Estado precisa unir mais esforços para alcançá-los.

7.4 Mecanismos de monitoramento e avaliação

As políticas públicas além de serem formuladas e implementadas como materialização dos ODS, devem ser monitoradas e avaliadas, para que possam atingir os objetivos para as quais foram criadas. O acompanhamento das políticas públicas é fundamental para subsidiar a tomada de decisão quanto aos esforços necessários para o aprimoramento da ação pública.

A avaliação produz informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento e os efeitos de determinado programa. A avaliação amplia a compreensão, com a finalidade de possibilitar melhoria e aperfeiçoamento. Já o monitoramento subsidia os gestores com informações mais simples, tempestivas e em quantidade adequada para a tomada de decisão, permitindo um acompanhamento de forma rotineira de informações importantes (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008; ARAÚJO, 2017).

Para isto, precisa-se de indicadores coletados e calculados com periodicidade, de forma que sejam apresentados em um formato de fácil compreensão, para que estes tenham rápida apreensão do desempenho de programa, por exemplo (ARAÚJO, 2017).

Indicadores podem ser conceituados como

[...] medidas, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que

compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado (Brasil, 2010, p. 21).

A Agenda 2030 destaca a importância da avaliação e do monitoramento a serem realizados quando da implementação dos ODS. “Devemos conceder-lhes a mesma prioridade em nossos esforços de implementação e no quadro de indicadores globais para o monitoramento de nosso progresso” (AGENDA 2030, 2015). E complementa que “dados confiáveis desagregados, de qualidade, acessíveis e atualizados serão necessários para ajudar na aferição do progresso e para garantir que ninguém seja deixado para trás” (AGENDA 2030, 2015, p. 19).

Por essas razões foram criados, além de objetivos e metas, 232 indicadores de acompanhamento e revisão. Esses indicadores podem ser adaptados e complementados conforme a realidade de cada país e suas regiões, para que os ODS sejam perseguidos de acordo com as realidades vividas.

No Brasil, como já citado no decorrer deste trabalho, foi realizada uma adequação das metas e indicadores globais à realidade do país. O IBGE e o Ipea são os órgãos responsáveis pelas orientações das discussões acerca da construção e definição dos indicadores, bem como do monitoramento.

Em relação ao Maranhão, foi verificado nos documentos analisados, pesquisas realizadas e entrevistas concedidas que, os indicadores presentes no PPA se relacionam aos programas aos quais foram criados. E, as ações que são executadas e correlacionadas às metas dos ODS, possuem, no PPA, metas físicas e financeiras, não possuindo outras metas de desempenho e indicadores próprios. Não foram localizados indicadores dessas ações. Segundo o Entrevistado B (2021), “o que nós fazemos de avaliação geral é pelo próprio SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), que nos permite fazer a avaliação quantitativa. E, no momento de fazer a revisão anual do PPA, a SEPLAN faz avaliação qualitativa”.

O Entrevistado A (2021) também ressalta que os indicadores são dos programas do PPA. E, em relação à indicadores dos ODS, ainda não existe essa definição, no entanto, o IMESC está trabalhando para realizar essa adaptação de metas e indicadores dos ODS. O entrevistado B (2021) complementa dizendo que uma agenda como essa, extremamente ampla, e com muitos indicadores requereria que houvesse uma sistematização de indicadores, além de uma avaliação feita in loco e argumenta que não é tão fácil de executar.

É uma prática que, lamentavelmente, diante da complexidade da agenda e da própria estrutura dos governos, tanto nacionais, quanto subnacionais, que ninguém ainda conseguiu colocar na prática de forma otimizada, entendendo que a forma de trabalhar

com os objetivos, com essa lógica de serem indivisíveis, indissociáveis, de serem integrados é algo que a gestão pública ainda não tem o hábito de trabalhar com essa visão. Nós trabalhamos com a transversalidade, com a intersetorialidade, mas não tem, nem de perto, a mesma perspectiva ou a mesma viabilidade que se traz na Agenda 2030. Então é um grande desafio que a gente ainda tem pela frente, não só até 2030, mas com as próximas agendas internacionais que forem derivadas dos ODS (ENTREVISTADO B, 2021).

A partir da análise, verificou-se que os programas do PPA possuem indicadores, mas não foi possível identificar uma avaliação contínua e o monitoramento desses indicadores. Não foram identificadas metas de desempenho para os programas e ações, além das metas físicas e financeiras das ações. Pode-se constatar que há uma carência na questão do monitoramento e avaliação, já que não foi verificado o acompanhamento dessas ações afim de atingir os objetivos dos programas.

Acerca deste ponto, Kronemberger (2019, p. 40), argumenta que

No que se refere aos indicadores, o grande desafio colocado pela Agenda 2030 é a produção de dados de qualidade, confiáveis, periódicos, atualizados, relevantes, abertos, acessíveis e desagregados, baseados em fontes oficiais nacionais, com aderência aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, o que requer amplo trabalho de coordenação e articulação interinstitucional.

Diante da necessidade de dados confiáveis e tempestivos, a formulação, o acompanhamento e a avaliação de indicadores é um grande desafio, não só do Estado do Maranhão, mas também do governo nacional e de outros governos subnacionais.

7.5 Reflexões e recomendações

As reflexões e recomendações que se fazem necessárias são referentes às principais temáticas pertencentes ao processo de implementação da Agenda 2030, quais sejam: a gestão desse processo, por meio da CEODS; a disseminação da agenda; a internalização; a territorialização e interiorização; e, o acompanhamento e monitoramento dessa agenda. Esta análise é necessária para a compreensão dos ODS, assim como da complexidade de implementação e acompanhamento.

O início desse processo, no Estado do Maranhão, ocorreu com a assinatura do memorando de entendimento com a ONU, marcando a adesão formal do Estado à Agenda 2030 e a criação da CEODS, em 2017, que documenta a intenção do Estado de unir esforços para implementar os ODS. A existência da Comissão possibilita uma gestão direcionada ao processo de implementação e monitoramento da Agenda 2030 no Estado do Maranhão. Entre as ações já

executadas pela Comissão, estão a elaboração do Regimento Interno, a criação do Plano de Ação, a realização de reuniões quadrimestrais e o alinhamento entre instrumentos de planejamento e os ODS.

Em relação à composição da CEODS, foi verificada a ausência de representação na Comissão de outros entes que são indispensáveis à disseminação, internalização e interiorização dos ODS. A sugestão é que a Comissão seja formada, além de representantes da esfera estadual, no caso as Secretarias, de representante de nível municipal, pela sociedade civil, de instituições sem fins lucrativos e do setor privado, para uma melhor articulação, mobilização e diálogo entre esses atores indispensável no alcance dos ODS.

Uma ação que pode ser executada pela CEODS é a Criação de Câmaras Temáticas, consideras um espaço de participação dos diferentes atores governamentais e da sociedade para convergirem ideias e proporem políticas públicas, ações e instrumentos para a implementação dos ODS. As Câmaras Temáticas permitem uma ampla discussão sobre os temas relevantes aos ODS, além de subsidiarem as decisões da Comissão. Outro ponto importante, é a frequência das reuniões, atualmente, ocorrem apenas três reuniões por ano, a realização de reuniões em um espaço de tempo menor proporciona um maior envolvimento com os assuntos trabalhados e mais rapidez nas decisões e, conseqüentemente, mais resultados. Sugere-se, assim, que a frequência das reuniões seja revista.

No que concerne à disseminação da Agenda 2030 no Estado, a realização de seminários e eventos são indispensáveis para que a difusão e popularização do que é a Agenda e seus 17 ODS possa ser efetivada. Porém, há a necessidade de um plano de comunicação e mobilização para que ocorra essa disseminação da Agenda 2030 e o engajamento dos órgãos públicos, das instituições de ensino, da iniciativa privada, das entidades sem fins lucrativos e da sociedade civil. Algumas iniciativas são fundamentais, como divulgação da existência e do trabalho que vem sendo realizado pela CEODS, do Plano de Ação existente e elaboração de materiais para popularizar a Agenda 2030; a atualização do site ODS MA, com ações e práticas realizadas pelo Estado e com as que podem contribuir para o alcance dos ODS; o incentivo, valorização e visibilidade de boas práticas desenvolvidas e que contribuam para o alcance dos ODS, a exemplo do Prêmio ODS Brasil, que pode ser adaptado ao Estado; e, a publicação de relatórios com ações já realizadas.

Em relação à internalização, o que pôde ser percebido é que o Estado do Maranhão adota os ODS como uma agenda estratégica, dentre as cinco agendas que norteiam o Plano de Governo. Os programas e ações executados no Estado do Maranhão são vinculados aos ODS e, por terem características gerais e abrangentes, são contemplados dentro da Agenda 2030.

Apesar de já ter sido feita uma conscientização para que programas e ações sejam criados observando as necessidades da Agenda 2030, o movimento observado é mais no sentido de vincular as ações e os programas já existentes aos ODS, do que criar programas que atendam aos ODS, assim como vem sendo realizado no país.

A partir da análise feita nesse estudo, foi possível verificar que 85% dos programas do PPA possuem relação com um ou mais ODS, o que já era esperado, visto que os ODS são amplos e abrangentes dentro do contexto de ações públicas. Em relações às metas ODS, verificou-se que 26% dessas metas estão contempladas nos programas do PPA, e que uma mesma meta ODS se relaciona a mais de um programa. Há uma necessidade de adequar ou formular programas e suas ações à diversidade das metas ODS para que possam atender a mais necessidades, obviamente naquilo que se adequar ao Estado.

Já no que diz respeito à territorialização, que consiste na adequação da agenda global às características e circunstâncias do território, para que a agenda se torne uma realidade no âmbito local, foi informado, por meio das entrevistas, o início na esfera estadual, mas há necessidade de avançar. As informações obtidas foram de que esse processo foi iniciado e que o ODS 1 está nesse processo de territorialização das metas ODS. A continuidade se faz necessária para que seja possível a adaptação às reais necessidades locais.

No que concerne à interiorização, relacionada à disseminação da Agenda pelo Estado aos municípios, foi verificado que é um dos grandes desafios a serem enfrentados no que diz respeito aos ODS no Estado do Maranhão. Apesar dos entes serem independentes para implementarem e realizarem políticas públicas voltadas aos ODS, o Estado possui uma responsabilidade nessa disseminação para os municípios, além do que o êxito dos ODS no Estado depende dessa adesão por parte dos municípios, já que o resultado para o Estado do Maranhão é a soma de todos os esforços.

Dessa forma, algumas ações e iniciativas são extremamente necessárias para a obtenção de resultados positivos na implementação da Agenda 2030, como por exemplo, realização de seminários voltados aos municípios para disseminar informações acerca dos ODS, com vistas a democratizar o acesso a essas informações e proporcionar a conscientização municipal, o estímulo à criação de Comissões Subnacionais a nível municipal, o incentivo ao alinhamento das políticas públicas municipais com os ODS e ao fortalecimento de parcerias.

Tão importante quanto a existência de programas e ações voltados aos ODS, é a elaboração de ações e metas para o atingimento dos objetivos e o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação para os programas e ações, de forma que o acompanhamento seja efetivo. Em relação ao PPA Estadual, foi observada a existência de

indicadores para os Programas, porém não foi identificado na pesquisa o acompanhamento desses indicadores. As ações que foram correlacionadas aos ODS, não possuem indicadores e metas de acompanhamento, como já citado, apenas metas físicas e financeiras. É interessante a adoção de metas finalísticas e metas de implementação, além das físicas e financeiras, como as especificadas do documento do Ipea. Em que as metas finalísticas se relacionam aos resultados esperados de programas e ações; e, as metas de implementação com os recursos humanos, tecnológicos, financeiros e de governança necessários para o alcance dos objetivos e metas finalísticas.

É bastante importante a existência das metas, já que indicam os caminhos a serem trilhados e as medidas a serem adotadas para promover o alcance dos ODS. E, para que exista o acompanhamento, são necessários os indicadores para a avaliação do desempenho. As metas e indicadores são fundamentais para assegurar a coordenação, comparabilidade e o monitoramento do progresso em relação ao alcance dos ODS. Esse acompanhamento possibilita a identificação das áreas que necessitam de uma maior assistência e colaboração.

Trabalhar os ODS tanto no âmbito estadual quanto no âmbito municipal, com o apoio dos atores envolvidos nesse processo de implementação, permite o aprimoramento dos objetivos, metas e indicadores e facilita o acompanhamento e o monitoramento das políticas públicas. Dessa forma, pode-se ter uma maior clareza dos resultados das políticas públicas, se estão atingindo os objetivos para as quais foram propostas, contemplando as prioridades locais e quão próximas do alcance dos ODS, de forma a não deixar ninguém para trás.

8 CONCLUSÃO

Diante da complexidade da Agenda 2030 e do desafio de implementar seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com suas 169 metas e 232 indicadores, torna-se indispensável o esforço de todas as nações que se comprometeram para que tais objetivos sejam alcançados. Tanto os governos nacionais, quanto os subnacionais devem adaptar os ODS às suas realidades locais para que as políticas públicas sejam planejadas e formuladas tendo esses objetivos como norteadores de iniciativas, programas e ações para que os ODS sejam atingidos.

A partir do presente estudo, pôde-se verificar que a implementação da Agenda 2030 não é uma tarefa de um único ente, mas um trabalho conjunto, que envolve países, estados, municípios e o engajamento e participação da iniciativa privada, academia, sociedade civil e outros interessados. E, o primeiro passo para a adoção dos ODS é a disseminação dessa Agenda, em que os entes públicos, as empresas, os diversos tipos de organizações da sociedade e as pessoas devem conhecer e se familiarizar com tais objetivos para que todos tomem consciência da importância de realizar ações que estejam em consonância com os ODS. Ações de internalização e interiorização são fundamentais para que a sensibilização desses atores possa ocorrer.

A adequação das metas dos ODS à realidade à qual serão implementados também se torna indispensável, já que é dessa forma que os objetivos atenderão às realidades locais e estarão mais próximos de quem está trabalhando nesse processo. Com isso, tanto os governos nacionais, quanto subnacionais devem incluir os ODS nos seus planejamentos e orçamentos para que as políticas públicas sejam vinculadas a esses objetivos.

Além das metas, os indicadores também devem ser adaptados e desenvolvidos localmente para que tais metas sejam monitoradas e avaliadas, de forma que os resultados dos esforços realizados sejam mensurados, possibilitando a identificação dos avanços e dos pontos que necessitam de melhorias.

Em relação aos objetivos estabelecidos na presente pesquisa, apresentou-se e analisou-se os resultados alcançados pelos ODM no Brasil, de maneira que o país teve alguns dos resultados mais importantes no mundo, expostos no decorrer deste trabalho, tendo alcançado a maioria dos ODM muito antes do prazo final.

Os ODM oportunizaram pela primeira vez a elaboração de objetivos diretos e concisos e de metas quantificáveis com prazos determinados, com vistas a alcançar algumas dimensões do desenvolvimento sustentável. Os ODM permitiram que o mundo pudesse convergir para o alcance dos mesmos objetivos e trouxeram importantes avanços em muitas

metas a nível mundial, mesmo com o progresso irregular entre regiões e países. Apesar das lacunas deixadas, esses objetivos contribuíram para que várias questões importantes fossem repensadas e também melhoradas. E, foram fundamentais na elaboração dos ODS, os quais buscaram preencher as lacunas deixadas pelos ODM.

Notadamente em relação aos ODS no Estado do Maranhão, foi possível alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa, em que foram identificadas as políticas públicas que o Governo do Estado adota para a consecução dos ODS por meio do alinhamento de programas e ações existentes no principal instrumento de planejamento de médio prazo, o PPA 2020-2023. No entanto, além da convergência entre ODS e PPA, é de extrema importância que o Estado priorize os ODS que proporcionem resultados positivos aos seus indicadores sociais, ambientais e econômicos. Desta forma, os resultados permitirão avanços em nível estadual, que irão refletir nos resultados do Brasil e do mundo em direção ao alcance da Agenda 2030.

Além do alinhamento realizado nos programas do PPA, a partir da análise do referido documento, o Governo do Estado destaca a adesão do Maranhão aos ODS e a adoção dos mesmos como uma das agendas estratégicas que norteiam o Plano de Governo. Além de que, o próprio Plano de Governo considera os ODS um dos compromissos assumidos com a sociedade.

O terceiro objetivo específico que consiste na investigação de mecanismos de avaliação e monitoramento de metas e indicadores também foi atingido. Verificou-se que esta é uma das questões que merecem uma maior atenção, pois é fundamental a existência de acompanhamento e mensuração do que é executado. Além disso, a territorialização das metas dos ODS e a formulação de indicadores para essas metas, apesar de serem um dos grandes desafios enfrentados pela CEODS, diante da complexidade, dimensão e amplitude da Agenda 2030, são itens fundamentais para o acompanhamento dos resultados alcançados, de forma a identificar a manutenção de políticas públicas e o aprimoramento de outras para o atendimento da Agenda 2030.

Constatou-se, também, por meio das entrevistas realizadas, que a implementação dos ODS é uma tarefa desafiadora, diante da transversalidade, amplitude e complexidade da Agenda 2030. Ambos entrevistados admitiram que deve existir um compromisso político e institucional que priorize a Agenda, que existam condições e estrutura para o acompanhamento dos ODS e que a integração do planejamento com a Agenda 2030 é um passo fundamental na implementação dos ODS. Os entrevistados consideram que a existência da Comissão Estadual, o posicionamento dos ODS como uma agenda estratégica e a vinculação desses objetivos ao PPA permitem ao Maranhão um grande avanço em relação a outros estados.

A presente pesquisa também conseguiu propor recomendações a serem adotadas no Estado do Maranhão para o alcance das metas ODS até o ano de 2030, alcançando, assim, o quarto objetivo específico desta pesquisa. No entanto, lacunas relacionadas a disseminação, territorialização, interiorização, monitoramento e avaliação dos ODS no Estado do Maranhão, foram identificadas no decorrer da pesquisa, impossibilitando um maior aprofundamento do estudo e ocasionando limitações na investigação. Além das lacunas relativas à formulação e acompanhamento de indicadores.

Por fim, o presente trabalho buscou apresentar o contexto histórico da questão ambiental e da sustentabilidade; discorreu sobre as principais características dos ODS, bem como das perspectivas a nível de Brasil; apresentou os principais resultados alcançados pelos ODM; contextualizou a Agenda 2030 no âmbito do Estado do Maranhão, além de expor o que já vem sendo realizado para o alcance dos ODS e, sobretudo, buscou contribuir para outras pesquisas que serão feitas sobre este tema.

Os conhecimentos obtidos através da elaboração desta dissertação podem ser estendidos e ampliados. A temática da Agenda 2030, por ser algo recente ainda dispõe de material limitado. Desta forma, estudos complementares são fundamentais, especialmente relacionados à implementação, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos ODS. Algumas sugestões para pesquisas futuras são: formulação de estratégias e metodologias no estabelecimento de políticas públicas para a operacionalização da Agenda 2030 e estudo dos mecanismos de monitoramento e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

Agenda 2030. **Plataforma Agenda 2030**. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ANDRADE, Jade Alves Souza de. **Avaliação e Acompanhamento no Nível Global da Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental) - Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, p. 104. 2017.

ANDRADE, L. C. De. **A redução da pobreza e da fome no Brasil no âmbito dos ODMs: interações entre o global, o nacional e o subnacional**. Dissertação (Mestrado em RELAÇÕES INTERNACIONAIS) Universidade de Brasília. Brasília, p. 118. 2013.

ARAÚJO, C. C.; CARNEIRO, A. M. F. **Pobreza e Desigualdade Social no Maranhão: atualidade de uma questão histórica e estrutural**. II Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Teresina - PI, 2018.

ARAUJO, Maria Benildes Uchoa de. O Monitoramento da Prática Educativa: Instrumento para uma Gestão Pedagógica Eficiente. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, 2017, vol.11, n.38, p. 336-348.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BORGES, F. H.; TACHIBANA, W. K. **A evolução da preocupação ambiental e seus reflexos no ambiente dos negócios: uma abordagem histórica**. In: XXV Encontro Nacional dos Estudantes de Engenharia de Produção, Porto Alegre, 2005.

BORGES, Fernando Hagihara. **O meio ambiente e a organização: um estudo de caso baseado no posicionamento de uma empresa frente a uma nova perspectiva ambiental**. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação e área de concentração: Engenharia da Produção). Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 84. 2007.

BURNETT, Frederico Lago et al. **Planejamento e Gestão de Cidades no Maranhão: o Executivo Municipal e o controle do solo urbano**. São Luís: EdUEMA, 2016.

BRASIL. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. (2017). Plano de Ação da CNODS 2017-2019. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019/view>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Decreto de 31 de outubro de 2003**. Institui Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatórios Nacionais de Acompanhamento**. Brasília: Ipea, 2004, 2005, 2007, 2010 e 2014.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**. Secretaria de Governo da Presidência da República. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods>. Acesso em: 16 set. 2021.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Secretaria de Controle Interno. **Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 2019/0252**. Brasília - DF, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/estrutura/secretaria_de_controle_interno/resultados/pesquisa/unidades-extintas-ou-que-deixaram-de-integrar-a-presidencia-da-republica/secretaria-de-governo-segov/relatorio-de-auditoria-anual-de-contas-segov-pr-2018.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, Frederico Cavadas. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM - Uma avaliação crítica**. 56. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. v. 100. 52p.

FARIA, J. H. **Por uma teoria crítica da sustentabilidade**. Organizações e Sustentabilidade, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan./jun. 2014.

FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; SCHREIBER, Dusan. Análise dos eventos históricos para a concepção dos termos Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Rede: **Revista Eletrônica do Prodema**, v. 10, p. 7-21, 2016.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. **Território, intersetorialidade e escalas**: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 19, núm. 11, novembro-, 2014, p. 4383-4396.

GAMA, Daniela Gomes da et al. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: análise da ODS 5. X Congresso de Logística das FATECS. FATEC de Guarulhos. Guarulhos, de 31 de maio a 01 de junho de 2019.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, v. especial nº 38, p. 192-206, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2019.

GUIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; Silva; Tatiane Pereira da. A questão da identidade homem-natureza e suas perspectivas a partir da Educação Ambiental. **Revista Sergipana de Educação Ambiental - REVISEA**, São Cristóvão, v. 6, n. 1, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Cidades e Estados**. Maranhão - Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____. **Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

_____. **O que é desemprego.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADc. 2020.**

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IPEA; PNUD; FJP. **Radar IDHM:** evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília: IPEA/PNUD/FJP, 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf. Acesso em: 06 jun. 2020.

IPEA. **Brasil adapta metas de desenvolvimento da ONU à realidade nacional.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34183&Itemid=9. Acesso em: 18 jun. 2021.

LEITE, Valderi Duarte. **A Evolução Histórica da Questão Ambiental.** 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Recife - PE, 20 a 25 de setembro, 2009.

MACHADO FILHO, Haroldo. **Dos objetivos do milênio aos objetivos de desenvolvimento sustentável:** lições aprendidas e desafios. In: LUCIANO, Bruno Theodoro (Org.). União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Konhad Adenauer Stiftung, 2016, p. 87-108. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=52f0fe62-b8eb-a8b5-1fa4-2f6897d455ae&groupId=265553. Acesso em: 8 ago. 2021.

MANSANO, S. R. V; CARVALHO; Paulo Roberto de. **Conferências e documentos gerados sobre o meio ambiente:** uma análise psicossocial. II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina PR, de 04 a 07 de julho de 2017.

MARANHÃO. **Decreto nº 33.115, de 14 de julho de 2017.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, ano CXI, nº 131, São Luis, MA, p. 33.

_____. **Programa de Governo 2019/2022.** Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2018/11/promessas/Maranhao_Dino.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular. **Comissão Estadual para os Objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <https://sedihpop.ma.gov.br/comissao-estadual-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Maranhão 2030. **Os Objetivos**. Disponível em: <http://www.ods.ma.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOVIMENTO NACIONAL ODS. **Os 5 P's da Sustentabilidade**. Disponível em: <https://movimentoods.org.br/os-5-ps-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 15 set. 2021.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis. CAPES: UAB, 2012.

ODS Brasil. **ODS Brasil: indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ODM Brasil. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 15 set. 2021.

ONU BRASIL. **Relatório da ONU sobre progresso dos ODS aponta que a COVID-19 está comprometendo avanços no campo social**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/relatorio-da-onu-aponta-que-a-covid-19-esta--retardando--decadas.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. **Marcos ambientais: Linha do tempo dos 75 anos da ONU**. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma Agenda para o Desenvolvimento. **Interesse Nacional**. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/2018/07/04/os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-uma-agenda-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PADGURSCHI, Maíra. **Pelas veredas do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Pelas-veredas-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PEREIRA. I. S. **A agenda decisória de Santa Catarina com ênfase no Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Um estudo dos cenários institucionais e de governança vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Dissertação (Desenvolvimento Regional), Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, p. 185. 2013.

PIGA, Talita Ravaglia; MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sustentabilidade ambiental e História: uma análise crítica**. Perspectivas contemporâneas. (10)2, 174-195, 2015.

PINEDA-ESCOBAR, Maria A. Moving the 2030 agenda forward: SDG implementation in Colombia. **Corporate Governance**, Bradford, vol. 19, n. 1, p. 176-188. 2019.

PNUD; Ipea; FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 81, p. 271-283. São Paulo, 2017.

PRANDI, Daniela; MAXIMO, Lucas Moura; SILVA E LIMA, Marne Thereza de Lisieux. **Corrigindo os rumos? Conflitos e contradições na conformação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**. In: Anais do II Seminário de Relações Internacionais da Faculdade ASCES, 2015, Caruaru (PE). Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/156>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RELATÓRIO LUZ 2020. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030**. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/07/por_rl_2020_vs_4_mari_singlepage.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019.

RUFINO, Bianca; CRISPIM, Cristina. **Breve resgate histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo**. VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/VII-069.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SACHS, Jeffrey. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**, 9 de junho de 2012, vol. 379, p. 2206-2211. Disponível em <[https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(12\)60685-0.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(12)60685-0.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, Leandro Muniz Barbosa da Silva et al. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Vol. 6, nº 14, p. 593-608 - 31 dez. 2019.

SILVA, Lucia Cristina Florentino Pereira da Silva; SOLA, Evelyn Priscila Santinon; MELO, Célia Regina Maganha E; *et al.* Objetivos de desenvolvimento sustentável sob a ótica da política brasileira. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, jun. 2016, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50209/objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-sob-a-otica-da-politica-brasileira>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SILVA, Tatiane Pereira da. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista. Franca, p. 122. 2016.

SILVA, Valquíria Brilhador; CRISPIM, Jefferson de Queiroz. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão-PR, v. II, n. 1, p. 163-175, 1º sem. 2011.

SOARES, Thiago Elert. **Governance for Sustainable Development in Brazil: Challenges and Opportunities for the National Strategy for the Implementation of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs)**. Hertie School of Governance, Berlin, 2018. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/nexojournal/www/nexo_academico/HCiBMnoWAdRfCrdqT/trabalho_file. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOBRE A RIO +20. **Rio+20-Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Comitê Nacional de Organização Rio +20, 2011. Disponível em :< http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A pesquisa e a produção de conhecimentos: introdução à pesquisa em educação**. Curso de pedagogia da Unesp. 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/195/3/01d10a03.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2021.

Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP (Revista de Administração Pública)**, v. 42, n. 3, maio/jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

United Nations. **Millennium Development Goals Indicators**. Official list of MDG indicators. Disponível em: <https://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/OfficialList.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. UN System task team on the post-2015 UN Development Agenda. **Statistics and indicators for the post-2015 development agenda**. New York, 2013. Disponível em https://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg_assessment_Aug.pdf. Acesso em: 04 ago. 2021.

VANDEMOORTELE, Jan. If not the MDGs, then what? **Third World Quarterly**, 2011, vol. 32, p. 9-25. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2011.543809>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WILLERS, Daniele Camila; BRITO, Luciano Rodrigues. Um panorama sobre Avaliação de Ciclo de Vida com base nos anais do Simpósio de Engenharia de Produção. **Revista Gestão Industrial**, v. 8, p. 199-218. Ponta Grassa, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A - ALINHAMENTO DOS PROGRAMAS, OBJETIVOS E AÇÕES DO PPA 2020-2023 DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA	OBJETIVO	META ODS	INDICADOR	AÇÕES
ODS 1				
0591 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Promover o desenvolvimento sustentável nas regiões articuladas com os municípios, valorizando os produtos da agricultura familiar e do extrativismo para elevação da produção de alimentos local	1.3	Rendimento médio domiciliar	Promoção e apoio à irrigação e gestão de recursos hídricos. Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas. Fomento e apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar. Promoção e apoio à disponibilização e produção de sementes. Promoção e apoio à agroindustrialização familiar. Apoio aos seguros da agricultura familiar. Promoção e apoio à infraestrutura no campo. Desenvolvimento do extrativismo, conservação dos recursos naturais e desenvolvimento rural. Promoção e apoio ao crédito fundiário. Fomento às tecnologias sociais e produtivas. Fomento às tecnologias sociais e produtivas.
0546 DEFESA AGROPECUÁRIA	Fortalecer o serviço de defesa e inspeção sanitária agropecuária, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da agropecuária e agricultura familiar do Estado do Maranhão, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde única para a oferta de alimentos seguros e acesso ao mercado	1.3	Percentual de municípios desenvolvendo ações de inspeção sanitária agropecuária	Promoção da educação sanitária em defesa agropecuária. Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Fiscalização do trânsito de animais e seus produtos e subprodutos. Fiscalização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal. Promoção da defesa vegetal, qualidade dos insumos e alimentos.
0572 MAIS PESCADO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas de pesca e aquicultura	1.3	Produção de origem animal da aquicultura	Fomento à pesca extrativa maranhense. Fomento à produção aquícola maranhense.
0582 MAIS PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas agropecuárias priorizadas	1.3	Valor da produção comercializada	Modernização dos processos de produção, agroindustrialização e comercialização. Fortalecimento e promoção do agronegócio maranhense. Estruturação do sistema de informações gerenciais e inteligência territorial estratégica. Fortalecimento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais. Fortalecimento da agricultura irrigada. Fortalecimento da governança dos agropolos.

0103 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSUNTOS DA COMUNIDADE	Promover a inclusão sociocultural e educativa de pessoas cadastradas no CadÚnico, bem como prestar serviços extensionistas a estudantes e comunidade	1.3	Número de pessoas beneficiadas com atividades de extensão	Promoção de eventos científicos, tecnológicos e socioculturais. Promoção da extensão universitária. Restaurante universitário. Cartão transporte universitário. Fomento à assistência estudantil.
0563 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DOS DIREITOS DAS MULHERES	Reduzir a desigualdade de gênero promovendo a defesa dos direitos femininos, por meio do combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher e da oferta de condições de empoderamento e igualdade de oportunidades	1.3	Número de atendimentos da Carreta da Mulher. Número de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira. Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo de violência. Taxa de homicídios contra mulheres	Enfrentamento à violência contra as mulheres. Implantação de unidades da casa da mulher. Fortalecimento da rede de serviços de atendimento às mulheres. Articulação e promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres.
0596 SAÚDE PARA TODOS	Oferecer à população uma assistência à saúde com qualidade, equidade e integralidade na lógica das redes de atenção à saúde	1.3	Taxa de Mortalidade Prematura (de 30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis	Ações de combate ao câncer. Implantação e modernização da rede assistencial dos serviços de saúde. Política estadual de sangue e hemoderivados. Atenção ambulatorial e hospitalar. Fortalecimento da central estadual de transplante. Assistência farmacêutica especializada.
0601 MAIS PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	Viabilizar o resgate de pessoas, bens e animais em caso de calamidade pública e acidentes eventuais	1.5	Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	Ação para cumprimento do código de segurança contra incêndio e pânico. Resgate e salvamento. Prevenção de risco. Atendimento às vítimas de desastres. Prevenção e combate a incêndio.
0552 UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Elevar o índice de cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário	1.4	Índice de atendimento urbano de água. Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto. Percentual de domicílios abastecidos por rede geral. Percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica).	Ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água. Ampliação e melhoria de sistemas de esgoto sanitário. Implantação de sistemas de esgotos sanitários.
0588 MINHA CASA MEU MARANHÃO	Reduzir a desigualdade de gênero promovendo a defesa dos direitos femininos, por meio do combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher e da oferta de condições de empoderamento e igualdade de oportunidades	1.3	Déficit Habitacional Rural Relativo. Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	Habitação rural. Habitação urbana. Regularização fundiária.
0583 MARANHÃO EMPREENDEDOR	Contribuir para o crescimento da economia maranhense por meio de iniciativas que promovam oportunidades de negócios, geração de renda e fortalecimento do empreendedorismo	1.3	Número de empresas beneficiadas com o programa	Incremento da competitividade de infraestrutura industrial e investimentos estratégicos. Serviços técnicos metrológicos. Atração, incentivo e manutenção de negócios. Promoção de desenvolvimento econômico. Compras governamentais. Maranhão Mais Produtivo.

0193 MAIS SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Reduzir o índice de insegurança alimentar e nutricional	1.3	Índice de Segurança Alimentar e Nutricional. Proporção da população do Estado do Maranhão em situação de insegurança alimentar grave.	Implantação de sistema de segurança alimentar e nutricional - SISAN. Implantação e modernização de infraestrutura de segurança alimentar e nutricional - SAN. Capacitação em educação alimentar e nutricional. Alimentação em restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Banco de alimentos. Distribuição de leite.
0539 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	Reduzir a vulnerabilidade e o risco social das famílias e indivíduos em situação de pobreza	1.2	Índice de pobreza da população do Maranhão	Implantação e modernização da rede da política de assistência social. Proteção social básica. Proteção social especial. Aprimoramento do suas. Promoção da intersetorialidade. Isenção do pagamento da fatura de água. Bolsa escola.
0589 INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA MAIS RENDA E CIDADANIA	Criar oportunidade de inclusão socioprodutiva, pelo trabalho e pelos investimentos em infraestrutura de apoio à produção, carências energéticas, inserção nos mercados e segurança alimentar e hídrica, investimentos em saneamento rural, às pessoas em situação de pobreza, com vistas à sua emancipação econômica, com elevação da renda da população, por meio das atividades econômicas que desenvolvam os empreendimentos produtivos para indivíduos e comunidades	1.2	Índice da capacidade produtiva de beneficiários das ações de empreendimentos populares e solidários	Implantação de kit sanitário. Implantação e modernização de infraestrutura para o desenvolvimento rural. Implantação e modernização de sistema simplificado de abastecimento de água. Fomento a empreendimentos produtivos.
0578 MAIS ESPORTE E LAZER	Ampliar, democratizar e qualificar o acesso ao esporte e lazer enquanto direito social, integrado às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano, a inclusão social e respeitando a diversidade cultural maranhense	1.2	Taxa de Municípios beneficiados com ações de esporte e lazer	Implantação e modernização de espaços destinados ao esporte e lazer. Promoção do esporte. Manutenção e conservação dos espaços de esporte e lazer. Promoção do lazer. Incentivo ao esporte e lazer. Mais esporte educacional.
0579 PROMOÇÃO DO TRABALHO DIGNO	Propiciar de forma integrada o acesso da população economicamente ativa do Estado do Maranhão às iniciativas geradoras de trabalho e renda adequados às exigências do mercado de trabalho	1.3	Número de pessoas inseridas no mercado de trabalho formal	Intermediação de mão de obra. Seguro desemprego. Microcrédito produtivo orientado. Mutirão rua digna. Mais empregos.
0580 MAIS QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	Expandir a oferta de qualificação profissional, promovendo a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho	1.3	Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.	Qualificação profissional e cidadania. Mais aprendiz.

0590 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	Garantir o respeito aos direitos humanos e acesso às políticas públicas dos indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade e violação de direitos	1.3	Radar IDHM	Atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. Promoção, proteção e defesa do direito da pessoa com deficiência. Apoio a ações de defesa dos direitos difusos. Construção e aparelhamento das unidades de atendimento. Execução de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade. Formação de operadores do sistema socioeducativo. Implantação de núcleos e centros de referência. Educação em direitos humanos e cultura de paz. Fortalecimento e municipalização de políticas públicas em direitos humanos. Enfrentamento às violências na perspectiva dos direitos humanos. Articulação de ações e políticas de desenvolvimento e direitos humanos. Articulação e apoio à participação popular e controle social. Promoção em direitos humanos nos núcleos e centros de referência. Promoção de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.
0602 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO E CONSUMIDOR	Ampliar o acesso do cidadão aos direitos civis básicos e das relações de consumo	1.3	Percentual da população com registro civil. Percentual de Municípios Beneficiados com Unidades do PROCON.	Apoio às ações de proteção e defesa dos direitos do consumidor. Implantação das unidades de atendimento do PROCON. Gestão da fiscalização, estudos e pesquisas do código de defesa do consumidor. Atendimento ao cidadão e ao consumidor.
0585 CIDADANIA DIGITAL PARA TODOS	Aumentar o percentual da população do Maranhão com acesso à internet e a serviços de qualidade	1.4	Média de acessos diários disponibilizados	Implantação de pontos de acesso à internet gratuita (MARANET)
0160 REFORMA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Garantir a capacidade de atendimento das demandas de reordenamento agrário	1.4	Evolução no Número de Famílias Beneficiadas com Títulos de Domínio. Famílias beneficiadas com títulos de domínio. Percentual de Imóveis Rurais Geocadastrados para Fins de Regularização Fundiária.	Assentamento de trabalhadores. Arrecadação de terras. Regularização fundiária. Regularização fundiária em áreas remanescente de quilombos.
ODS 2				
0160 REFORMA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Garantir a capacidade de atendimento das demandas de reordenamento agrário	2.3	Evolução no Número de Famílias Beneficiadas com Títulos de Domínio. Famílias beneficiadas com títulos de domínio. Percentual de Imóveis Rurais Geocadastrados para Fins de Regularização Fundiária.	Assentamento de trabalhadores. Arrecadação de terras. Regularização fundiária. Regularização fundiária em áreas remanescente de quilombos.

0544 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	Elevar a cobertura de assistência técnica e extensão rural de qualidade continuada	2.3	Índice de Qualidade do Serviço de ATER (IQUATER)	Capacitação e formação de agentes da agricultura familiar. Fortalecimento do associativismo e cooperativismo da agricultura familiar. Execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural. Reestruturação e manutenção da agência de assistência técnica e extensão rural e pesquisa. Apoio ao sistema estadual de assistência técnica.
0581 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	Gerar e adaptar tecnologias em bases agroecológicas para a diversidade de estilos da agricultura familiar e ecossistemas	2.4	Indicador de Avaliação do Programa (IAP)	Pesquisa em sistemas integrados de base sustentável. Pesquisa pesqueira e aquícola. Pesquisa em materiais, tecnologias e processos para a agricultura familiar.
0591 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Promover o desenvolvimento sustentável nas regiões articuladas com os municípios, valorizando os produtos da agricultura familiar e do extrativismo para elevação da produção de alimentos local	2.4	Rendimento médio domiciliar	Promoção e apoio à irrigação e gestão de recursos hídricos. Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas. Fomento e apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar. Promoção e apoio à disponibilização e produção de sementes. Promoção e apoio à agroindustrialização familiar. Apoio aos seguros da agricultura familiar. Promoção e apoio à infraestrutura no campo. Desenvolvimento do extrativismo, conservação dos recursos naturais e desenvolvimento rural. Promoção e apoio ao crédito fundiário. Fomento às tecnologias sociais e produtivas. Fomento às tecnologias sociais e produtivas.
0546 DEFESA AGROPECUÁRIA	Fortalecer o serviço de defesa e inspeção sanitária agropecuária, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da agropecuária e agricultura familiar do Estado do Maranhão, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde única para a oferta de alimentos seguros e acesso ao mercado	2.4	Percentual de municípios desenvolvendo ações de inspeção sanitária agropecuária	Promoção da educação sanitária em defesa agropecuária. Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Fiscalização do trânsito de animais e seus produtos e subprodutos. Fiscalização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal. Promoção da defesa vegetal, qualidade dos insumos e alimentos.
0572 MAIS PESCADO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas de pesca e aquicultura	2.4	Produção de origem animal da aquicultura	Fomento à pesca extrativa maranhense. Fomento à produção aquícola maranhense.
0582 MAIS PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas agropecuárias priorizadas	2.4	Valor da produção comercializada	Modernização dos processos de produção, agroindustrialização e comercialização. Fortalecimento e promoção do agronegócio maranhense. Estruturação do sistema de informações gerenciais e inteligência territorial estratégica. Fortalecimento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais. Fortalecimento da agricultura irrigada. Fortalecimento da governança dos agropolos.

0193 MAIS SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Reduzir o índice de insegurança alimentar e nutricional	2.2	Índice de Segurança Alimentar e Nutricional. Proporção da população do Estado do Maranhão em situação de insegurança alimentar grave.	Implantação de sistema de segurança alimentar e nutricional - SISAN. Implantação e modernização de infraestrutura de segurança alimentar e nutricional – SAN. Capacitação em educação alimentar e nutricional. Alimentação em restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Banco de alimentos. Distribuição de leite.
		2.1		
0589 INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA MAIS RENDA E CIDADANIA	Criar oportunidade de inclusão socioprodutiva, pelo trabalho e pelos investimentos em infraestrutura de apoio à produção, carências energéticas, inserção nos mercados e segurança alimentar e hídrica, investimentos em saneamento rural, às pessoas em situação de pobreza, com vistas à sua emancipação econômica, com elevação da renda da população, por meio das atividades econômicas que desenvolvam os empreendimentos produtivos para indivíduos e comunidades	2.1	Índice da capacidade produtiva de beneficiários das ações de empreendimentos populares e solidários	Implantação de kit sanitário. Implantação e modernização de infraestrutura para o desenvolvimento rural. Implantação e modernização de sistema simplificado de abastecimento de água. Fomento a empreendimentos produtivos.
		2.4		
0355 PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	Implementar ações e instrumentos de planejamento e ordenamento territorial que permitam maior controle das condições ambientais em todas as regiões do estado	2.4	Número de focos de queimada. Percentual de redução relativa do desmatamento. Percentual relativo de emissão de licenças ambientais. Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constante das listas oficiais com ação de manejo	Gestão ambiental compartilhada. Fortalecimento do sistema estadual de meio ambiente. Implantação do plano estadual de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Gestão participativa em recursos hídricos. Licenciamento, monitoramento, fiscalização e controle ambiental.
0521 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Fomentar empreendimentos ligados à economia solidária	2.4	Índice da Capacidade Produtiva de Beneficiários das Ações de Empreendimentos Populares e Solidários	Implantação de espaços multifuncionais de economia solidária. Apoio a empreendimentos de economia solidária. Fomento para organização e desenvolvimento de catadores em grupos atuantes com resíduos sólidos.
ODS 3				
0311 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, monitoramento e avaliação dos programas de saúde pública estadual e municipal	3.8	Percentual da Despesa empenhada em relação a cota para empenho liberada. Percentual da despesa finalística empenhada em relação a cota liberada	Qualificação e fortalecimento do controle social. Fortalecimento do planejamento em saúde. Controle, regulação e avaliação do sistema de saúde. Políticas de educação permanente. Apoio à gestão das unidades regionais de saúde.
0596 SAÚDE PARA TODOS	Oferecer à população uma assistência à saúde com qualidade, equidade e integralidade na lógica das redes de atenção à saúde	3.8	Taxa de Mortalidade Prematura (de 30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis	Ações de combate ao câncer. Implantação e modernização da rede assistencial dos serviços de saúde. Política estadual de sangue e hemoderivados. Atenção ambulatorial e hospitalar. Fortalecimento da central estadual

				de transplante. Assistência farmacêutica especializada.
0597 ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Fortalecer a atenção primária e vigilância em saúde para o desenvolvimento de ações resolutivas no território de abrangência	3.8	Ações realizadas pela SUVISA - Superintendência Estadual de Vigilância Sanitária, Ambiental. Internação por condições sensíveis a atenção básica. Taxa de Mortalidade específica por doenças transmissíveis	Prevenção ao uso de drogas. Componente básico de assistência farmacêutica. Implementação da política de saúde mental, álcool e outras drogas. Política estadual de investigação laboratorial de vigilância em saúde. Vigilância, prevenção, controle de doenças e agravos e promoção da saúde. Vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Vigilância sanitária em saúde. Política de atenção primária. Vigilância em saúde ambiental. Fortalecimento da política de cofinanciamento da atenção primária.
0617 ENFRENTAMENTO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL	Reduzir em 10% ao ano o número absoluto de mortalidade materna e taxa de mortalidade infantil	3.1	Taxa de Mortalidade Infantil	Qualificação da linha de cuidado materna e infantil. Implantação e modernização da rede materna e infantil. Força estadual de saúde. Vigilância em saúde na linha de cuidado materno e infantil.
		3.2	Taxa de Mortalidade Infantil	
0575 MAIS VIDA NO TRÂNSITO	Reduzir os índices de mortes e acidentes de trânsito	3.6	Taxa de mortalidade por acidentes de transporte	Implantação de unidades de Ciretrans e postos de atendimento. Implantação de unidades de fiscalização de rodovias estaduais. Licenciamento de veículos. Habilitação de condutores. Fiscalização do trânsito e de veículos. Educação para o trânsito. Funcionamento das unidades de Ciretrans e postos de atendimento. Sinalização de vias urbanas.
ODS 4				
0103 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSUNTOS DA COMUNIDADE	Promover a inclusão sociocultural e educativa de pessoas cadastradas no CadÚnico, bem como prestar serviços extensionistas a estudantes e comunidade	4.5	Número de pessoas beneficiadas com atividades de extensão	Promoção de eventos científicos, tecnológicos e socioculturais. Promoção da extensão universitária. Restaurante universitário. Cartão transporte universitário. Fomento à assistência estudantil.
0177 ENSINO DE GRADUAÇÃO	Graduar profissionais em cursos de licenciatura e bacharelado de modo a melhorar o nível de empregabilidade	4.3	Taxa de Sucesso na Graduação. Taxa líquida de matriculados da população de 18 a 24 anos	Formação em nível superior. Expansão da graduação. Ciência, tecnologia e inovação. Mais qualidade acadêmica.
0354 GESTÃO UNIVERSITÁRIA	Coordenar e fortalecer os processos de planejamento, monitoramento e avaliação de ações e gestão internas, com enfoque na ampliação do número de vagas, qualificação do ensino, eficiência do uso dos recursos públicos associada a uma estratégia de longo prazo e que tenha como objetivo o desenvolvimento sustentável da universidade	4.3	Média aritmética institucional do conceito CAPES de programas de Pós-Graduação. Permanência dos alunos assistidos pela Política de Assistência Estadual. Taxa de crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Valorização, formação e capacitação dos profissionais da educação superior. Desenvolvimento institucional.

0584 MAIS CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	Aumentar o percentual de pessoas com acesso a ciência, tecnologia, ensino superior e em língua estrangeira no Estado do Maranhão	4.4	Número de alunos beneficiados	Promoção de eventos científicos e tecnológicos. Cidadão do mundo.
0593 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Promover a qualificação, fortalecer a qualidade da pesquisa e do ensino de pós-graduação e fomentar a inovação científica e tecnológica	4.3	Número de publicações científicas na pós-graduação	Ensino de pós-graduação. Ciência, tecnologia e inovação.
0615 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	Prover infraestrutura adequada para as atividades de ensino, pesquisa e extensão	4.a	Percentual de Infraestrutura adequada	Implantação e modernização dos campi. Manutenção e operacionalização dos campi na região tocantina.
0616 MAIS PESQUISA, INOVAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	Fomentar a pesquisa, ciência e inovação nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.	4.4	Estudos e pesquisas realizadas. Número de discentes matriculados em cursos de pós-graduação no Maranhão. Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D. Pesquisas Realizadas e Publicadas	Mais ciência. Popularização da ciência. Mais qualificação. Mais inovação.
0599 APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Aumentar o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da ciência, tecnologia e inovação	4.4	Taxa de docentes em exercício com pós-graduação	Desenvolvimento de práticas pedagógicas e avaliativas. Apoio às atividades de CT&I. Oferta de ensino mediado por novas tecnologias.
0600 ENSINO MÉDIO TÉCNICO DE TEMPO INTEGRAL	Qualificar jovens e adultos maranhenses através dos cursos técnico-profissionais oferecidos pelo IEMA	4.3	Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	Assistência alimentar. Implantação e modernização de unidades de ensino. Qualificação profissional de agentes de educação.
0611 INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	Promover para as escolas do estado um ambiente digno, que possibilite atividades educacionais, culturais e esportivas para o desenvolvimento dos estudantes.	4.a	Índice de Infraestrutura - CEE. Percentual de Infraestrutura adequada	Implantação e modernização de unidades de ensino fundamental - Funescola. Implantação e modernização de unidades de ensino médio. Regime de colaboração com os municípios no ensino infantil. Apoio e desenvolvimento do ensino fundamental.
0612 MAIS APRENDIZAGEM	Proporcionar formação de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino.	4.1	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Escolas estaduais). Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio (Escolas estaduais)	Formação continuada dos profissionais do ensino médio. Democratização do acesso ao ensino superior. Formação continuada dos profissionais do ensino fundamental. Avaliação institucional e da aprendizagem no ensino fundamental. Democratização da alfabetização de jovens, adultos e idosos. Avaliação institucional e da aprendizagem no ensino médio. Promoção do protagonismo estudantil. Apoio e desenvolvimento do ensino médio. Apoio e desenvolvimento do

				ensino fundamental. Apoio ao processo de ensino e aprendizagem na educação especial.
ODS 5				
0563 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DOS DIREITOS DAS MULHERES	Reduzir a desigualdade de gênero promovendo a defesa dos direitos femininos, por meio do combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher e da oferta de condições de empoderamento e igualdade de oportunidades	5.1	1. Número de atendimentos da Carreta da Mulher. 2. Número de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira. 3. Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo de violência. 4. Taxa de homicídios contra mulheres.	Enfrentamento à violência contra as mulheres. Implantação de unidades da casa da mulher. Fortalecimento da rede de serviços de atendimento às mulheres. Articulação e promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres.
		5.2		
ODS 6				
0552 UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Elevar o índice de cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário	6.1	Índice de atendimento urbano de água. Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto. Percentual de domicílios abastecidos por rede geral. Percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica).	Ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água. Ampliação e melhoria de sistemas de esgoto sanitário. Implantação de sistemas de esgotos sanitários.
		6.2		
0613 MARANHÃO AZUL	Promover o uso racional dos recursos hídricos, a fim de garantir o uso múltiplo da água em quantidade e qualidade adequadas	6.4	Índice de atendimento urbano de água. Percentual de Área Protegida em Unidade de Conservação	Educação ambiental para promoção do maranhão azul. Planejamento hídrico. Monitoramento dos recursos hídricos.
0586 DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	Prover infraestrutura urbana, apoiar e desenvolver política de desenvolvimento urbano e regional	6.2	Percentual de domicílios abastecidos por rede geral. Percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica). Quantidade de equipamentos urbanos construídos	Estruturação da política estadual de desenvolvimento urbano. Implantação das ações do plano diretor de drenagem das bacias hidrográficas dos rios Bacanga e Mearim. Implantação da infraestrutura e equipamentos urbanos. Saneamento básico rural. Saneamento básico urbano.
ODS 7				
0576 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SETOR MINERALÓGICO E ENERGÉTICO	Estimular a expansão da capacidade de geração de energia e a exploração mineralógica, com a utilização crescente de fontes alternativas e renováveis no Estado do Maranhão	7.2	1. Geração de energia limpa e renovável (Fonte de Gás Natural, Biomassa, Eólica, Solar, Hidráulica E Maremotriz). 2. Participação de fontes renováveis de energia na matriz elétrica do Estado. 3. Percentual de incremento da disponibilidade de energia.	Apoio ao desenvolvimento energético. Apoio à implantação de projetos de mineração.
ODS 8				

0177 ENSINO DE GRADUAÇÃO	Graduar profissionais em cursos de licenciatura e bacharelado de modo a melhorar o nível de empregabilidade	8.6	Taxa de Sucesso na Graduação Taxa líquida de matriculados da população de 18 a 24 anos	Formação em nível superior. Expansão da graduação. Ciência, tecnologia e inovação. Mais qualidade acadêmica.
0584 MAIS CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	Aumentar o percentual de pessoas com acesso a ciência, tecnologia, ensino superior e em língua estrangeira no Estado do Maranhão	8.6	Número de alunos beneficiados	Promoção de eventos científicos e tecnológicos. Cidadão do mundo.
0593 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Promover a qualificação, fortalecer a qualidade da pesquisa e do ensino de pós-graduação e fomentar a inovação científica e tecnológica	8.6	Número de publicações científicas na pós-graduação	Ensino de pós-graduação. Ciência, tecnologia e inovação.
0616 MAIS PESQUISA, INOVAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	Fomentar a pesquisa, ciência e inovação nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.	8.2	Estudos e pesquisas realizadas. Número de discentes matriculados em cursos de pós-graduação no Maranhão. Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D. Pesquisas Realizadas e Publicadas	Mais ciência. Popularização da ciência. Mais qualificação. Mais inovação.
0618 INOVA MARANHÃO	Promover a inovação tecnológica como um mecanismo potencialmente eficaz para a superação de problemas sociais e para alavancagem da economia estadual	8.2	Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D. Patentes concedidas pelo INPI	Implantação de espaços voltados para inovação e tecnologia. Implantação de parque tecnológico. Implantação de laboratórios multiusuários para desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.
0131 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	Expandir o potencial cultural e artístico do Maranhão, fomentando as diversas expressões culturais, em todas as regiões do estado	8.9	Número de grupos/pessoas atendidas com apoio cultural. Percentual dos Municípios Beneficiados com Projetos Apoiados pelo Sistema Estadual da Cultura	Incentivo à arte e à cultura. Realização do mapeamento cultural do estado. Capacitação de artistas, técnicos, produtores e empreendedores culturais. Fortalecimento dos equipamentos culturais. Fomento e promoção à diversidade cultural. Apoio a eventos e manifestações artístico-culturais.
0571 MEMÓRIA REPUBLICANA	Promover iniciativas de preservação e difusão da cultura e memória republicana brasileira, por meio de ações voltadas à inclusão sociocultural do cidadão maranhense	8.9	Percentual de recursos destinados ao fomento da cultura em relação ao total de recursos do Fundo Cultura. Recurso investido na preservação e restauro de patrimônio histórico, cultural e de acervo literário. Visitas em museu e bibliotecas	Restauração, conservação e aquisição de bens. Desenvolvimento de práticas educacionais. Estudos e pesquisas socioculturais e educacionais.
0599 APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Aumentar o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da ciência, tecnologia e inovação	8.3	Taxa de docentes em exercício com pós-graduação	Desenvolvimento de práticas pedagógicas e avaliativas. Apoio às atividades de CT&I. Oferta de ensino mediado por novas tecnologias.

0600 ENSINO MÉDIO TÉCNICO DE TEMPO INTEGRAL	Qualificar jovens e adultos maranhenses através dos cursos técnico-profissionais oferecidos pelo IEMA	8.6	Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	Assistência alimentar. Implantação e modernização de unidades de ensino. Qualificação profissional de agentes de educação.
0563 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DOS DIREITOS DAS MULHERES	Reduzir a desigualdade de gênero promovendo a defesa dos direitos femininos, por meio do combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher e da oferta de condições de empoderamento e igualdade de oportunidades	8.5	Número de atendimentos da Carreta da Mulher. Número de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira. Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo de violência. Taxa de homicídios contra mulheres	Enfrentamento à violência contra as mulheres. Implantação de unidades da casa da mulher. Fortalecimento da rede de serviços de atendimento às mulheres. Articulação e promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres.
0120 PORTO - PORTA FACILITADORA DE NEGÓCIOS	Prover investimentos para melhoria da infraestrutura e logística portuária, contribuindo para a expansão do volume de negócios no estado e bem-estar social, através de melhorias nos terminais de Cujupe, Ponta da Espera e São José de Ribamar	8.2	Produtividade média em granéis sólidos - cargas não mecanizadas. Tempo médio de espera de navio.	Ampliação e modernização do porto. Aparelhamento portuário.
0583 MARANHÃO EMPREENDEDOR	Contribuir para o crescimento da economia maranhense por meio de iniciativas que promovam oportunidades de negócios, geração de renda e fortalecimento do empreendedorismo	8.3	Número de empresas beneficiadas com o programa	Incremento da competitividade de infraestrutura industrial e investimentos estratégicos. Serviços técnicos metrológicos. Atração, incentivo e manutenção de negócios. Promoção de desenvolvimento econômico. Compras governamentais. Maranhão Mais Produtivo.
0589 INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA MAIS RENDA E CIDADANIA	Criar oportunidade de inclusão socioprodutiva, pelo trabalho e pelos investimentos em infraestrutura de apoio à produção, carências energéticas, inserção nos mercados e segurança alimentar e hídrica, investimentos em saneamento rural, às pessoas em situação de pobreza, com vistas à sua emancipação econômica, com elevação da renda da população, por meio das atividades econômicas que desenvolvam os empreendimentos produtivos para indivíduos e comunidades.	8.2	Índice da capacidade produtiva de beneficiários das ações de empreendimentos populares e solidários	Implantação de kit sanitário. Implantação e modernização de infraestrutura para o desenvolvimento rural. Implantação e modernização de sistema simplificado de abastecimento de água. Fomento a empreendimentos produtivos.
0217 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Prover infraestrutura em tecnologia da informação e comunicação, por meio da disponibilização de softwares, dados digitalizados, sistemas interligados e entre outras ferramentas, visando a otimização dos processos internos e consequentemente proporcionando melhoria	8.2	Percentual de projetos de modernização de TI cumpridos	Implantação e modernização dos serviços da rede de tecnologia da informação e comunicação. Gestão do sistema de tecnologia da informação e comunicação.

	da qualidade da prestação dos serviços públicos			
0521 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Fomentar empreendimentos ligados à economia solidária	8.3	Índice da Capacidade Produtiva de Beneficiários das Ações de Empreendimentos Populares e Solidários	Implantação de espaços multifuncionais de economia solidária. Apoio a empreendimentos de economia solidária. Fomento para organização e desenvolvimento de catadores em grupos atuantes com resíduos sólidos.
0579 PROMOÇÃO DO TRABALHO DIGNO	Propiciar de forma integrada o acesso da população economicamente ativa do Estado do Maranhão às iniciativas geradoras de trabalho e renda adequados às exigências do mercado de trabalho	8.3	Número de pessoas inseridas no mercado de trabalho formal	Intermediação de mão de obra. Seguro desemprego. Microcrédito produtivo orientado. Mutirão rua digna. Mais empregos.
0580 MAIS QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	Expandir a oferta de qualificação profissional, promovendo a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho	8.6	Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional	Qualificação profissional e cidadania. Mais aprendiz.
0522 AVANÇA TURISMO	Ampliar o potencial de captação de turistas, de forma sustentável, por meio da dinamização dos negócios turísticos maranhenses e do fortalecimento dos destinos, da cultura e dos produtos locais	8.9	Cadastro de Prestadores de Serviços e Empresas de Turismo. Movimentação de passageiros nos aeroportos maranhenses. Taxa de Ocupação Hoteleira	Marketing e promoção do Destino Maranhão. Desenvolvimento de polos regionais de turismo. Fortalecimento da produção associada ao turismo. Promoção à atração de investimentos no turismo. Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Qualificação profissional para o turismo. Cadastro de empresas e prestadores de serviços turísticos.
ODS 9				
0619 MAIS MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	Regular, controlar e facilitar o deslocamento da população nas vias, centros urbanos e espaços públicos, especialmente das pessoas com deficiência	9.1	Número de Vítimas Fatais por 10.000 Veículos. Redução do Tempo Médio de Permanência no Trânsito. Tempo Médio de Deslocamento por Quilômetro Percorrido dos modais urbanos da Região Metropolitana de São Luís (RMSL)	Regulamentação, fiscalização e controle dos serviços públicos. Mobilidade urbana. Travessia.
0585 CIDADANIA DIGITAL PARA TODOS	Aumentar o percentual da população do Maranhão com acesso à internet e a serviços de qualidade	9.c	Média de acessos diários disponibilizados	Implantação de pontos de acesso à internet gratuita (Maranet)
0593 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Promover a qualificação, fortalecer a qualidade da pesquisa e do ensino de pós-graduação e fomentar a inovação científica e tecnológica	9.5	Número de publicações científicas na pós-graduação	Ensino de pós-graduação. Ciência, tecnologia e inovação.
0615 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	Prover infraestrutura adequada para as atividades de ensino, pesquisa e extensão	9.5	Percentual de Infraestrutura adequada	Implantação e modernização dos campi. Manutenção e operacionalização dos campi na região tocantina.

0616 MAIS PESQUISA, INOVAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	Fomentar a pesquisa, ciência e inovação nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.	9.5	Estudos e pesquisas realizadas. Número de discentes matriculados em cursos de pós-graduação no Maranhão. Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D. Pesquisas Realizadas e Publicadas	Mais ciência. Popularização da ciência. Mais qualificação. Mais inovação.
0618 INOVA MARANHÃO	Promover a inovação tecnológica como um mecanismo potencialmente eficaz para a superação de problemas sociais e para alavancagem da economia estadual	9.5	Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D. Patentes concedidas pelo INPI.	Implantação de espaços voltados para inovação e tecnologia. Implantação de parque tecnológico. Implantação de laboratórios multiusuários para desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.
0599 APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Aumentar o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da ciência, tecnologia e inovação	9.5	Taxa de docentes em exercício com pós-graduação	Desenvolvimento de práticas pedagógicas e avaliativas. Apoio às atividades de CT&I. Oferta de ensino mediado por novas tecnologias.
0137 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA	Pavimentar vias urbanas e dotar os municípios de novos e melhores prédios e logradouros públicos	9.1	Percentual de municípios beneficiados de novos e melhores prédios e logradouros públicos. Percentual de municípios beneficiados por pavimentação de vias urbanas	Implantação e melhoramento de prédios e logradouros públicos. Pavimentação de vias urbanas. Conservação de prédios e logradouros públicos.
0531 LOGÍSTICA E TRANSPORTE	Aprimorar a infraestrutura multimodal de logística e transportes de passeios e cargas	9.1	Qualidade da Rodovia Estadual	Implantação e melhoria de aeródromos. Implantação e melhoramento de pontes. Implantação, ampliação e restauração de cais. Conservação de pontes. Restauração de rodovias estaduais. Implantação e melhoramento de estradas vicinais. Implantação e pavimentação de rodovias estaduais. Implantação de diques e barragens. Implantação e melhoria de hidrovias. Conservação de diques e barragens. Conservação e manutenção de rodovias.
0352 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO METROPOLITANA	Implantar a gestão metropolitana para contribuir com o desenvolvimento integrado sustentável	9.1	Percentual de execução das etapas dos instrumentos de gestão metropolitana	Planejamento da região metropolitana. Recuperação e ampliação da infraestrutura da região metropolitana. Suporte técnico à região metropolitana.
0586 DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	Prover infraestrutura urbana, apoiar e desenvolver política de desenvolvimento urbano e regional	9.1	Percentual de domicílios abastecidos por rede geral. Percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica). Quantidade de equipamentos urbanos construídos	Estruturação da política estadual de desenvolvimento urbano. Implantação das ações do plano diretor de drenagem das bacias hidrográficas dos rios Bacanga e Mearim. Implantação da infraestrutura e equipamentos urbanos. Saneamento básico rural. Saneamento básico urbano.

0120 PORTO - PORTA FACILITADORA DE NEGÓCIOS	Prover investimentos para melhoria da infraestrutura e logística portuária, contribuindo para a expansão do volume de negócios no estado e bem-estar social, através de melhorias nos terminais de Cuijue, Ponta da Espera e São José de Ribamar	9.1	Produtividade média em graneis sólidos - cargas não mecanizadas. Tempo médio de espera de navio.	Ampliação E Modernização Do Porto. Aparelhamento Portuário.
0122 REGISTRO DAS ATIVIDADES MERCANTIS	Promover e desburocratizar a prestação de serviço do registro público de empresas mercantis e atividades afins	9.3	Índice de satisfação do contribuinte Ranking de integração Redesim. Ranking de Qualidade da Redesim.	Registro Mercantil. Jucema Digital.
0589 INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA MAIS RENDA E CIDADANIA	Criar oportunidade de inclusão socioprodutiva, pelo trabalho e pelos investimentos em infraestrutura de apoio à produção, carências energéticas, inserção nos mercados e segurança alimentar e hídrica, investimentos em saneamento rural, às pessoas em situação de pobreza, com vistas à sua emancipação econômica, com elevação da renda da população, por meio das atividades econômicas que desenvolvam os empreendimentos produtivos para indivíduos e comunidades	9.2	Índice da capacidade produtiva de beneficiários das ações de empreendimentos populares e solidários	Implantação de kit sanitário. Implantação e modernização de infraestrutura para o desenvolvimento rural. Implantação e modernização de sistema simplificado de abastecimento de água. Fomento a empreendimentos produtivos.
ODS 10				
0619 MAIS MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	Regular, controlar e facilitar o deslocamento da população nas vias, centros urbanos e espaços públicos, especialmente das pessoas com deficiência	10.2	Número de Vítimas Fatais por 10.000 Veículos. Redução do Tempo Médio de Permanência no Trânsito. Tempo Médio de Deslocamento por Quilômetro Percorrido dos modais urbanos da Região Metropolitana de São Luís (RMSL)	Regulamentação, fiscalização e controle dos serviços públicos. Mobilidade urbana. Travessia.
0341 GESTÃO DE POLÍTICA DE DEFESA DO CIDADÃO	Garantir assistência jurídica gratuita às pessoas de baixa renda no estado	10.2	Percentual de Cidadãos Assistidos	Assistência jurídica gratuita. Construção e implantação de unidades de defensoria pública. Modernização institucional.
0591 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Promover o desenvolvimento sustentável nas regiões articuladas com os municípios, valorizando os produtos da agricultura familiar e do extrativismo para elevação da produção de alimentos local	10.1	Rendimento médio domiciliar	Promoção e apoio à irrigação e gestão de recursos hídricos. Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas. Fomento e apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar. Promoção e apoio à disponibilização e produção de sementes. Promoção e apoio à agroindustrialização familiar. Apoio aos seguros da agricultura familiar. Promoção e apoio à infraestrutura no campo. Desenvolvimento do extrativismo,

				conservação dos recursos naturais e desenvolvimento rural. Promoção e apoio ao crédito fundiário. Fomento às tecnologias sociais e produtivas. Fomento às tecnologias sociais e produtivas.
0572 MAIS PESCADO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas de pesca e aquicultura	10.1	Produção de origem animal da aquicultura	Fomento à pesca extrativa maranhense. Fomento à produção aquícola maranhense.
0582 MAIS PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas agropecuárias priorizadas	10.1	Valor da produção comercializada	Modernização dos processos de produção, agroindustrialização e comercialização. Fortalecimento e promoção do agronegócio maranhense. Estruturação do sistema de informações gerenciais e inteligência territorial estratégica. Fortalecimento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais. Fortalecimento da agricultura irrigada. Fortalecimento da governança dos agropolos.
0103 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSUNTOS DA COMUNIDADE	Promover a inclusão sociocultural e educativa de pessoas cadastradas no CadÚnico, bem como prestar serviços extensionistas a estudantes e comunidade	10.4	Número de pessoas beneficiadas com atividades de extensão	Promoção de eventos científicos, tecnológicos e socioculturais. Promoção da extensão universitária. Restaurante universitário. Cartão transporte universitário. Fomento à assistência estudantil.
		10.2		
0177 ENSINO DE GRADUAÇÃO	Graduar profissionais em cursos de licenciatura e bacharelado de modo a melhorar o nível de empregabilidade	10.3	Taxa de Sucesso na Graduação Taxa líquida de matriculados da população de 18 a 24 anos	Formação em nível superior. Expansão da graduação. Ciência, tecnologia e inovação. Mais qualidade acadêmica.
0584 MAIS CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	Aumentar o percentual de pessoas com acesso a ciência, tecnologia, ensino superior e em língua estrangeira no Estado do Maranhão	10.3	Número de alunos beneficiados	Promoção de eventos científicos e tecnológicos. Cidadão do mundo.
0585 CIDADANIA DIGITAL PARA TODOS	Aumentar o percentual da população do Maranhão com acesso à internet e a serviços de qualidade	10.2	Média de acessos diários disponibilizados	Implantação de pontos de acesso à internet gratuita (Maranet)
0593 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Promover a qualificação, fortalecer a qualidade da pesquisa e do ensino de pós-graduação e fomentar a inovação científica e tecnológica	10.2	Número de publicações científicas na pós-graduação	Ensino de pós-graduação. Ciência, tecnologia e inovação.
0571 MEMÓRIA REPUBLICANA	Promover iniciativas de preservação e difusão da cultura e memória republicana brasileira, por meio de ações voltadas à inclusão sociocultural do cidadão maranhense	10.2	Percentual de recursos destinados ao fomento da cultura em relação ao total de recursos do Fundo Cultura. Recurso investido na preservação e restauro de patrimônio histórico, cultural e de acervo literário.	Restauração, conservação e aquisição de bens. Desenvolvimento de práticas educacionais. Estudos e pesquisas socioculturais e educacionais.

			Visitações em museu e bibliotecas	
0599 APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Aumentar o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da ciência, tecnologia e inovação	10.3	Taxa de docentes em exercício com pós-graduação	Desenvolvimento de práticas pedagógicas e avaliativas. Apoio às atividades de CT&I. Oferta de ensino mediado por novas tecnologias.
0600 ENSINO MÉDIO TÉCNICO DE TEMPO INTEGRAL	Qualificar jovens e adultos maranhenses através dos cursos técnico-profissionais oferecidos pelo IEMA	10.3	Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	Assistência alimentar. Implantação e modernização de unidades de ensino. Qualificação profissional de agentes de educação.
0612 MAIS APRENDIZAGEM	Proporcionar formação de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino.	10.3	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Escolas estaduais). Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio (Escolas estaduais)	Formação continuada dos profissionais do ensino médio. Democratização do acesso ao ensino superior. Formação continuada dos profissionais do ensino fundamental. Avaliação institucional e da aprendizagem no ensino fundamental. Democratização da alfabetização de jovens, adultos e idosos. Avaliação institucional e da aprendizagem no ensino médio. Promoção do protagonismo estudantil. Apoio e desenvolvimento do ensino médio. Apoio e desenvolvimento do ensino fundamental. Apoio ao processo de ensino e aprendizagem na educação especial.
0596 SAÚDE PARA TODOS	Oferecer à população uma assistência à saúde com qualidade, equidade e integralidade na lógica das redes de atenção à saúde	10.2	Taxa de Mortalidade Prematura (de 30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis	Ações de combate ao câncer. Implantação e modernização da rede assistencial dos serviços de saúde. Política estadual de sangue e hemoderivados. Atenção ambulatorial e hospitalar. Fortalecimento da central estadual de transplante. Assistência farmacêutica especializada.
0583 MARANHÃO EMPREENDEDOR	Contribuir para o crescimento da economia maranhense por meio de iniciativas que promovam oportunidades de negócios, geração de renda e fortalecimento do empreendedorismo	10.1	Número de empresas beneficiadas com o programa	Incremento da competitividade de infraestrutura industrial e investimentos estratégicos. Serviços técnicos metrológicos. Atração, incentivo e manutenção de negócios. Promoção de desenvolvimento econômico. Compras governamentais. Maranhão Mais Produtivo.
0539 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	Reduzir a vulnerabilidade e o risco social das famílias e indivíduos em situação de pobreza	10.2	Índice de pobreza da população do Maranhã	Implantação e modernização da rede da política de assistência social. Proteção social básica. Proteção social especial. Aprimoramento do suas. Promoção da intersetorialidade. Isenção do pagamento da fatura de água. Bolsa escola.
0589 INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA MAIS RENDA E CIDADANIA	Criar oportunidade de inclusão socioprodutiva, pelo trabalho e pelos investimentos em infraestrutura de apoio à produção, carências energéticas, inserção nos	10.1	Índice da capacidade produtiva de beneficiários das ações de empreendimentos populares e solidários	Implantação de kit sanitário. Implantação e modernização de infraestrutura para o desenvolvimento rural. Implantação e modernização de sistema simplificado de abastecimento de água. Fomento a

	mercados e segurança alimentar e hídrica, investimentos em saneamento rural, às pessoas em situação de pobreza, com vistas à sua emancipação econômica, com elevação da renda da população, por meio das atividades econômicas que desenvolvam os empreendimentos produtivos para indivíduos e comunidades	10.2		empreendimentos produtivos.
		10.3		
0578 MAIS ESPORTE E LAZER	Ampliar, democratizar e qualificar o acesso ao esporte e lazer enquanto direito social, integrado às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano, a inclusão social e respeitando a diversidade cultural maranhense	10.2	Taxa de Municípios beneficiados com ações de esporte e lazer	Implantação e modernização de espaços destinados ao esporte e lazer. Promoção do esporte. Manutenção e conservação dos espaços de esporte e lazer. Promoção do lazer. Incentivo ao esporte e lazer. Mais esporte educacional.
0521 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Fomentar empreendimentos ligados à economia solidária	10.1	Índice da Capacidade Produtiva de Beneficiários das Ações de Empreendimentos Populares e Solidários	Implantação de espaços multifuncionais de economia solidária. Apoio a empreendimentos de economia solidária. Fomento para organização e desenvolvimento de catadores em grupos atuantes com resíduos sólidos.
0580 MAIS QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	Expandir a oferta de qualificação profissional, promovendo a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho	10.3	Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.	Qualificação profissional e cidadania. Mais aprendiz.
0590 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	Garantir o respeito aos direitos humanos e acesso às políticas públicas dos indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade e violação de direitos	10.2	Radar IDHM	Atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. Promoção, proteção e defesa do direito da pessoa com deficiência. Apoio a ações de defesa dos direitos difusos. Construção e aparelhamento das unidades de atendimento. Execução de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade. Formação de operadores do sistema socioeducativo. Implantação de núcleos e centros de referência. Educação em direitos humanos e cultura de paz. Fortalecimento e municipalização de políticas públicas em direitos humanos. Enfrentamento às violências na perspectiva dos direitos humanos. Articulação de ações e políticas de desenvolvimento e direitos humanos. Articulação e apoio à participação popular e controle social. Promoção em direitos humanos nos núcleos e centros de referência. Promoção de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

0602 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO E CONSUMIDOR	Ampliar o acesso do cidadão aos direitos civis básicos e das relações de consumo	10.2	Percentual da população com registro civil. Percentual de Municípios Beneficiados com Unidades do PROCON.	Apoio às ações de proteção e defesa dos direitos do consumidor. Implantação das unidades de atendimento do PROCON. Gestão da fiscalização, estudos e pesquisas do código de defesa do consumidor. Atendimento ao cidadão e ao consumidor.
0563 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DOS DIREITOS DAS MULHERES	Reduzir a desigualdade de gênero promovendo a defesa dos direitos femininos, por meio do combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher e da oferta de condições de empoderamento e igualdade de oportunidades	10.2	Número de atendimentos da Carreta da Mulher. Número de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira. Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo de violência. Taxa de homicídios contra mulheres	Enfrentamento à violência contra as mulheres. Implantação de unidades da casa da mulher. Fortalecimento da rede de serviços de atendimento às mulheres. Articulação e promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres.
ODS 11				
0619 MAIS MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	Regular, controlar e facilitar o deslocamento da população nas vias, centros urbanos e espaços públicos, especialmente das pessoas com deficiência	11.2	Número de Vítimas Fatais por 10.000 Veículos. Redução do Tempo Médio de Permanência no Trânsito. Tempo Médio de Deslocamento por Quilômetro Percorrido dos modais urbanos da Região Metropolitana de São Luís (RMSL)	Regulamentação, fiscalização e controle dos serviços públicos. Mobilidade urbana. Travessia.
0131 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	Expandir o potencial cultural e artístico do Maranhão, fomentando as diversas expressões culturais, em todas as regiões do estado	11.4	Número de grupos/pessoas atendidas com apoio cultural. Percentual dos Municípios Beneficiados com Projetos Apoiados pelo Sistema Estadual da Cultura	Incentivo à arte e à cultura. Realização do mapeamento cultural do estado. Capacitação de artistas, técnicos, produtores e empreendedores culturais. Fortalecimento dos equipamentos culturais. Fomento e promoção à diversidade cultural. Apoio a eventos e manifestações artístico-culturais.
0504 MARANHÃO PATRIMÔNIO CULTURAL	Preservar e restaurar os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio cultural maranhense	11.4	Percentual de Imóveis Restaurados	Implantação, restauração e modernização de centros culturais. Recuperação, conservação e manutenção de bens culturais móveis e imóveis. Realização de estudos e pesquisas históricas. Fortalecimento do patrimônio cultural maranhense. Implantação e modernização de espaços culturais.
0137 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA	Pavimentar vias urbanas e dotar os municípios de novos e melhores prédios e logradouros públicos	11.1	Percentual de municípios beneficiados de novos e melhores prédios e logradouros públicos. Percentual de municípios beneficiados por pavimentação de vias urbanas.	Implantação e melhoramento de prédios e logradouros públicos. Pavimentação de vias urbanas. Conservação de prédios e logradouros públicos.

0531 LOGÍSTICA E TRANSPORTE	Aprimorar a infraestrutura multimodal de logística e transportes de passeios e cargas	11.2	Qualidade da Rodovia Estadual	Implantação e melhoria de aeródromos. Implantação e melhoramento de pontes. Implantação, ampliação e restauração de cais. Conservação de pontes. Restauração de rodovias estaduais. Implantação e melhoramento de estradas vicinais. Implantação e pavimentação de rodovias estaduais. Implantação de diques e barragens. Implantação e melhoria de hidrovias. Conservação de diques e barragens. Conservação e manutenção de rodovias.
0563 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DOS DIREITOS DAS MULHERES	Reduzir a desigualdade de gênero promovendo a defesa dos direitos femininos, por meio do combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher e da oferta de condições de empoderamento e igualdade de oportunidades	11.7	Número de atendimentos da Carreta da Mulher. Número de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira. Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo de violência. Taxa de homicídios contra mulheres	Enfrentamento à violência contra as mulheres. Implantação de unidades da casa da mulher. Fortalecimento da rede de serviços de atendimento às mulheres. Articulação e promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres.
0601 MAIS PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	Viabilizar o resgate de pessoas, bens e animais em caso de calamidade pública e acidentes eventuais	11.5	Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	Ação para cumprimento do código de segurança contra incêndio e pânico. Resgate e salvamento. Prevenção de risco. Atendimento às vítimas de desastres. Prevenção e combate a incêndio.
0352 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO METROPOLITANA	Implantar a gestão metropolitana para contribuir com o desenvolvimento integrado sustentável	11.3	Percentual de execução das etapas dos instrumentos de gestão metropolitana	Planejamento da região metropolitana. Recuperação e ampliação da infraestrutura da região metropolitana. Suporte técnico à região metropolitana.
0552 UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Elevar o índice de cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário	11.1	Índice de atendimento urbano de água. Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto. Percentual de domicílios abastecidos por rede geral. Percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica)	Ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água. Ampliação e melhoria de sistemas de esgoto sanitário. Implantação de sistemas de esgotos sanitários.
0586 DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	Prover infraestrutura urbana, apoiar e desenvolver política de desenvolvimento urbano e regional	11.1	Percentual de domicílios abastecidos por rede geral. Percentual de domicílios atendidos por esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica). Quantidade de equipamentos urbanos construídos.	Estruturação da política estadual de desenvolvimento urbano. Implantação das ações do plano diretor de drenagem das bacias hidrográficas dos rios Bacanga e Mearim. Implantação da infraestrutura e equipamentos urbanos. Saneamento básico rural. Saneamento básico urbano.
0587 REESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	Implantar os instrumentos de governança interfederativa, planos setoriais, projetos estratégicos e obras para a efetividade e o desenvolvimento das regiões metropolitanas	11.a	Percentual de execução das etapas dos instrumentos de gestão metropolitana	Implantação de estrutura de governança interfederativa das regiões metropolitanas do estado. Revitalização da área central da região metropolitana do estado do Maranhão.

0588 MINHA CASA MEU MARANHÃO	Reduzir o déficit habitacional, melhorar condições de moradias e regularizar títulos de propriedade de moradia	11.1	Déficit Habitacional Rural Relativo. Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	Habitação rural. Habitação urbana. Regularização fundiária.
ODS 12				
0591 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Promover o desenvolvimento sustentável nas regiões articuladas com os municípios, valorizando os produtos da agricultura familiar e do extrativismo para elevação da produção de alimentos local	12.2	1. Rendimento médio domiciliar	Promoção e apoio à irrigação e gestão de recursos hídricos. Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas. Fomento e apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar. Promoção e apoio à disponibilização e produção de sementes. Promoção e apoio à agroindustrialização familiar. Apoio aos seguros da agricultura familiar. Promoção e apoio à infraestrutura no campo. Desenvolvimento do extrativismo, conservação dos recursos naturais e desenvolvimento rural. Promoção e apoio ao crédito fundiário. Fomento às tecnologias sociais e produtivas. Fomento às tecnologias sociais e produtivas.
0546 DEFESA AGROPECUÁRIA	Fortalecer o serviço de defesa e inspeção sanitária agropecuária, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da agropecuária e agricultura familiar do Estado do Maranhão, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde única para a oferta de alimentos seguros e acesso ao mercado	12.2	1. Percentual de municípios desenvolvendo ações de inspeção sanitária agropecuária	Promoção da educação sanitária em defesa agropecuária. Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Fiscalização do trânsito de animais e seus produtos e subprodutos. Fiscalização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal. Promoção da defesa vegetal, qualidade dos insumos e alimentos.
0572 MAIS PESCADO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas de pesca e aquicultura	12.2	1. Produção de origem animal da aquicultura	Fomento à pesca extrativa maranhense. Fomento à produção aquícola maranhense.
0582 MAIS PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas agropecuárias priorizadas	12.2	1. Valor da produção comercializada	Modernização dos processos de produção, agroindustrialização e comercialização. Fortalecimento e promoção do agronegócio maranhense. Estruturação do sistema de informações gerenciais e inteligência territorial estratégica. Fortalecimento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais. Fortalecimento da agricultura irrigada. Fortalecimento da governança dos agropolos.

0522 AVANÇA TURISMO	Ampliar o potencial de captação de turistas, de forma sustentável, por meio da dinamização dos negócios turísticos maranhenses e do fortalecimento dos destinos, da cultura e dos produtos locais	12.b	1. Cadastro de Prestadores de Serviços e Empresas de Turismo. 2. Movimentação de passageiros nos aeroportos maranhenses. 3. Taxa de Ocupação Hoteleira	Marketing e promoção do Destino Maranhão. Desenvolvimento de polos regionais de turismo. Fortalecimento da produção associada ao turismo. Promoção à atração de investimentos no turismo. Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Qualificação profissional para o turismo. Cadastro de empresas e prestadores de serviços turísticos.
ODS 13				
0601 MAIS PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	Viabilizar o resgate de pessoas, bens e animais em caso de calamidade pública e acidentes eventuais	13.1	1. Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	Ação para cumprimento do código de segurança contra incêndio e pânico. Resgate e salvamento. Prevenção de risco. Atendimento às vítimas de desastres. Prevenção e combate a incêndio.
0355 PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	Implementar ações e instrumentos de planejamento e ordenamento territorial que permitam maior controle das condições ambientais em todas as regiões do Estado	13.2	1. Número de focos de queimada. 2. Percentual de redução relativa do desmatamento. 3. Percentual relativo de emissão de licenças ambientais. 4. Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constante das listas oficiais com ação de manejo.	Gestão ambiental compartilhada. Fortalecimento do sistema estadual de meio ambiente. Implantação do plano estadual de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Gestão participativa em recursos hídricos. Licenciamento, monitoramento, fiscalização e controle ambiental.
ODS 14				
0572 MAIS PESCADO	Desenvolver o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, elevando a produção das cadeias produtivas de pesca e aquicultura	14.4	1. Produção de origem animal da aquicultura	Fomento à pesca extrativa maranhense. Fomento à produção aquícola maranhense.
0613 MARANHÃO AZUL	Promover o uso racional dos recursos hídricos, a fim de garantir o uso múltiplo da água em quantidade e qualidade adequadas	14.5	1. Índice de atendimento urbano de água. 2. Percentual de Área Protegida em Unidade de Conservação.	Educação ambiental para promoção do Maranhão Azul. Planejamento hídrico. Monitoramento dos recursos hídricos.
ODS 15				
0355 PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	Implementar ações e instrumentos de planejamento e ordenamento territorial que permitam maior controle das condições ambientais em todas as regiões do Estado	15.1	1. Número de focos de queimada. 2. Percentual de redução relativa do desmatamento. 3. Percentual relativo de emissão de licenças ambientais. 4. Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constante das listas oficiais com ação de manejo	Gestão ambiental compartilhada. Fortalecimento do sistema estadual de meio ambiente. Implantação do plano estadual de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Gestão participativa em recursos hídricos. Licenciamento, monitoramento, fiscalização e controle ambiental.
0614 MARANHÃO VERDE	Promover a recuperação e conservação de áreas degradadas	15.2	1. Área de Risco Eliminada. 2. Área Revitalizada. 3. Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constante das listas oficiais com ação de manejo	Implantação e desenvolvimento do sistema de incentivos aos pagamentos por serviços ambientais. Gestão dos recursos florestais. Educação ambiental para promoção do Maranhão Verde. Implantação de infraestrutura nas unidades de

				conservação. Gestão de unidades de conservação e biodiversidade.
ODS 16				
0341 GESTÃO DE POLÍTICA DE DEFESA DO CIDADÃO	Garantir assistência jurídica gratuita às pessoas de baixa renda no estado	16.3	Percentual de Cidadãos Assistidos	Assistência jurídica gratuita. Construção e implantação de unidades de defensoria pública. Modernização institucional.
0211 REPRESENTAÇÃO DO ESTADO	Defender os interesses do Estado em juízo e assessorar todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, por meio de uma advocacia preventiva, implantação do sistema de gerenciamento de processos judiciais e administrativos	16.6	Economia ao Erário com Decisões Favoráveis	Dinamização do centro de estudos. Modernização de unidades da procuradoria geral do estado. Construção do prédio sede. Assessoramento e representação jurídica do estado.
0348 GESTÃO DA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS	Coordenar, integrar e divulgar as ações governamentais, na articulação político institucional, com outros entes que compõem a governança regional e nacional, visando o fluxo permanente de informação à sociedade	16.10	Número de citações na imprensa	Divulgação das ações governamentais. Realização e promoção de eventos governamentais. Publicidade de atos legais. Assessoria de comunicação. Articulação regional. Gestão da rádio timbira.
0563 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DOS DIREITOS DAS MULHERES	Reduzir a desigualdade de gênero promovendo a defesa dos direitos femininos, por meio do combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher e da oferta de condições de empoderamento e igualdade de oportunidades	16.1	Número de atendimentos da Carreta da Mulher. Número de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira. Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo de violência. Taxa de homicídios contra mulheres	Enfrentamento à violência contra as mulheres. Implantação de unidades da casa da mulher. Fortalecimento da rede de serviços de atendimento às mulheres. Articulação e promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres.
0577 MAIS SEGURANÇA	Preservar a vida e a incolumidade das pessoas, por meio da implementação de políticas públicas multissetoriais com ênfase na redução dos crimes contra a vida	16.1	Taxa de CVLI (crimes violentos letais intencionais)	Implantação e modernização de unidades do sistema de segurança pública. Aparelhamento e estruturação tecnológica. Apoio e segurança ao processo eleitoral. Programas sociais do corpo de bombeiros. Valorização, formação e capacitação dos profissionais da segurança pública. Enfrentamento à criminalidade violenta. Valorização dos profissionais de segurança pública. Repressão ao crime. Prevenção e restauração da ordem pública. Prevenção à criminalidade. Repressão à criminalidade.
0202 TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DOS ATOS DA GESTÃO PÚBLICA	Prevenir e combater a corrupção, com o controle constante dos atos da gestão pública, transparência das receitas e despesas e participação da sociedade por meio do acesso ao portal da transparência e das ouvidorias	16.5	Escala Brasil Transparente-EBT. Governança e Transparência Fiscal.	Capacitação de recursos humanos. Investigação de atos de improbidade. Fiscalização da administração pública estadual. Ouvidoria e controle social. Transparência da gestão pública.
		16.6		
		16.10		

0554 FORTALECIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	Garantir o cumprimento de todas as obrigações do poder executivo diante do preso custodiado, conforme determina a lei de execuções penais.	16.3	Taxa de ocupação penitenciária. Taxa de ressocialização de presos.	Implantação, aparelhamento e modernização do sistema prisional. Ressocialização de apenados. Modernização da gestão. Manutenção das unidades prisionais.
0347 GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	Coordenar e fortalecer os processos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, gestão orçamentária e fiscal, com enfoque na governança para resultados, modernização da gestão, eficiência do uso dos recursos públicos e participação popular na elaboração dos instrumentos de planejamento, associada a uma estratégia de longo prazo que tenha como objetivo o desenvolvimento sustentável do Maranhão	16.6	Audiência Pública realizada. Cumprimento da Meta de Resultado Primário. Percentual da Despesa empenhada em relação a despesa orçada. Percentual de compromissos de governo cumpridos. Percentual de Investimentos em Relação à RCL.	Serviços da rede bancária. Recuperação de ativos. Sustentabilidade e fomento ao fundo estadual de pensão e aposentadoria. Promoção da eficiência administrativa. Gerenciamento de projetos de operação de crédito. Gestão dos recursos do fundo maranhense de combate à pobreza. Gestão do planejamento e orçamento. Gestão fiscal. Orçamento participativo e controle social. Modernização dos sistemas de planejamento, orçamento e finanças.
0602 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO E CONSUMIDOR	Ampliar o acesso do cidadão aos direitos civis básicos e das relações de consumo	16.3	Percentual da população com registro civil. Percentual de Municípios Beneficiados com Unidades do PROCON.	Apoio às ações de proteção e defesa dos direitos do consumidor. Implantação das unidades de atendimento do PROCON. Gestão da fiscalização, estudos e pesquisas do código de defesa do consumidor. Atendimento ao cidadão e ao consumidor.
		16.9		
0316 FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	Modernizar o sistema de controle externo no âmbito interinstitucional e conjurisdicional para contribuir de forma efetiva e regular na melhor aplicação dos recursos públicos	16.6	Número de deliberações emitidas pelo Plenário do Tribunal de Contas. Percentual de Contas de Governo julgadas tempestivamente.	Política de gestão estratégica voltada para o desempenho organizacional. Fiscalização externa. Construção de prédio anexo.
0543 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Proporcionar à sociedade maranhense o acesso à justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade	16.3	Índice de Produtividade Comparado da Justiça	Acesso à justiça. Gratuidade do registro civil. Construção, ampliação e reforma de prédios do poder judiciário. Modernização do judiciário. Gestão e capacitação de recursos humanos. Promoção da educação e do conhecimento no poder judiciário. Apoio à segurança da magistratura. Assistência suplementar de saúde. Comunicação e divulgação institucional.
0210 MARANHÃO CONHECIDO E INFORMADO	Disponibilizar ao governo estadual, prefeituras municipais e a sociedade civil informações e estudos atualizados visando o aperfeiçoamento das políticas públicas, fortalecimento do controle social, produção de insumos voltados à academia e à iniciativa privada	16.6	Proporção de Instituições Públicas Estaduais que Utilizam Geoinformação	Zoneamento ecológico econômico. Atualização cartográfica do estado e dos municípios maranhenses. Estudos e pesquisas. Disponibilização de dados e informações sobre o estado e municípios maranhenses.

0610 PROMUNICÍPIOS	Contribuir para o aperfeiçoamento técnico dos gestores municipais visando a melhoria da definição e execução de políticas públicas, por meio de capacitações, integração de banco de dados e trocas de experiências	16.6	Número de gestores municipais capacitados. Número de municípios atendidos.	Apoio técnico aos municípios.
ODS 17				
0212 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	Aumentar o nível de cumprimento voluntário da obrigação tributária	17.1	Percentual da arrecadação tributária no PIB do MA. Percentual de arrecadação realizada	Educação fiscal para a cidadania. Capacitação técnica da administração tributária. Adequação e melhoria das unidades da SEFAZ. Fortalecimento da gestão fiscal. Tributação, fiscalização e arrecadação de tributos estaduais.
0350 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO MARANHÃO	Contribuir para a sustentabilidade fiscal, promovendo a modernização da gestão fiscal do Estado	17.1	Evolução da base tributária. Grau de maturidade da Gestão Fiscal. Índice de qualidade da Gestão Orçamentária. Percentual da arrecadação tributária no PIB do MA	Gestão fazendária, transparência fiscal, administração tributária e contencioso fiscal. Modernização da gestão. Planejamento de longo prazo. Gestão de custos.
0609 PARCERIAS INTERFEDERATIVAS	Promover o desenvolvimento integrado de regiões que possuem desafios em comum, por meio de parcerias que capturem sinergias interfederativas	17.17	Participação da região em relação ao PIB nacional	Consórcio interestadual de desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Consórcio interestadual de desenvolvimento do Brasil Central. Consórcio do nordeste. Apoio à gestão dos consórcios interestaduais.
0219 MARANHÃO ESTRATÉGICO	Planejar programas e projetos no que tange às relações internacionais, à cooperação com municípios e ao sistema estadual de estudos socioeconômicos e cartográficos	17.17	Percentual de Projetos Estratégicos Elaborados	Articulação e elaboração de projetos para municípios. Articulação e planejamento de projetos estratégicos.

ANEXO A - VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ÀS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO REALIZADA PELAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO GOVERNO

Código da Ação	Ações do PPA pertinentes à Meta ODS	ODS	Meta do ODS
1068	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	6; 11	6.1; 6.2; 11.1
1069	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ESGOTO SANITÁRIO	11	11.1
1688	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO	8; 9	8.1; 9.1
1706	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS	11	11.1
1752	IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE AERÓDROMOS	9	9.1
1754	IMPLANTAÇÃO E MELHORAMENTO DE PONTES	9	9.1
1758	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CAIS	9	9.1
1764	ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES	11	11.3
2118	FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR	4; 8	4.3; 8.6
2481	INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA	8; 10	8.1; 8.5; 10.1; 10.2
2484	SEGURO DESEMPREGO	10	10.4
2656	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	16	16.3
2681	RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS E IMÓVEIS	11	11.4
2705	CONSERVAÇÃO DE PONTES	9	9.1
2737	MARKETING E PROMOÇÃO DO DESTINO MARANHÃO	8	8.9
2947	PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	3	3.5
2963	COORDENAÇÃO DAS AÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	16	16.5
3014	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	9	9.1
3015	IMPLANTAÇÃO E MELHORAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS	9	9.1
3066	CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	8; 16	8.7; 16.2
3069	FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL	10; 17	10.4; 17.1
3080	PESQUISA EM SISTEMAS INTEGRADOS DE BASE SUSTENTÁVEL	1; 2; 8	1.4; 2.3; 2.4; 2.a; 8.3; 8.4
3093	IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	9	9.1
3096	IMPLANTAÇÃO DE DIQUES E BARRAGENS	9	9.1
3097	IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE HIDROVIAS	9	9.1
3128	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE ASSISTENCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	3	3.8
3205	ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	15	15.9
3227	MOBILIDADE URBANA	10; 11	10.7; 11.2
3232	IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA DE GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO	11	11.3
3235	HABITAÇÃO RURAL	11	11.1
3236	HABITAÇÃO URBANA	11	11.1
3240	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DO PROCON	16	16.9

3242	IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO A INTERNET GRATUITA (MARANET)	9	9.c
3243	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN	2; 10	2.1; 2.2; 10.2; 10.4
3244	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN	2; 10	2.1; 2.2; 10.2; 10.4
3246	IMPLANTAÇÃO DE KIT SANITÁRIO	10	10.4
3253	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO - SECTI	4; 8	4.3; 4.4; 8.2; 8.3; 8.6
3254	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL - SEDUC	4	4.a
3255	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO - SEDUC	4	4.a
3260	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS MULTIFUNCIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	10	10.1; 10.2
3265	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE FISCALIZAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	3	3.6
3266	DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	17	17.17
3267	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1; 10	1.1; 1.2; 10.4
3270	GESTÃO FAZENDÁRIA, TRANSPARENCIA FISCAL, ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	10	10.4
3272	PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE	11	11.3
3273	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE	9	9.1
3275	CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	9; 12	9.1; 12.7
3276	ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	11	11.1; 11.3; 11.7
3277	CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL CENTRAL	9; 12; 17	9.1; 12.7; 17.17
3278	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS CAMPI	4	4.3
3279	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS E CENTROS DE REFERÊNCIA	8	8.8
3280	IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS BACANGA E MEARIM	6; 12	6.1; 6.2; 6.6; 12.2
3281	REVITALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO MARANHÃO	11	11.4
3282	IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS	9; 11	9.1; 11.1; 11.7
3283	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DA CASA DA MULHER	5	5.1
3284	PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO	17	17.14
3285	APOIO À GESTÃO DOS CONSÓRCIOS INTERESTADUAIS	9; 12; 17	9.1; 12.7; 17.17
3286	IMPLANTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	6; 8; 11; 12; 13; 14	6.3; 8.4; 11.6; 11.b; 12.2; 12.5
3288	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	9	9.1
3291	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	10	10.4
3292	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	6; 10	6.1; 6.4; 10.4
3293	QUALIFICAÇÃO DA LINHA DE CUIDADO MATERNA E INFANTIL	3	3.1; 3.2; 3.4
3294	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE MATERNA E INFANTIL	3	3.1; 3.2
3295	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS VOLTADOS PARA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	4; 8	4.4; 8.2; 8.3
3296	IMPLANTAÇÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO	8	8.2; 8.3
3297	IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS MULTIUSUÁRIOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	4; 8	4.4; 8.2; 8.3
3298	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	8; 11; 15	8.4; 11.7; 15.1
3299	CONSÓRCIO DO NORDESTE	9; 12; 17	9.1; 12.7; 17.17

3300	IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS AOS PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS -PSA	12; 15	12.2; 15.3; 15.a; 15.b
3301	PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA	11	11.3
3303	REGIME DE COLABORAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS NO ENSINO INFANTIL	4	4.2; 4.7; 4.a
3305	REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO CULTURAL DO ESTADO	8	8.9
3313	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL - FUNESCOLA	4	4.a
3314	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO - FUNESCOLA	4	4.a
3317	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO - IEMA	4; 8	4.3; 8.6
3318	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS CAMPI NA REGIÃO TOCANTINA	4	4.3
3319	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	6; 9; 11; 12	6.2; 9.1; 11.1; 12.5
3320	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6; 9; 11; 12	6.2; 9.1; 11.1; 11.6; 12.5
3321	EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO	4; 8	4.3; 8.6
3322	EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO NA REGIÃO TOCANTINA	4; 8	4.3; 8.6
4007	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	8	8.3
4051	INVESTIGAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE	16	16.1; 16.5; 16.6
4166	APARELHAMENTO PORTUÁRIO	9	9.1
4167	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	4; 9	4.3; 9.5; 9.b
4168	MAIS CIÊNCIA	4; 8; 9; 14	4.4; 8.2; 8.3; 9.5; 9.b; 14.a
4189	FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO E DE VEÍCULOS	3; 16	3.6; 16.1
4244	RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS - SEAP	16	16.1
4264	GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS	6; 8; 12; 15	6.6; 8.4; 12.2; 15.1; 15.2; 15.3
4269	GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE	6; 8; 15	6.6; 8.4; 15.1; 15.5
4290	POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	4; 9	4.4; 9.5; 9.b
4316	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	8	8.1; 8.3
4360	ESTUDOS E PESQUISAS	17	17.18
4361	DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE O ESTADO E MUNICÍPIOS MARANHENSES	17	17.18
4366	GESTÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	17	17.18
4368	GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MARANHENSE DE COMBATE A POBREZA - FUMACOP	1	1.1; 1.2; 1.a
4396	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1; 2	1.4; 2.3
4425	ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA	1; 6; 10	1.4; 6.1; 10.2; 10.4
4434	ACESSO À JUSTIÇA - TJ	16	16.3
4459	TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS	17	17.1
4467	ATRAÇÃO, INCENTIVO E MANUTENÇÃO DE NEGÓCIOS	8; 9	8.3; 9.3
4477	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS REMANESCENTE DE QUILOMBOS	2	2.3
4478	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	16	16.6
4495	CONSERVAÇÃO DE DIQUES E BARRAGENS	9	9.1
4498	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRICAS	11	11.4

4505	CAPACITAÇÃO DE ARTISTAS, TÉCNICOS, PRODUTORES E EMPREENDEDORES CULTURAIS	8	8.1
4520	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA	12; 12	12.4; 12.8
4521	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS	12	12.4
4523	FISCALIZAÇÃO DO TRANSITO DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS	15	15.7; 15.c
4548	PUBLICIDADE DE ATOS LEGAIS	16	16.6
4588	GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA	13	13.2
4589	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	8	8.4
4608	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO	3; 16	3.6; 16.1
4619	PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	8	8.1; 8.3
4622	INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE DE INFRAESTRUTURA INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS	8; 9	8.1; 8.2; 8.3; 9.2; 9.4
4624	MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	1; 8; 9	1.4; 8.1; 8.3; 9.3
4628	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	16	16.6
4630	AÇÕES DE COMBATE AO CÂNCER	3	3.4
4633	ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	8; 16	8.7; 16.2
4634	FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DO AGRONEGOCIO MARANHENSE	8	8.1; 8.3
4644	FORTALECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MARANHENSE	8; 11	8.9; 11.4
4647	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	2; 10	2.3; 2.a; 10.1
4649	FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR	2; 10	2.3; 10.1; 10.2
4650	PESQUISA PESQUEIRA E AQUÍCOLA	2; 8; 10; 12	2.3; 2.4; 2.a; 8.3; 10.2; 12.3
4653	COMPONENTE BÁSICO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CBAF	3	3.8; 3.b
4656	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	16	16.6
4689	APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO	7; 8; 9	7.1; 7.2; 7.3; 7.b; 8.1; 8.2
4690	APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE MINERAÇÃO	8; 9	8.1; 8.2; 8.3; 9.2; 9.4; 9.5
4691	FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	16	16.5
4692	OUVIDORIA E CONTROLE SOCIAL	16	16.6
4696	BOLSA ESCOLA	4; 10	4.1; 4.5; 10.2; 10.4
4698	FOMENTO À PESCA EXTRATIVA MARANHENSE	2; 8; 10; 14	2.3; 8.1; 10.2; 14.4; 14.7; 14.b
4699	FOMENTO À PRODUÇÃO AQUÍCOLA MARANHENSE	2; 8; 10; 14	2.3; 8.1; 10.2; 14.4; 14.7
4700	PREVENÇÃO E RESTAURAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	16	16.1
4701	REPRESSÃO AO CRIME	16	16.1
4704	TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA	16	16.6; 16.10
4705	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS	8; 11	8.9; 11.4
4708	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADANIA	8; 10	8.1; 8.5; 10.2; 10.1
4709	MAIS APRENDIZ	4; 8	4.4; 8.5; 8.6
4710	FOMENTO PARA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CATADORES EM GRUPOS ATUANTES COM RESÍDUOS SÓLIDOS	6; 8; 10; 12	6.3; 8.1; 10.1; 10.2; 12.5
4713	APOIO A EVENTOS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS	8	8.9
4721	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA	2	2.3; 2.a

4722	FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	2; 8; 10	2.3; 8.1; 8.3; 10.2
4723	FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	2; 12	2.3; 12.2
4724	COMPRAS GOVERNAMENTAIS	12	12.7
4725	MARANHÃO MAIS PRODUTIVO	8; 9	8.1; 8.3; 9.3
4729	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO	4	4.c
4732	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	4	4.3; 4.5
4736	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	9	9.1
4738	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	4.c
4739	MAIS QUALIFICAÇÃO	4; 8; 9	4.4; 4.b; 8.3; 9.5; 9.b
4740	MAIS INOVAÇÃO	4; 7; 9	4.4; 7.a; 8.2; 8.3; 9.5; 9.b
4744	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1	1.4
4747	DEMOCRATIZAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS	4	4.6
4753	CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2; 10	2.1; 2.2; 10.2; 10.4
4754	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	3	3.c
4757	FORTALECIMENTO E MUNICIPALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS	8; 10	8.7; 8.8; 10.3
4759	ENFRENTAMENTO AS VIOLÊNCIAS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	5; 8	5.2; 8.7
4762	ARTICULAÇÃO E APOIO A PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL	6; 10; 16	6.b; 10.2; 16.7
4765	PROMOÇÃO E APOIO A IRRIGAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2; 6; 10; 12	2.3; 6.4; 6.5; 10.2; 12.2
4766	DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E CADEIAS PRODUTIVAS	2; 8; 12	2.3; 8.1; 12.3
4767	FOMENTO E APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	2; 8; 10	2.3; 8.1; 10.2
4768	PROMOÇÃO E APOIO A DISPONIBILIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE SEMENTES	2	2.3; 2.5; 2.a
4769	PROMOÇÃO E APOIO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR	8; 10	8.1; 8.3; 10.2
4770	APOIO AOS SEGUROS DA AGRICULTURA FAMILIAR	10; 12	10.2; 12.3
4771	PROMOÇÃO E APOIO À INFRAESTRUTURA NO CAMPO	10; 12	10.2; 12.3
4772	DESENVOLVIMENTO DO EXTRATIVISMO, CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL	8; 12; 15	8.4; 12.2; 15.1
4773	PROMOÇÃO E APOIO AO CRÉDITO FUNDIÁRIO	1; 2; 8	1.4; 2.3; 2.a; 8.3
4774	FOMENTO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E PRODUTIVAS	1; 2; 8; 12	1.4; 2.3; 2.a; 8.3; 12.3
4775	APOIO AO SISTEMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	2; 10	2.3; 2.a; 10.1; 10.2
4778	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1; 2	1.4; 2.3; 2.a
4781	ALIMENTAÇÃO EM RESTAURANTES POPULARES E COZINHAS COMUNITÁRIAS	2; 10	2.1; 2.2; 10.2; 10.4
4782	BANCO DE ALIMENTOS	2; 10	2.1; 2.2; 10.2; 10.4
4783	DISTRIBUIÇÃO DE LEITE	2; 10	2.1; 2.2; 10.2; 10.4
4784	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, ALCOOL E OUTRAS DROGAS	3	3.5
4786	DESENVOLVIMENTO DE POLOS REGIONAIS DE TURISMO	8	8.3; 8.9
4787	FOMENTO A EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS	1; 10	1.1; 10.1; 10.4
4788	POLÍTICA ESTADUAL DE INVESTIGAÇÃO LABORATORIAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3	3.3

4803	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	8; 9	8.2; 8.3; 9.5; 9.b
4806	FORTALECIMENTO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AS MULHERES	3; 5	3.7; 5.1; 5.2; 5.4
4817	VIGILANCIA, PREVENÇÃO, CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE	3	3.3; 3.4; 3.5
4820	FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO	8	8.1; 8.9
4821	PROMOÇÃO À ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO TURISMO	8	8.1; 8.9
4823	COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO	5; 16	5.2; 16.2
4824	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TURISMO	8	8.5
4825	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES DE EDUCAÇÃO	4	4.c
4827	APOIO AS ATIVIDADES DE CT&I	4; 8	4.4; 8.2; 8.3
4828	OFERTA DE ENSINO MEDIADO POR NOVAS TECNOLOGIAS	4; 8	4.3; 8.2; 8.6
4831	PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE	16	16.4
4832	REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	16	16.1; 16.4
4838	ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES	1; 11	1.5; 11.5
4842	MUTIRÃO RUA DIGNA	8; 10	8.1; 8.3; 8.5; 10.1; 10.2
4843	MAIS EMPREGOS	8; 10	8.1; 8.3; 8.5; 10.1; 10.2
4844	ATENDIMENTO AO CIDADÃO E AO CONSUMIDOR	16	16.9
4845	REGULARIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16	16.6
4853	CARTÃO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	4	4.5
4858	PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL	4	4.4
4859	APOIO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	4	4.1
4860	APOIO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	4.1
4861	APOIO AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4	4.1; 4.5
4872	ARTICULAÇÃO REGIONAL	10	10.2
4877	FOMENTO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	4; 8	4.3; 4.5; 4.b; 8.6
4878	VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	4	4.c
4881	PROMOÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS NÚCLEOS E CENTROS DE REFERÊNCIA	8	8.6
4882	PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)	4	4.5
4884	ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS MULHERES	5	5.1; 5.5; 5.6; 5.a; 5.b; 5.c
4886	GESTÃO FISCAL	10	10.4
4887	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E CONTROLE SOCIAL	6; 16	6.b; 16.7
4890	PLANEJAMENTO HÍDRICO	6; 12; 14	6.4; 12.2; 14.2; 14.3; 14.5;
4891	MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	12; 14; 15	12.2; 14.c; 15.1; 15.4
4892	GESTÃO PARTICIPATIVA EM RECURSOS HÍDRICOS	6; 12; 14	6.a; 12.2; 14.1
4893	LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL	6; 8; 11; 12; 14	6.3; 8.4; 11.6; 12.2; 12.5; 14.1
4894	FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA DOS AGROPOLOS	2; 8	2.1; 2.3; 8.1
4894	FOMENTO À PRODUÇÃO AQUÍCOLA MARANHENSE	8	8.3
4894	FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA DOS AGROPOLOS	12	12.3

4901	TRAVESSIA	10	10.7
4903	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1; 10	1.1; 1.2; 10.4
4904	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1; 10	1.1; 1.2; 10.4
4905	APRIMORAMENTO DO SUAS	1; 10	1.1; 1.2; 10.4
4906	PROMOÇÃO DA INTERSETORIALIDADE	10	10.4
4910	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESPECIALIZADA	3	3.4; 3.8; 3.b
4911	VIGILÂNCIA EM SAÚDE NA LINHA DE CUIDADO MATERNO E INFANTIL	3	3.1; 3.2; 3.3; 3.4
4912	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM SAÚDE	6	6.2
4913	POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	3	3.8
4915	FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE COFINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	3	3.8
4917	CIDADÃO DO MUNDO	4	4.4; 4.b
4921	ARTICULAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA MUNICÍPIOS	10; 17	10.b; 17.3
4922	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	2; 8; 10; 12	2.3; 2.4; 2.a; 8.1; 10.2; 12.3
4923	PESQUISA EM MATERIAIS, TECNOLOGIAS E PROCESSOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	2; 8; 12	2.3; 2.a; 8.3; 12.3
4924	ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	10; 17	10.b; 17.3
4925	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROMOÇÃO DO MARANHÃO VERDE	8; 11; 12; 13	8.4; 11.7; 12.2; 12.8; 13.3
4926	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROMOÇÃO DO MARANHÃO AZUL	8; 11; 12; 13	8.4; 11.7; 12.2; 12.8; 13.3
4929	PROMOÇÃO DA DEFESA VEGETAL, QUALIDADE DOS INSUMOS E ALIMENTOS	2; 3; 12	2.4; 3.9; 12.3
4930	REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA AGENCIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E PESQUISA	2; 10	2.3; 2.a; 10.2
4942	RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS - FUNPEN	16	16.1
4948	FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO TOCANTINA	4; 8	4.3; 8.6
4950	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA REGIÃO TOCANTINA	8; 9	8.2; 8.3; 9.5; 9.b
4951	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIÃO TOCANTINA	4; 9	4.3; 9.5; 9.b
4952	FOMENTO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA REGIÃO TOCANTINA	4; 8	4.3; 4.5; 4.b; 8.3; 8.6
4955	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS NA REGIÃO TOCANTINA	9	9.5; 9.b
4956	CARTÃO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO NA REGIÃO TOCANTINA	4	4.5
4957	VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO TOCANTINA	4	4.4; 4.c

Fonte: SEPLAN/MA (2021)